



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO

Escola das Artes

Contributo para repensar as Cidades:
Cidades Verdes e Criativas

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Gestão de Indústrias Criativas

Ricardo Couto Moreno Sampaio Cardoso

Porto - Setembro de 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO

Escola das Artes

Contributo para repensar as Cidades:
Cidades Verdes e Criativas

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Gestão de Indústrias Criativas

Ricardo Couto Moreno Sampaio Cardoso
Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Laura Castro

Porto - Setembro de 2015

*“How can we be so arrogant?
The planet is, was, and always will be stronger than us.
We can't destroy it;
if we overstep the mark,
the planet will simply erase us from its surface
and carry on existing.
Why don't they start talking about not letting the planet destroy us?”*

Paulo Coelho, *The Winner Stands Alone*

Agradecimentos

À minha estimada e incansável orientadora, Professora Doutora Laura Castro, que se revelou um elemento chave com a sua motivação e orientação para a conclusão deste desafio. A sua inestimável contribuição através do seu conhecimento, paciência e persistência, mostraram-se determinantes na consecução deste estudo.

À Universidade Católica do Porto, instituição que me acolheu durante um longo tempo desde o início da Licenciatura à esperada conclusão do Mestrado. Pelo acolhimento, pela disponibilidade, pela aprendizagem. Uma palavra de agradecimento aos seus docentes pelo forte contributo e disponibilidade na arte de espalhar o conhecimento.

Aos meus Pais, pelo apoio incondicional. Revelaram-se um poço de perseverança e confiança, imprescindíveis na conclusão de mais uma meta. Um agradecimento especial à minha querida mãe pela dedicação e acompanhamento de todo o processo.

À Daniela, pelos altos e baixos que acompanhou sempre de sorriso no rosto e de mão estendida pronta a levantar qualquer astral.

Ao Pina, pela compreensão e apoio “em tempos de guerra”.

À Câmara Municipal da Maia, em especial ao Engenheiro Tiago e à Dra. Susana Pinho, pela oportunidade, disponibilidade e acolhimento no “quartel-general”, que se demonstrou bastante pertinente no alcance de alguns dos objetivos traçados para este trabalho.

A todos os amigos e familiares, que me acompanharam neste percurso, o meu muito obrigado.

O presente estudo exploratório aborda o futuro das cidades, os seus desafios e responsabilidades na garantia das condições necessárias para que seja possível proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A Cidade protagoniza o papel principal nesta proposta de repensar cidades, não fosse ela o cenário das nossas vidas, o motor da economia, a identidade de um povo e de uma história. Com este contributo pretende-se apresentar os diferentes cenários históricos a que a cidade tem estado exposta e as estratégias adotadas para que esta se adapte e prospere no seio da sociedade.

O contexto e a cronologia ambiental presentes neste estudo são introduzidos por um raciocínio dedutivo que inicia com uma perspetiva macro dos incidentes e desafios ambientais globais, no seu seguimento apresentam-se os principais marcos e iniciativas internacionais, que confirmam uma preocupação ambiental difundida mundialmente, e estreita para o panorama europeu onde a sustentabilidade urbana se destaca através de 3 importantes iniciativas da Comissão Europeia (Agenda21Local, Pacto dos Autarcas e o Prémio Capital Verde da Europa).

Dentro dos vários desafios de uma cidade, o seu desenvolvimento sustentável e a preservação da sua identidade, são os pontos escolhidos como prioritários na durabilidade e viabilidade de uma cidade. Os conceitos de Cidade Verde e Cidade Criativa são abordados com o propósito de transparecer a sua pertinência na resposta aos desafios anteriormente identificados.

As cidades de Hamburgo (Alemanha) e Nantes (França) foram selecionadas como casos práticos e expositivos de cidades europeias vanguardistas, que demonstram estar cientes da urgência que as cidades têm em adotar políticas e padrões comportamentais que estimulem o desenvolvimento sustentável, e da necessidade de se preservar a cultura e a identidade de uma cidade, evitando a homogeneização das culturas, consequência de uma sociedade cada vez mais globalizada.

Palavras-chave: cidade; cidade criativa; cidade verde; desenvolvimento sustentável; identidade; cultura; criatividade; sustentabilidade e indústrias criativas.

Abstract

The present exploratory study aims to raise awareness among readers about the future of the cities, leveraging the challenges and responsibilities of the cities to provide and maintain the necessary conditions in order to offer a better quality of life for its citizens.

The City itself plays the leading role in this proposal to rethink cities not only because it is the scene of our lives but also the motor of the economy and the identity of a people and their history. This study aims to present the different historical scenarios to which cities have been exposed and the strategies that have been adopted in order of its adaptation and thriving in society.

The environmental context and chronology are introduced by a deductive reasoning that starts with a macro perspective of global environment challenges and incidents which is followed by the presentation of the main international initiatives (confirming an environmental concern that is spreading worldwide). Finally we approach urban sustainability in the European scenario, lightened by 3 important initiatives of the European Commission (Local21Agenda, Covenant of Mayors and European Green Capital Award).

Cities face a great number of challenges and we feel that sustainable development and identity preservation are the points chosen as priority in the durability and viability of the cities. The Green City and Creative City concepts are explored in order to disclose their relevance in the challenges identified above.

The cities of Hamburg (Germany) and Nantes (France) we selected as practical examples of avant-garde european cities, which have proven to be more aware of the urgency in adopting policies and behavioral patterns that encourage the sustainable development, and the need to preserve the culture and the identity of the city itself in order to avoid the homogenization of the cultures in consequence of an increasingly globalized society.

Key words: city; creative city; green city; sustainable development; identity; culture; criativity; sustainability e creative industries.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice	viii
Introdução	
Contextualização da investigação	1
Constrangimentos iniciais	3
Desenvolvimento/concretização da proposta inicial	5
Metodologia.....	6
Capítulo I – Para um Pensamento Verde – Marcos Principais.....	9
Porquê um Pensamento Verde?	10
Panorama Internacional	15
Panorama Europeu.....	23
A Agenda 21 Local... e a Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis	23
O Pacto dos Autarcas	27
O Prémio Capital Verde da Europa	30
Capítulo II – Para um pensamento sobre a Cidade.....	35
Definir Cidade... conceito e perspetivas	35
Compreender Cidade... evolução e desenvolvimento.....	38
Revolução Industrial... a dicotomia de um impulso.....	38
Equipamentos Coletivos... os pilares de orientação.....	40
Correntes Urbanísticas... o (re)desenhar das cidades.....	41
Os Socialistas Utópicos	41
Howard e a Cidade-Jardim	42
Garnier e a Cidade Industrial	44
Le Corbusier e a Cidade Funcional/Moderna	45
O Coração da Cidade	47
As Novas Cidades Inglesas (<i>New England Towns</i>)	47
O Novo Urbanismo	48
As Cidades Sustentáveis/Coerentes do Séc. XXI	51
Novos Conceitos de Cidade.....	52
Cidades Resilientes	52

<i>Slow Cities</i>	55
Capítulo III – Cidades Verdes – Conceito, Critérios e Requisitos Principais	57
Sustentabilidade... e a sustentabilidade urbana.....	58
Howard... um pioneiro fora de tempo	60
Espaços Verdes... a relevância do natural	61
<i>Urban Sprawl</i> ... o inimigo público	62
Zonas Urbanas... e os seus desafios ambientais.....	63
União Europeia... por um futuro mais verde	65
Capital Verde da Europa... uma corrida ao reconhecimento ambiental	70
Capítulo IV – Cidades Criativas – Conceito, Critérios e Requisitos Principais.....	75
Culturas com cultura... estratégias de desenvolvimento.....	77
Diversidade Cultural... faces do desenvolvimento sustentável.....	80
Identidade... a cultura do lugar	82
O Lugar da Identidade... uma história em extinção	85
A Marca das Cidades... e a identidade concorrente	87
A Cidade e a sua Identidade... uma cultura com imagem de marca.....	89
Indústrias Criativas... o lado economicista da criatividade.....	91
As Cidades Criativas... e a criatividade urbana	95
Florida... a cidade e a classe criativa.....	99
Landry... as cidades criativas e o seu índice	102
UNESCO... e a rede de cidades criativas.....	107
Capítulo V – Casos Práticos na Europa: Hamburgo & Nantes	111
Bem-vindos a Hamburgo	112
Hamburgo... a arte de renascer verde.....	113
Hamburgo... criatividade sem barreiras	117
Bem-vindos a Nantes	120
Nantes... um jardim para a criatividade	121
Nantes... <i>le voyage</i> à linha verde.....	127
Conclusão	129
Referências Bibliográficas	130
Apêndices	
Apêndice 1 – Apresentação <i>Green Element Project</i>	141
Apêndice 2 – Acordo e Avaliação do Estágio na Câmara Municipal da Maia	147
Apêndice 3 – Questionário Hamburgo - <i>European Green Capital Award</i>	152

Introdução

“We are now in the middle of a long process of transition in the nature of the image which man has of himself and his environment.”

Kenneth E. Boulding, *“The economics of the spaceship earth”*, 1966

Contextualização da investigação

No decorrer do ano curricular do mestrado foi sugerido aos alunos, por parte de alguns docentes, que no desenvolvimento dos seus trabalhos investigativos se criassem as primeiras bases e orientações dentro de um contexto temático que seria potencialmente desenvolvido na tese. Assim sendo, no enquadramento da disciplina Fundamentos da Cultura, e partindo da ideia de que, cada vez mais, se detetam sinais no quotidiano que refletem a urgência na adoção de um pensamento verde, realçando um maior respeito pelo meio ambiente e possibilitando às gerações futuras usufruírem do mesmo, propôs-se o estudo e desenvolvimento do tema *“Cultura Ecológica”*.

A partir desta primeira pesquisa, criaram-se os incentivos necessários para aprofundar a investigação sobre o desenvolvimento sustentável¹, as iniciativas em seu redor e as suas consequências positivas.

Uma investigação é um processo sistemático, organizado, objetivo e essencial no levantamento de elementos e argumentos que fortalecem a construção de modelos e teorias que procuram desmistificar problemas e ajudar na sua resolução. Assim, neste projeto de investigação pretendemos mostrar que são várias as evidências que demonstram a importância das cidades verdes/criativas no desenvolvimento das atividades económicas em geral, como estas reúnem as condições necessárias na impulsionamento das principais evoluções em diversos campos da humanidade e como são capazes de reconhecer os seus problemas e de os solucionar.

¹ “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” Relatório Brundtland, 1987

A intenção de repensar as Cidades através de um estudo exploratório sobre as cidades verdes e criativas, e a sua importância no futuro das cidades, surge do interesse no funcionamento e na orgânica de uma cidade, e de um enorme entusiasmo pela área ambiental e criativa em contexto urbano. Com o objetivo de compreender o processo mutável de uma cidade e as diferentes tendências que foram e que têm sido adotadas no desenho de inúmeras cidades, abordaram-se alguns dos principais paradigmas modelares do tecido urbano.

Num mundo que ainda carece de um esforço e de uma preocupação global com as problemáticas ambientais e seus consequentes impactos, procura-se alcançar uma série de padrões comportamentais que alinhem os interesses comuns dos cidadãos, das cidades, dos países e do mundo.

Neste estudo será defendida e reconhecida a importância das cidades na construção de uma sociedade sustentável e na manutenção do nosso planeta como o conhecemos, não fossem elas o motor da economia e o cenário da vida de metade da população do mundo.

Para esta investigação foram selecionados 2 modelos de cidade, cidade verde e cidade criativa, que são atualmente propostos e implementados nas cidades (principalmente nos países desenvolvidos). Estes modelos despertaram o interesse em compreender a viabilidade e a utilidade que têm no desenvolvimento de uma cidade, e o seu contributo para uma sociedade equitativa e vivível nas gerações vindouras.

Ao longo do trabalho serão expostos alguns dos principais marcos e iniciativas do desenvolvimento sustentável, das quais enfatizamos o Prémio Capital Verde da Europa, por parte da Comissão Europeia (uma das iniciativas referências deste estudo).

Este prémio é atribuído, anualmente, a uma cidade europeia com mais de 100.000 habitantes que tenha demonstrado um esforço na adoção de políticas e estratégias que melhorem os padrões ambientais e que promovam o desenvolvimento sustentável da sociedade. O objetivo é incentivar as cidades europeias a tornarem-se locais mais atraentes e saudáveis - mais próprios para viver.

De acordo com os critérios adotados na seleção da Capital Verde da Europa poderemos compreender devidamente o conceito de Cidade Verde. O conceito de Cidade Criativa e os seus critérios de classificação, segundo o autor Charles Landry, presente nas obras *“The Creative City”*, *“The Creative City Index”* e *“The Fragile City & The Risk Nexus”*, serão outra das temáticas chave desta investigação. Além destas

duas obras os critérios de classificação de uma Cidade Criativa também estarão contidos na “*Creative Cities Network*” por parte da UNESCO².

Neste trabalho procuraremos salientar a importância e pertinência que ambos os conceitos, cidade verde e cidade criativa, têm e terão no desenvolvimento e futuro das cidades. Dentro destes 2 conceitos destacar-se-ão os elementos imprescindíveis no contributo para repensar Cidades, como a sustentabilidade e a identidade de uma cidade.

Ao longo da pesquisa foram identificadas várias Cidades Verdes, das quais se destacaram as premiadas como Capitais Verdes da Europa, simultaneamente, e através do “*Creative Cities Network*”, por parte da UNESCO, foram também identificadas várias Cidades Criativas, diferenciadas por áreas de intervenção (como por exemplo, a gastronomia ou o design). Esta informação estimulou a vontade de realizar uma pesquisa de campo a algumas destas cidades-modelo, fossem elas verdes, criativas ou com ambos os rótulos, onde seriam recolhidos os elementos necessários para desenvolver os casos-práticos desta investigação.

Constrangimentos iniciais

O propósito da pesquisa de campo seria a recolha de critérios revistos nas cidades que as classificassem com verdes ou criativas, no entanto, a pesquisa foi reduzida apenas a cidades verdes, pretendendo-se fazer um estudo de campo a 25 cidades, premiadas e não premiadas na iniciativa Prémio Capital Verde da Europa e algumas das cidades verdes presentes no *European Green City Index*³. Assim daríamos início ao processo de criação da estrutura necessária à realização da pesquisa de campo.

Para que tal fosse viável, seria necessária a abertura de uma associação sem fins lucrativos, a *BeHuman Association*, com, no mínimo, 9 membros, divididos em 3 órgãos, Mesa da Assembleia, Direção e Conselho Fiscal, criando a estrutura e credibilidade necessária ao acesso a fundos provenientes de patrocínios e donativos, impulsionando o arranque do projeto *Green Element Project*⁴. O projeto que consistia na aquisição de uma autocaravana, equipada com painéis solares, com um pequeno centro de reciclagem e preparada para ser movida a biodiesel, implementando alguns

² UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

³ Disponível em: <http://www.siemens.com/entry/cc/en/greencityindex.htm>

⁴ A apresentação do projeto encontra-se disponível no apêndice 1.

princípios da mobilidade sustentável. Este seria o meio de transporte adotado pela equipa de campo, que seria composta por uma equipa de reportagem (um operador de câmara, um operador de som e um animador) e um investigador.

O projeto consistia numa pesquisa de campo ao longo da Europa onde seriam alvo 25 cidades verdes. Seriam feitas entrevistas aos cidadãos locais, às autarquias e, no caso das cidades eleitas como Capitais Verdes, entrevistas aos responsáveis pela candidatura ao prémio, com o objetivo de levantar os critérios pelos quais as candidaturas se regeram, procurando definir os critérios e requisitos na classificação de uma cidade verde.

Ao longo das diversas abordagens a várias empresas e potenciais patrocinadores, foi aconselhada à equipa, por parte de um dos principais potenciais patrocinadores, a abordagem a nível nacional, visto que não tinha interesse em promover-se na Europa.

Dessa forma, o projeto foi-se moldando aos interesses daqueles que se mostravam interessados no seu desenvolvimento, passando a estar dividido em 3 fases distintas: 1ª fase - divulgar o projeto a nível nacional, procurando mais patrocínios e apoios, fazendo o levantamento do histórico de boas práticas ambientais implementadas pelas várias autarquias do país nos últimos 5 a 10 anos. Seleccionaram-se as 10 cidades com mais de 100.000 habitantes, um dos pré-requisitos para a candidatura ao prémio, com o objetivo de observar o potencial ambiental das cidades portuguesas e a possibilidade de se desenvolver, em parceria com essas cidades, a sua candidatura ao prémio; 2ª fase - viagem de reconhecimento às cidades eleitas Capitais Verdes, até à data; 3ª fase - visita às restantes cidades verdes do leque de 25 cidades.

Este projeto acabou por nunca chegar a ganhar a dimensão desejada por vários motivos, entre eles, a falta de apoios e de experiência na angariação de patrocínios e a falta de tempo para o desenvolver da forma inicialmente delineada. Acabou por se tornar numa excelente experiência, devido às inúmeras reuniões que se realizaram com algumas empresas de renome no ramo das telecomunicações, dos combustíveis, dos equipamentos e acessórios para autocaravanas, entre outras.

Visto que o intuito deste projeto era o levantamento de dados para o desenvolvimento deste estudo, o que acabou por se mostrar bastante moroso entre reuniões, contactos com entidades externas (autarquias europeias) e autarquias nacionais, reparações na autocaravana (que acabou por se adquirir) entre outros pormenores, facilmente se concluiu que um ano nunca seria suficiente para um projeto desta envergadura, acabando por se abdicar da realização do mesmo.

Desenvolvimento/concretização da proposta inicial

Assumindo a não realização do projeto, adotou-se uma postura mais prática em busca da informação pertinente, cingindo o projeto a apenas 2 cidades, Hamburgo e Nantes. Estas cidades foram selecionadas como casos práticos deste estudo, devido ao seu histórico ambiental e à sua eleição como Capitais Verdes da Europa (Hamburgo em 2011 e Nantes em 2013). Além da vertente ambiental, ambas as cidades, viram na cultura e na criatividade a solução para a dinamização e revitalização dos seus tecidos urbanos, principalmente, nas zonas industriais e portuárias desertificadas, que caracterizavam o rosto destas cidades.

Não descartando a pesquisa a nível nacional, abordou-se a Câmara Municipal da Maia com o intuito de aceder ao histórico de boas práticas ambientais e ao histórico de outras autarquias nacionais, entre elas, destacaram-se as cidades de Cascais, Lisboa e Porto, que para além do seu histórico ambiental, têm investido em políticas ambientais, ao ponto de submeterem a candidatura ao Prémio Capital Verde da Europa de 2017⁵.

Realizou-se um estágio académico não remunerado com a duração de 210 horas presenciais e externas na Câmara Municipal da Maia, possibilitando o acesso ao arquivo das práticas ambientais, aos espaços verdes da zona autárquica da Maia, às empresas responsáveis pela gestão de resíduos (Maia Ambiente e Lipor), como à convocatória de reuniões com outras autarquias nacionais. Este estágio possibilitou um enquadramento no quadro estratégico da Maia, tendo em conta a sua participação em plataformas teste *online* da Comissão Europeia, que promovem o *networking*, a partilha de conhecimentos e de iniciativas entre cidades europeias no âmbito ambiental.

Como se pôde comprovar, os objetivos iniciais para o desenvolvimento deste trabalho foram-se alterando e adaptando aos cenários mais favoráveis e alcançáveis, diminuindo os níveis de ambição do projeto e aumentando os seus níveis de concretização, tornando possível a visita a 2 das Capitais Verdes (Hamburgo e Nantes) e um estágio na Câmara Municipal da Maia⁶.

⁵ Após 7 edições do Prémio Capital Verde da Europa, pela 1ª vez, em 2014, na 8ª edição do prémio, para a Capital Verde de 2017, Portugal contou com a presença de cidades portuguesas entre as candidatas ao prémio, no entanto, nenhuma das 3 candidatas passou sequer na pré-seleção.

Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-1191_pt.htm e <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/2017-essen/index.html>

⁶ O acordo e avaliação do estágio na Câmara Municipal da Maia encontra-se disponível no apêndice 2.

Metodologia

Uma das questões fundamentais de uma investigação é a opção metodológica a utilizar, devendo a escolha da metodologia ser feita em função da natureza da problemática do objeto de estudo e das suas características (PATTON, 1990; REINCHARDT e COOK, 1979). Com efeito, as questões a que a investigação se propõe responder desempenham um papel importantíssimo na definição da metodologia a assumir em todo o processo.

Assumindo como objeto de estudo saber quais os desafios que enfrentam e que responsabilidades devem assumir as cidades para assegurarem um futuro viável e sustentável, colocam-se quatro níveis de observação:

- Investigar os desafios ambientais que a sociedade enfrenta, demonstrando num panorama internacional a tomada de consciência e a difusão de uma preocupação ambiental generalizada, e num panorama europeu centrar esta preocupação no âmbito das cidades e em como estas assumem as suas responsabilidades através de iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável urbano;
- Compreender o conceito de cidade, a sua evolução e os diferentes enquadramentos protagonizados para e pelas cidades, descortinando os seus desafios e responsabilidades;
- Apurar a noção dos conceitos de Cidade Verde e Cidade Criativa, clarificando a sua importância no repensar e redesenhar as cidades;
- Analisar 2 casos práticos de cidades europeias (Hamburgo e Nantes) à luz dos conceitos identificados e estudados.

Para a obtenção destas informações procurou-se, inicialmente, organizar uma pesquisa de campo a um leque de cidades europeias intituladas de Cidades Verdes e/ou Cidades Criativas, possibilitando o acesso a dados oficiais e não oficiais recolhidos através de entrevistas aos responsáveis autárquicos e aos seus cidadãos.

Este objetivo demonstrou-se bastante complexo e moroso, optando-se por uma abordagem mais incisiva e prática a apenas 2 cidades europeias, Hamburgo e Nantes, portadoras do rótulo Capital Verde da Europa. Foi através do contacto direto com ambas as cidades e da pesquisa de campo nelas realizada, que houve oportunidade de nos familiarizarmos com o seu contexto ambiental, as suas infraestruturas, iniciativas,

respetivos impactos e consciência dos cidadãos. Este contato direto com os objetos de pesquisa revelou-se pouco proveitoso no âmbito da recolha de dados através de entrevistas. Na cidade de Hamburgo questionaram-se cerca de 50 cidadãos⁷ que se encontravam nas principais áreas verdes da cidade (parques principais) e na Universidade de Arquitetura de Hamburgo, situada em Hafen City.

O capítulo I é constituído por uma breve exposição da problemática ambiental procurando responder à questão: “Porquê um Pensamento Verde?”; posteriormente, dividir-se-ão os marcos principais em 2 panoramas distintos, assumindo um raciocínio dedutível, de um caso geral para um caso particular, de um panorama internacional geral para um panorama europeu centrado no desenvolvimento sustentável urbano.

O capítulo II deste estudo é dedicado à temática da cidade, tendo sido realizadas abordagens distintas sobre a Urbe, nomeadamente quanto ao seu conceito, à sua evolução ao longo da História e às distintas estratégias de adaptação das cidades às necessidades dos seus cidadãos. O capítulo III aborda a temática das Cidades Verdes, introduzindo a necessidade de implementação de sustentabilidade urbana em resposta aos desafios ambientais presentes nas cidades. A União Europeia, e mais especificamente a Comissão Europeia, tem um papel crucial na difusão e promoção de iniciativas que pautem pelo desenvolvimento sustentável urbano, uma das iniciativas exemplo apresentada é o Prémio Capital Verde da Europa.

O capítulo IV é reservado às Cidades Criativas e aos principais autores deste tema, Charles Landry e Richard Florida. Importa salientar algumas dos conceitos chave que serão abordados neste capítulo como cultura, diversidade cultural, identidade, marca das cidades e indústrias criativas. O capítulo V incide sobre o trabalho de campo realizado nas 2 cidades europeias, Hamburgo e Nantes, onde são revelados uma série factual de dados que demonstram o potencial criativo e sustentável destas cidades.

A revisão da literatura e o trabalho de campo orientaram-se ao objeto de estudo e às áreas confinantes de abordagem. As técnicas de recolha de dados, o seu tratamento e a sua inserção no conteúdo deste estudo foram integradas com a coerência possível num trabalho que, no âmbito deste Mestrado, se pretendia inédito.

A estrutura metodológica através da fundamentação teórica e conceptual, do levantamento de autores relevantes, da observação *in loco*, dos casos de estudo e respetiva comparação, e das opções priorizadas, procura responder à questão de partida

⁷ O questionário realizado na cidade de Hamburgo no âmbito do Prémio Capital Verde da Europa encontra-se disponível no apêndice 3.

e, simultaneamente, servir, de modo didático, o interesse e a necessidade de conhecimento nesta temática.

Considerando que as investigações qualitativas privilegiam a compreensão dos problemas a partir da perspectiva dos sujeitos, consubstanciando uma abordagem que permite não só a sua descrição, como compreender os fenómenos e os acontecimentos na sua complexidade, e porque, atendendo aos objetivos do presente estudo, interessa mais conhecer a realidade concreta nas suas dimensões reais e temporais, optou-se por uma metodologia de investigação qualitativa ou interpretativa, por se entender que seria a mais adequada para perceber os processos inerentes à problemática da investigação.

As pesquisas qualitativas interessam-se mais pelos processos do que pelos produtos, e o que torna um estudo interpretativo é o foco na substância, e não nos procedimentos de recolha de dados. Alguns autores defendem que, embora a natureza ou a temática de determinadas investigações possa exigir a opção por uma abordagem qualitativa, tal não significa a rutura com uma abordagem quantitativa (PATTON, 1990), na medida em que, embora se parta do princípio de que é vantajosa a construção do conhecimento de forma indutiva e sistemática, se podem igualmente recolher dados para confirmar teorias e generalizar, com maior certeza, fenómenos e comportamentos, permitindo maior inteligibilidade do real e evita atitudes reducionistas. Por outro lado, é crucial que exista uma forte coerência entre o objeto de estudo, os objetivos da investigação e a opção metodológica. Em qualquer investigação qualitativa, os dados são predominantemente descritivos, surgindo a teoria da recolha, análise e descrição dos dados, a partir dos quais é delineada a sua interpretação.

Por último, coloca-se a questão de saber até que ponto a investigação em apreço não é condicionada pelo investigador. Com efeito, o tratamento dos dados é uma das tarefas mais difíceis na investigação qualitativa (na medida em que o grande volume de dados recolhidos faz com que esta seja uma tarefa extremamente complexa), e qualquer perspectiva interpretativa dos acontecimentos é feita a partir da indução de significados próprios, no seu contexto, complexidade e singularidade.

A observação participante em todo o processo de produção de conhecimento no presente estudo, assente em dados documentados, contextualizados e interpretados, teve por base uma postura de total omissão de opiniões pessoais, procurando-se conferir-lhe o máximo rigor e abrangência.

Capítulo I

Para um Pensamento Verde

Marcos Principais

“When the last tree is cut and the last fish killed, the last river poisoned, then you will see that you can't eat money.”

John May, *The Greenpeace Story*

Na abertura deste capítulo é necessário referir a importância da apresentação dos principais acontecimentos e dos principais marcos cronológicos na caminhada gradual para a disseminação de um pensamento verde com vista ao desenvolvimento sustentável, enquadrando o leitor na temática e nos objetivos alcançados e a alcançar pelas Nações Unidas, Comissão Europeia e organizações associadas.⁸

Para uma melhor perceção desenvolver-se-á um enquadramento histórico, com alguns exemplos práticos retirados da obra, *Green Development - Environment and sustainability in a developing world*, da autoria de W.M. Adams, que evidenciam a urgência na adoção de um pensamento verde.

Apresentar-se-ão os principais marcos gerais, tanto num Panorama Internacional, a nível de iniciativas e de catástrofes naturais ou de negligência humana que marcaram o histórico ambiental do nosso planeta, como num Panorama Europeu, centrado em iniciativas, da Comissão Europeia, destinadas à dinamização ambiental das áreas urbanas, das quais serão exemplo: a Agenda 21 Local, o Pacto dos Autarcas e o Prémio Capital Verde da Europa.

As informações referidas, no Panorama Internacional, foram recolhidas de 2 cronologias, *Sustainable Development Timeline 2010 e 2012*, da autoria do IISD⁹ e de algumas fontes computadorizadas retiradas de *sites* de organizações de referência que serão indicados ao longo do subcapítulo. No Panorama Europeu, a informação foi recolhida de relatórios e dos *sites* oficiais da Comissão Europeia e das iniciativas identificadas neste subcapítulo.

⁸ O conteúdo deste capítulo será meramente expositivo, evitando qualquer aproximação ou postura crítica.

⁹ IISD - *International Institute for Sustainable Development*, traduzido, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável é uma organização internacional que promove o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental através de pesquisas inovadoras, comunicação e parcerias. O instituto tem escritórios no Canadá, Suíça e Estados Unidos, e opera em mais de 70 países. Disponível em: www.iisd.org

Porquê um Pensamento Verde?

“Nature shrinks as capital grows. The growth of the market cannot solve the very crisis it creates.”

Vandana Shiva, *Soil Not Oil: Environmental Justice in an Age of Climate Crisis*

O crescimento da economia mundial e o aumento exponencial da população mundial (9 mil milhões de habitantes até 2050) implicam o rápido esgotamento dos recursos naturais da Terra.

A água, o solo, o ar puro e os serviços prestados pelos ecossistemas são recursos vitais para a nossa saúde e para a manutenção da nossa qualidade de vida, mas a sua disponibilidade é, a cada dia, mais limitada.

Os pilares nos quais a economia atual assenta culminam num equilíbrio entre o consumismo desenfreado da procura e a diversidade estratégica da oferta, alimentada pelo esmiuçamento dos recursos existentes com o lucro como objetivo primordial.

O aumento da concorrência e a contínua aposta numa sociedade capitalista resultam numa corrida à exploração desmedida dos recursos disponíveis contribuindo na sua escassez e conseqüente aumento dos preços, afetando a economia, gerando enormes contrastes sociais e graves conseqüências ambientais com repercussões irreversíveis nos ecossistemas. Por exemplo, a rutura das unidades populacionais de bacalhau do Atlântico ao largo da costa do Canadá, nos anos 90. (Comissão Europeia, 2011)

A exploração por arrastões de fundo provocou um grande aumento do número de capturas, diminuindo os preços devido à abundância de produto no mercado, o que inevitavelmente levou ao seu desperdício, visto haver demasiada oferta. Várias populações de bacalhau e de outros peixes (salmão vermelho e espadarte) entraram em colapso nessa década e não conseguiram recuperar mesmo após o cessar da pesca.¹⁰

O bacalhau-do-atlântico é considerado vulnerável na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN ¹¹.

¹⁰ Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-95-313_pt.htm

¹¹ IUCN - *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*, traduzido, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais é uma organização internacional que tem como missão influenciar, encorajar e apoiar sociedades e organizações em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável. Fundada em 1948, sua sede está localizada em Gland, Suíça. Reúne 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e

A não penalização dos autores destas práticas é paralelamente alarmante pela inexistência de decisões por parte das autoridades competentes, o que provocou, neste caso, a perda de dezenas de milhares de postos de trabalho, acarretando graves custos humanos e a própria devastação de comunidades locais.

Outro exemplo é a nossa dependência de fontes de energia não renováveis como os combustíveis fósseis (carvão, petróleo bruto e gás natural) e o urânio, que é a matéria-prima necessária para obter a energia resultante dos processos de fissão ou fusão nuclear.

Todas estas fontes de energia têm reservas finitas, uma vez que é necessário muito tempo para as repor, e a sua distribuição geográfica não é homogênea, ao contrário das fontes de energia renováveis, originadas graças ao fluxo contínuo de energia proveniente da natureza.

Geralmente, as fontes de energia não renováveis são denominadas fontes de energia convencionais, uma vez que 86,7% do consumo energético mundial atual assenta na utilização de combustíveis fósseis. (BP, 2014)

Neste cenário global, o petróleo mantém-se líder energético pelo 14º ano consecutivo com um percentual de 32,9%, seguido do carvão com 30,1% que alcançou a sua quota mais alta desde 1970, no terceiro lugar das fontes de energia mais consumidas encontra-se o gás natural com 23,7%. Os restantes 13,3% do consumo energético mundial divide-se em energia hidroelétrica (6,7%), energia nuclear (4,4%) e energias renováveis (2,2%). (BP, 2014)

O impacto ambiental consequente da utilização de combustíveis fósseis é atroz e poderá até ser irreversível.

Por exemplo, a utilização do carvão prende-se aos poluentes e gases nocivos resultantes da sua combustão, como o dióxido de carbono (CO₂), os óxidos de azoto (NO_x), de enxofre (SO₂) e os hidrocarbonetos (HC), cuja concentração na atmosfera causa consequências graves na saúde humana, contribuindo na poluição das cidades, na formação de chuvas ácidas e no aumento do efeito de estufa do planeta. (BP, 2014)

Estes gases são emitidos em maiores quantidades do que os produzidos na combustão dos restantes combustíveis fósseis, onde o gás natural se destaca como o combustível fóssil com menor emissão de gases com efeito de estufa, pois apenas origina dióxido de carbono e uma quantidade ínfima de óxidos de azoto.

cientistas de 181 países, estando entre as principais organizações ambientais do mundo. Disponível em: <http://www.iucn.org/>

No entanto, além da emissão de gases com efeito de estufa no momento da sua combustão, o petróleo, por exemplo, apresenta diferentes riscos ao longo do seu processo de extração, devido à possibilidade de derrame no local da prospeção; no transporte, o perigo advém da falta de fiabilidade dos meios envolvidos, bem como, da utilização de infraestruturas obsoletas; e na refinação, o perigo de contaminação através dos resíduos das refinarias.

O recurso à energia nuclear surgiu como uma solução possível face ao problema do efeito de estufa, visto não serem emitidos gases poluentes para a atmosfera, contribuindo para a diversificação das fontes de energia e diminuindo a vulnerabilidade dos países às oscilações dos preços dos combustíveis fósseis. (BP, 2014)

A energia nuclear é produzida através da reação de fissão nuclear que utiliza o urânio como combustível e consiste na partição de um núcleo pesado em dois núcleos de massa aproximadamente igual. (BP, 2014)

Em alternativa, a energia nuclear pode também ser produzida através do processo de fusão nuclear, que consiste na união de dois núcleos leves para formar outro mais pesado e com menor conteúdo energético, através do qual se libertam também grandes quantidades de energia. Este processo envolve átomos leves, como os de deutério, trítio ou hidrogénio, que são substâncias muito abundantes na natureza. (BP, 2014)

De referir, que o impacto ambiental resultante do processo de fusão é muito menor, quando comparado com o da energia nuclear produzida por fissão. Atualmente, esta fonte de energia encontra-se ainda numa fase experimental, já que a tecnologia ainda não conseguiu criar reatores de fusão devido às altas temperaturas necessárias para levar a cabo o processo. (BP, 2014)

Os riscos inerentes à produção de energia elétrica recorrendo a esta fonte chegam a ser catastróficos, devido ao perigo de explosão nuclear e de fugas radioativas, a poluição térmica, a produção de resíduos radioativos e a contaminação radioativa que advém desses resíduos, sem esquecer também o custo elevado de construção e manutenção das instalações, que contribuem significativamente para que o uso desta fonte de energia continue a ser encarada, por muitos, como um risco desaconselhável.

A utilização de combustíveis fósseis é causa direta de importantes danos para o meio ambiente e para a sociedade: destruição de ecossistemas, danos florestais e em aquíferos, doenças, redução da produtividade agrícola, corrosão de edificações, monumentos e infraestruturas, deterioração da camada de ozono e da qualidade do ar,

sem esquecer os efeitos indiretos como os acidentes em sondagens petrolíferas e minas de carvão ou a contaminação por derramamentos químicos ou de combustível.

Uma das maiores vítimas das práticas poluentes do homem é a água. Um dos recursos naturais vitais que mais se tem visto ameaçado pelo aumento da poluição e pelas alterações climáticas. Tem, conseqüentemente, resultado na diminuição drástica das reservas naturais de água doce, na acidificação dos oceanos, na degradação dos seus ecossistemas aquáticos (principalmente os ecossistemas costeiros), no acelerado degelo dos glaciares, na alteração dos padrões de precipitação, na alteração do abastecimento de água e na intensificação das inundações e das secas.

Atualmente mais de um bilhão de pessoas vive em regiões onde a escassez de água é uma realidade diária, e estima-se que 3,5 bilhões de pessoas se encontrem na mesma situação até 2025. (BP, 2014)

Outro problema que resulta de um sistema energético baseado na utilização de combustíveis fósseis é a dependência económica dos países não produtores das matérias-primas. Em alternativa, as energias renováveis são geralmente consumidas no local onde são geradas, isto é, são fontes de energia autóctones. Desta forma, é possível diminuir a dependência dos fornecimentos externos e contribuir ainda para o equilíbrio interterritorial e para a criação de postos de trabalho em zonas mais deficitárias. Neste sentido, estima-se que as energias renováveis são responsáveis pela criação de cinco vezes mais postos de trabalho do que as convencionais, que geram muito reduzidas oportunidades de emprego, atendendo ao seu volume de negócio.

O rápido crescimento observado para o consumo energético, com todos os problemas inerentes ao atual modelo energético baseado nas energias não renováveis, fazem com que seja imprescindível propor um novo modelo baseado na eficiência e na poupança energética e na implementação de energias renováveis. É importante ter em conta que os impactos ambientais, resultantes do modelo vigente, têm um grande custo socioeconómico para a sociedade.

Em virtude de um modelo energético insustentável, o homem está sujeito às conseqüências económicas que daí resultam, bem como aos impactos negativos da deterioração do meio ambiente.

O mundo enfrenta, atualmente, uma dupla ameaça no sector da energia: a inexistência de uma oferta segura e adequada de energia a preços acessíveis; e, os danos infligidos ao ambiente pelo excessivo consumo de energia. (BP, 2014)

Neste enquadramento, é notória a urgência de iniciativas que pautem pela proteção e preservação do ambiente, tornando preponderante a participação de todas as comunidades, desde as autoridades competentes aos cidadãos, na implementação de novas práticas e hábitos que invertam as prioridades, dando o ênfase devido aos desafios ambientais atuais.

Uma estratégia integrada das políticas energéticas e ambientais deverá encontrar um ponto de equilíbrio na promoção do desenvolvimento sustentável, tendo em consideração a relação custo-eficácia, o desenvolvimento social e o crescimento económico, desenvolvendo a capacidade de resposta da sociedade na supressão das suas necessidades e na melhoria da sua qualidade de vida.

Através deste discurso pretende-se apresentar alguns dos motivos que justificam o porquê de um pensamento verde, e como urge a necessidade de se implementarem e promoverem, por parte das autoridades competentes (organizações, autarquias e empresas) e dos próprios cidadãos, novos padrões comportamentais que atenuem o nosso impacto ambiental.

No subcapítulo Panorama Internacional procura-se listar, cronologicamente, os principais esforços e iniciativas que demonstram, por parte dos líderes e organizações mundiais, o compromisso na resolução dos desafios ambientais, assumindo a cada dia um papel crucial no equilíbrio da balança e na diminuição da nossa pegada ecológica¹², difundindo a urgência na adoção de um pensamento verde.

¹² Foi a pensar na dimensão crescente das marcas que deixamos e na forma de quantificá-las, que os especialistas William Rees e Mathis Wackernagel desenvolveram, em 1996, o conceito de Pegada Ecológica. A Pegada Ecológica foi criada para nos ajudar a perceber a quantidade de recursos naturais que utilizamos para suportar o nosso estilo de vida. Procura ser uma estimativa do impacto que o nosso estilo de vida tem sobre o Planeta, permitindo avaliar até que ponto a nossa forma de viver está de acordo com a sua capacidade de disponibilizar e renovar os seus recursos naturais, assim como absorver os resíduos e os poluentes que geramos. Calcula-se a biocapacidade da terra como a quantidade de área biologicamente produtiva - cultivo, pastagem, floresta e pescas - que está disponível para atender às necessidades da humanidade. Desde meados de 1980, que temos estado a exceder a biocapacidade do Planeta em cerca de 25%. Disponível em:

http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/por_um_planeta_vivo/o_relatorio_planeta_vivo/pegada_ecologica_hu_mana/

Panorama Internacional

“Why should we tolerate a diet of weak poisons, a home in insipid surroundings, a circle of acquaintances who are not quite our enemies, the noise of motors with just enough relief to prevent insanity? Who would want to live in a world which is just not quite fatal?”

Rachel Carson, *Silent Spring*, 1962

Em 1962, Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring*, que para muitos foi considerado o ponto de viragem na compreensão das interligações entre ambiente, economia e bem-estar social. Este livro aglomera a pesquisa pessoal nas áreas da toxicologia, da ecologia e da epidemiologia, afirmando que os pesticidas agrícolas estariam a despoletar uma catástrofe a vários níveis, tendo impactos nefastos em várias espécies animais e na saúde humana.

Em 1968, Paul Ehrlich publicou *The Population Bomb*, abordando o aumento desmesurado da população humana e os seus riscos na exploração de recursos e no ambiente.

Em 1969, a Lei Nacional de Política Ambiental é aprovada nos Estados Unidos, tornando-se este o primeiro país a estabelecer um quadro legislativo nacional para a proteção do ambiente.

Em 1971, o Concelho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)¹³ implementa o Princípio Poluidor Pagador, estipulando que quem causa poluição deve assumir os seus custos.

Em 1972, da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, resultou a publicação do Relatório do Clube de Roma, *“Limits to Growth”*, onde foram abordados muitos aspetos do uso dos recursos naturais e do esgotamento das suas fontes, dando especialmente ênfase à pressão sobre o meio ambiente, provocada pelo crescimento económico e pela poluição industrial, reflexo dos problemas que começaram a aflorar com relativa importância nos países industrializados.¹⁴

¹³ OCDE - Concelho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, traduzido, *The Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) é uma organização internacional composta por 34 países que aceitam e defendem os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas económicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas nacionais e internacionais. A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano, sendo considerados países desenvolvidos. Disponível em: <http://www.oecd.org/>

¹⁴ Disponível em: www.clubofrome.org

Nesse mesmo ano, procedeu-se à criação do *United Nations Environment Programme* (UNEP)¹⁵ e a apresentação do conceito Ecodesenvolvimento, da autoria de Ignacy Sachs, considerado por muitos o precursor do Desenvolvimento Sustentável.

Em 1974, desenvolvido pela Fundação Bariloche, nasce o *Latin American World Model* como resposta dos países de Sul ao “*Limits to Growth*”, um alerta para o crescimento e equidade do Terceiro Mundo.¹⁶

A expressão sustentabilidade apareceu pela primeira vez em 1980, no relatório “*Towards Sustainable Development*” da IUCN, enquadrado na *World Conservation Strategy*, em que surgiu como uma aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente com os objetivos de manutenção do ecossistema, preservação da diversidade e utilização sustentável dos recursos.

Em 1982, as Nações Unidas, na convenção “*World Charter Nature*”, adotaram o princípio de que qualquer forma de vida é única e deve ser respeitada, independentemente do seu valor para a Humanidade. Torna-se em mais um apelo a uma compreensão da nossa dependência dos recursos naturais e da urgência no controlo da sua exploração.¹⁷

Em 1985, é descoberto por cientistas Britânicos e Americanos, o Buraco do Ozono na Antártica. Nesse ano é lançada a iniciativa “*Responsible Care*”, por parte dos Produtores Químicos Canadianos, que providencia um Código de Conduta para os Produtores Químicos, que é atualmente adotado em diversos países.¹⁸

Ainda, em 1985, decorre, em Viena, na Áustria, o encontro da *World Meteorological Society*, conhecido como Convenção de Viena, que contou com a participação da UNEP e da *International Council of Scientific Unions*, onde foi constatada a existência e acumulação de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa na atmosfera, prevendo com base nestes indícios o aquecimento global, e segundo a qual as partes se comprometem a proteger a saúde humana e o ambiente dos danos causados pela destruição da camada do ozono.¹⁹

¹⁵ UNEP – *United Nations Environment Programme*, traduzido, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é a principal autoridade global do meio ambiente, e é a agência das Nações Unidas responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos. Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre os seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínua monitorização; alertar as populações e as nações sobre os problemas e as ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras. Disponível em: www.unep.org

¹⁶ Disponível em: www.fundacionbariloche.org.ar/LP-mod-latinoam.htm

¹⁷ Disponível em: www.un.org/documents/ga/res/37/a37r007.htm

¹⁸ Disponível em: www.ccpa.ca/ResponsibleCareHome.aspx

¹⁹ Disponível em: www.wmo.ch

Dois anos mais tarde, em 1987, ocorre a adoção do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono²⁰, onde as partes reconhecem a necessidade de limitar a produção e o consumo de todas as substâncias que possam contribuir para o empobrecimento da camada de ozono. O Protocolo de Montreal tem vindo a sofrer várias alterações, acompanhando a evolução do progresso científico e técnico: Emenda de Londres em 1990, Emenda de Copenhaga em 1992, Emenda de Montreal em 1997 e Emenda de Pequim em 1999. Da efetiva implementação dos compromissos estabelecidos no Protocolo de Montreal e suas Emendas, será expetável que em 2050 a camada de ozono recupere para os níveis existentes em 1980.²¹

O conceito de desenvolvimento sustentável é consagrado no relatório "*Our Common Future*", publicado em 1987 pela *World Commission on Environment and Development*, comissão das Nações Unidas, chefiada na altura pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Este relatório propunha a limitação do crescimento populacional, a garantia de alimentação, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a diminuição do consumo energético, o desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, o aumento da produção industrial com base nas tecnologias adaptadas ecologicamente e o controle da urbanização. Este protocolo pode considerar-se como o ponto de partida na consciencialização, atualmente aceite, da urgência na adoção de padrões comportamentais propícios a um desenvolvimento sustentável, em que é necessária a proteção do ambiente, a longo prazo, para que este, por sua vez, nos permita uma maior viabilidade económica.

A publicação do relatório Brundtland desencadeou um processo de debate, que conduziu a que, no ano de 1989, as Nações Unidas convocassem a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento²², no Rio de Janeiro, para Junho de 1992.

Em 1992, realiza-se a aclamada Conferência do Rio ou mais conhecida como a Cimeira da Terra, na qual se adotou um Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, que elabora estratégias e um programa de medidas integradas para parar e inverter os efeitos da degradação ambiental e para promover um desenvolvimento compatível com o meio ambiente e sustentável em todos os países. Este plano de ação,

²⁰ Disponível em: <http://ozone.unep.org>

²¹ Disponível em: <http://ozone.unep.org/en/treaties.php>

²² UNCED – *United Nations Conference on Environment and Development*. Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>

que cobre temas económicos, sociais e culturais de proteção do meio ambiente, foi aceite por 150 países, é conhecido atualmente pelo nome de Agenda 21²³.

Em 1994, John Elkington concebeu o *Triple Bottom Line (TBL)*²⁴ para ajudar as empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade económica, justiça social e preservação ambiental.

Em 1996, é formalmente adotada a Norma ISO 14001²⁵ como norma internacional voluntária para a gestão ambiental corporativa.

Em 1997, as Nações Unidas realizaram no mês de Junho, aquela que se conhece como a Segunda Cimeira da Terra, ou Cimeira da Terra +5, por ter tido lugar cinco anos depois da Conferência do Rio. O seu objetivo geral foi o de informar e comprovar o estado da implementação dos acordos da Cimeira de 1992.

Nesse mesmo ano, em Quioto, no Japão, é discutido e negociado o famoso Protocolo de Quioto, onde são definidas e agendadas metas para a redução da emissão de gases que agravem o efeito de estufa. O Protocolo foi aberto para assinaturas a 11 de Dezembro de 1997, entrando em vigor a 16 de Fevereiro de 2005, sendo que para este entrar em vigor seria necessária a participação de países, que juntos, produzissem 55% das emissões. As regras de implementação do Protocolo foram aprovadas na 7ª Conferência das Partes (COP 7 – *7th Conference of the Parties*) em Marraquexe, Marrocos, em 2001, e são conhecidos como os "Acordos de Marraquexe".

Neste Protocolo propõe-se um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases que agravem o efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012, também chamado de primeiro período de compromisso. Em Novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.

As metas de redução não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38 países com maior emissão de gases com efeito de estufa. A

²³ A iniciativa Agenda 21 será abordada mais detalhadamente no subcapítulo do Panorama Europeu.

²⁴ O conceito de *Triple Bottom Line* está ligado ao compromisso das organizações com o desenvolvimento sustentável, submetendo a avaliação dos seus resultados a 3 critérios: Pessoas (*People*) - responsabilidade social; Planeta (*Planet*) - responsabilidade ambiental; e Lucro (*Profit*). Disponível em: <http://www.economist.com/node/14301663>

²⁵ O modelo de gestão ambiental estabelecido pela norma ISO 14001: 2004 está atualmente generalizado a nível internacional e serve de referência a um conjunto vasto de organizações, independentemente das suas áreas de atividade e da sua dimensão. A sua aplicabilidade tem ainda a vantagem de as orientar na demonstração do seu compromisso com os requisitos legais, uma vez que o atual enquadramento político, social e económico está condicionado pela existência de legislação cada vez mais restritiva que obriga ao desenvolvimento de medidas que fomentem a proteção ambiental. Disponível em: www.iso.org

redução dessas emissões deverá acontecer em várias atividades económicas, um estímulo aos países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas:

- Reformar os setores de energia e transportes;
- Promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- Limitar as emissões de metano na gestão de resíduos e dos sistemas energéticos;
- Proteger florestas e outros captadores de carbono.

Em 1998, as preocupações com a segurança alimentar aumentam. A União Europeia bloqueia a importação de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)²⁶ provenientes da América do Norte.²⁷

Em 2000, as Nações Unidas definem os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, a alcançar até 2015, reunindo a maior concentração de sempre de líderes mundiais que acordam em estabelecer objetivos temporários e mensuráveis no combate contra a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação ambiental e a discriminação das mulheres.²⁸

Em 2001, a China adere ao *World Trade Organization*²⁹, acelerando as mudanças económicas e estruturais nacionais. A adesão sinaliza a emergência da China, juntamente com o Brasil e a Índia, como as principais novas forças da economia global.

Em Setembro de 2002, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, após 10 anos da Conferência do Rio, realiza-se a conferência mundial Rio + 10. Esta conferência destacou-se pelo sentimento de frustração com a falta de progresso por parte dos governos, visto que a conferência promove parcerias como uma abordagem não-negociada para a sustentabilidade e os resultados alcançados até à data eram desanimadores.³⁰

²⁶ Os Organismos Geneticamente Modificados (GMO - *Genetically Modified Organisms*), ou simplesmente Transgênicos, são organismos manipulados geneticamente, de modo a favorecer características desejadas pelo Homem. Os OGMs possuem alterações nas cadeias do genoma realizadas através da Engenharia genética. Disponível em: <http://www.romerlabs.com/en/knowledge/gmo/>

²⁷ No entanto, atualmente, já se cultiva, na UE, o milho MON 810 da Monsanto, uma variedade resistente a insetos. Apenas alguns países (Áustria, Bulgária, Grécia, Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo e Polónia) adotaram cláusulas de salvaguarda, proibindo o seu cultivo nos seus territórios. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140902STO57801/html/Perguntas-e-Respostas-o-cultivo-de-OGM-na-UE>

²⁸ Disponível em: www.un.org/millenniumgoals/

²⁹ A *World Trade Organization* (WTO), ou traduzido, Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização criada com o objetivo de supervisionar e liberalizar o comércio internacional. A organização surgiu a 15 de Abril de 1994, com a declaração de Marraquexe, e lida com a regulamentação do comércio entre os países-membros, fornecendo uma estrutura que possibilita a negociação e formalização de acordos comerciais, e a resolução de conflitos. Disponível em: <https://www.wto.org/>

³⁰ Disponível em: www.worldsummit2002.org

Em 2006, a NASA reporta que a camada de ozono mostra os primeiros sinais de recuperação, em parte devido à redução das concentrações de CFC's³¹, princípio implementado no âmbito do protocolo de Montreal.³²

Em 2007, a atenção pública às mudanças climáticas aumenta com o lançamento do documentário do ex-vice-presidente Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, galardoado com um Óscar, e com as previsões do IPCC³³ sobre a saúde do planeta. O IPCC e Gore dividiram o Prémio Nobel da Paz.³⁴

Em 2008, pela primeira vez na história mais de 50% da população mundial vive em vilas e cidades³⁵. Este indicador motivou nesse ano a que os governos investissem parte do seu orçamento em ações ambientais, estimulando uma economia de baixo carbono e de crescimento verde assumindo esta postura como um dos objetivos para a economia do futuro.

Também em 2008, os cientistas documentaram que os oceanos se têm tornado cada vez mais ácidos a um ritmo mais acelerado do que era previsto. Pesquisas realizadas durante oito anos demonstraram as graves consequências deste acontecimento nos ecossistemas globais.³⁶

Em 2009, na Cimeira de Pittsburgh, os países do G20 estabeleceram orientações para um século XXI global, sustentável e economicamente estável. Os líderes apelaram à diminuição gradual dos subsídios cedidos aos combustíveis fósseis, implementando medidas que estimulem um consumo mais sustentável e oferecendo um apoio direcionado e específico as pessoas mais carenciadas.³⁷

A 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 15) realizada em Copenhaga, em 2009, demonstrou que apesar de ser unânime a vontade de se alterarem os padrões atuais de consumo energético e de preservação ambiental, ainda existem

³¹ O clorofluorcarboneto (CFC) é um composto altamente poluente, à base de carbono (o principal responsável pela redução da camada de ozono), sendo atualmente, proibida a utilização de CFC's em vários países. Existem hoje vários projetos para diminuir a utilização dos CFC's, no entanto, não será tarefa fácil devido à dependência do seu uso na refrigeração.

³² Disponível em: http://science.nasa.gov/headlines/y2006/26may_ozone.htm

³³ O *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), ou traduzido, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, é uma organização científico-política criada em 1988, no âmbito das Nações Unidas (ONU), pela iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Tem como objetivo principal sintetizar e divulgar o conhecimento mais avançado sobre as mudanças climáticas que hoje afetam o mundo. Especificamente, foca-se na resolução do aquecimento global, apontando as suas causas, efeitos e riscos para a humanidade e para o meio ambiente, sugerindo maneiras de o combater. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/>

³⁴ Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/

³⁵ Disponível em: www.unfpa.org/pds/urbanization.htm

³⁶ Disponível em: www.pnas.org/content/105/48.toc

³⁷ Disponível em: <http://www.cfr.org/world/g20-leaders-final-statement-pittsburgh-summit-framework-strong-sustainable-balanced-growth/p20299>

muitas opiniões díspares de como implementar as ações necessárias para um desenvolvimento sustentável.³⁸

No entanto, foram muitos os que reconheceram a importância histórica da Conferência de Copenhaga, destacando um sucesso sem precedentes, visto que estiveram reunidos a maioria dos líderes mundiais na procura de soluções para travar as alterações climáticas e definir ações de mitigação prometidas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como as deliberações financeiras e tecnológicas. Desta conferência, foram muitos os responsáveis que saíram dececionados com o seu resultado, um acordo (Acordo de Copenhaga) considerado não oficial e com implicações práticas questionáveis.

Ainda nesse ano, a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior emissor mundial de gases com efeito de estufa, no entanto na avaliação *per capita* a China apenas ocupa o 78º lugar (IRW, 2009).

Em 2010, a 20 de Abril uma fuga de gás e consequente explosão ocorreram a bordo da plataforma petrolífera da multinacional BP, *Deepwater Horizon*, que se encontrava na exploração Macondo, no Golfo do México, onde durante 87 dias foram derramados cerca de 5 milhões de barris de petróleo até o poço ser selado. Além das mortes resultantes do acidente, este incidente prejudicou gravemente habitats de vida selvagem, a pesca, o turismo e a economia da região.³⁹

Em 2011, decorreu em Durban, na África do Sul, a 17ª Convenção sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP 17)⁴⁰, onde se descortinou um avanço na resposta por parte da comunidade internacional às alterações climáticas. No segundo maior encontro entre líderes mundiais, as negociações avançaram para a implementação da Convenção e Protocolo de Quioto, do Plano de Ação de Bali (COP 13, 2007) e os acordos de Cancun (COP 16, 2010). Os resultados culminaram na decisão em adotar um acordo legal universal focado nas mudanças climáticas, o mais rapidamente possível, estipulando um prazo máximo até 2015. O Presidente da COP17 (17ª Conferência das Partes) Maite Nkoana-Mashabane disse: "O que foi alcançado em Durban terá um papel central em salvar o amanhã, hoje" (IISD, 2011).

³⁸ Disponível em: www.iisd.ca/climate/cop15 e <http://www.c2es.org/international/negotiations/cop-15>

³⁹ Disponível em: www.bp.com/sectiongenericarticle800.do?categoryId=9036575&contentId=7067541

⁴⁰ As Conferências das Partes (COP's) organizam-se todos os anos. Para além das referidas, realizaram-se a COP 18 (2012, Doha, Qatar), COP 19 (2013, Warsaw, Poland), COP 20 (2014, Lima, Peru) e COP 21 (2015, Paris, France).

Em 2011, sucedem-se 2 catástrofes naturais, um terramoto e consequente *tsunami*, no Japão, que danificaram gravemente uma plataforma de energia nuclear aumentando as preocupações mundiais em relação aos riscos da utilização desta fonte de energia e à insegurança na sua utilização, devido às fugas radioativas e consequente contaminação radioativa na região em causa.

Em 2012, a China investe na sua capacidade produtiva, a baixos custos, no sector das energias renováveis (energia solar e eólica), tornando-se o líder mundial no mercado das energias eólicas. Os Estados Unidos contestaram esta vantagem competitiva da China, alegando concorrência desleal na implementação de práticas injustas para o mercado. Os resultados desta concorrência e disputa pelo mercado das energias renováveis influenciará o futuro das energias limpas, o seu desenvolvimento tecnológico e a sua adoção.

Nesse ano, uma das metas dos Objetivos no Desenvolvimento do Milénio foi alcançada, antes do prazo estipulado (2015): reduzir o percentual de pessoas no mundo sem acesso a água potável para metade.⁴¹

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, foi realizada em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio +20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, através de medidas que incentivam a utilização de energias limpas, trabalhos decentes e o uso justo e correto dos recursos.⁴²

Concluimos a cronologia com um memorável acordo, sem precedentes, estabelecido, a 12 de Novembro de 2014, entre os Estados Unidos e a China, os dois países responsáveis por 45% das emissões mundiais de gases de efeito de estufa.⁴³

As metas anunciadas implicam esforços adicionais, na redução das emissões de dióxido de carbono, um incentivo para as próximas cimeiras climáticas.⁴⁴

Após apresentação dos principais marcos cronológicos do histórico ambiental num panorama global, pretende-se, no panorama europeu, focar a atenção no contexto urbano, que será composto por três iniciativas da Comissão Europeia que promovem e apoiam o estabelecimento e a partilha de boas práticas ambientais e sociais nas cidades.

⁴¹ Disponível em: www.un.org/millenniumgoals/

⁴² Disponível em: www.uncsd2012.org/rio20/

⁴³ Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-e-china-estabelecem-acordo-sem-precedentes-para-a-reducao-das-emissoes-poluentes-1675960>

⁴⁴ O compromisso será avaliado e renegociado na Cimeira de Paris, em 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141112_acordo_eua_china_lk

Panorama Europeu

A partir do início dos anos 70, a Europa comprometeu-se firmemente a defender o ambiente: a proteção da qualidade do ar e da água, a preservação dos recursos e da biodiversidade, a gestão dos resíduos e das atividades com impacto nefasto são alguns dos domínios da ação europeia, quer ao nível dos Estados-Membros, quer ao nível internacional. Já o Tratado de Maastricht (1992) proclamava a promoção do Desenvolvimento Sustentável realçando a necessidade de integração dos objetivos ambientais, sociais e económicos e o fomento da participação pública na execução da generalidade das políticas comunitárias.

Desde cedo que a Europa tem demonstrado uma enorme preocupação na defesa do ambiente, no entanto, neste subcapítulo, não serão identificados os principais marcos cronológicos do histórico ambiental europeu, mas sim, três iniciativas (a Agenda 21 Local, o Pacto dos Autarcas e o Prémio Capital Verde da Europa) direcionadas, especificamente, no apoio e desenvolvimento das cidades europeias, tendo em vista o seu desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 Local ... e a Campanha de Cidades e Vilas Sustentáveis

“Compreendemos que o atual modo de vida urbano, (...) nos responsabiliza maioritariamente pelos numerosos problemas ambientais com os quais a humanidade se confronta. Este facto é extremamente relevante, pois 80% da população europeia vive nas zonas urbanas.”

Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade
Aalborg, Dinamarca, 27 de Maio de 1994

No que diz respeito à sustentabilidade local, já um ano antes da Cimeira da Terra, a Comissão Europeia tinha criado o Grupo de Peritos de Ambiente Urbano, cujo trabalho viria a dar origem à primeira fase da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis.

Esta Campanha teve como propósito, para além da divulgação dos princípios e objetivos da sustentabilidade local, tal como foram explicitados e divulgados a partir da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (CNUAD, 1992), o recrutamento de novos adeptos

(signatários) entre as diversas entidades e instituições com responsabilidade na administração local, de forma a estimular iniciativas como Agenda 21 Local.

A Agenda 21 posiciona a importância de cada País e o compromisso na reflexão sobre a forma pela qual todos os sectores da sociedade orientam as soluções para os problemas sócio ambientais e os seus objetivos de desenvolvimento.

Efetivamente constitui-se na mais abrangente tentativa, já realizada, de orientar para um novo padrão de desenvolvimento do século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e económica. Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planeamento participativo que diagnostica e analisa a situação do País, dos Municípios e das Localidades, para em seguida, planear a Sustentabilidade Local. Constitui assim um processo técnico e político que pretende envolver toda a comunidade (instituições, grupos de interesse e cidadãos) na definição das estratégias de qualificação e desenvolvimento local.

Em termos das iniciativas, a Agenda 21 não deixa dúvidas. As autoridades locais, em especial os líderes eleitos pela população, têm o compromisso e a responsabilidade de cooperar e facilitar o processo de implementação da Sustentabilidade a todas as escalas.

As cidades e os municípios da União Europeia enfrentam atualmente desafios importantes, num quadro de crise económica e de alterações climáticas. Para dar resposta a estes desafios, é crucial utilizar uma abordagem integrada que assegure um desenvolvimento urbano sustentável.

O momento chave desta primeira fase da campanha deu-se em Maio de 1994, na Primeira Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis (Conferência de Aalborg). Aqui foi aprovada a “*Carta de Aalborg*” (AAVV, 1994) que estabeleceu valores básicos e opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas e definiu a necessidade de uma campanha que divulgasse, publicitasse e apoiasse a aplicação das políticas de sustentabilidade local, estabelecendo um modelo de seis etapas para implementar a A21L.⁴⁵

Foram muitos os municípios europeus que aderiram a Aalborg, para o que muito contribuíram as sucessivas conferências realizadas na Europa, no âmbito da campanha.

A Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis realizou-se em Lisboa, em 1996, e teve como objetivo declarado contribuir para passar “da Carta à

⁴⁵ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/?id=63>

Acção”. Com o patrocínio da Comissão Europeia cerca de 1.000 representantes de autoridades locais e regionais aprovaram o que se veio a chamar Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção. Plano que incidia sobre as melhores formas de iniciar e conduzir os processos da A21L e de aplicar os princípios estabelecidos na “*Carta de Aalborg*”.⁴⁶

Sempre com o intuito de renovar esforços e partilhar experiências, quatro anos depois, em 2000, Hannover foi o palco da Terceira Conferência onde se apelou a um maior empenhamento dos municípios na agenda política tanto europeia como global, a uma maior dinamização dos processos participativos e à integração das políticas ambientais, e sociais à escala municipal.⁴⁷

No décimo aniversário da Carta de Aalborg, a cidade dinamarquesa voltou a ser escolhida para sede da IV Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis mas, desta vez, sem o apoio financeiro da Comissão Europeia. Apesar disso, Prudêncio Perera (antigo Diretor da Direção Geral de Ambiente da Comissão Europeia) afirma que existe, por parte da Comissão, a vontade de procurar soluções alternativas para apoiar os esforços da sustentabilidade local, não deixando, ainda assim, de sublinhar a responsabilidade, particularmente importante, dos municípios e das autoridades locais nos esforços para viabilizar a Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis (SCHMIDT, L., NAVE, J. & GUERRA, J., 2004).

A Conferência que ficou conhecida por Aalborg + 10 procurou responder, de acordo com os seus promotores, à necessidade de consolidar os “*Compromissos de Aalborg*” com o auto estabelecimento de metas concretas e prazos definidos para as implementar e apresentar à Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis desenvolvida, agora, sem o financiamento garantido da União Europeia, mas a partir de um Comité Diretivo que agrega as mais importantes redes de sustentabilidade europeias (e.g., Climate Alliance, Energie-Cités; ICLEI, CEMR, ACR+, Medcities...), alguns municípios que individualmente patrocinam o processo (e.g., Aalborg, Barcelona Hannover, Malmo) e, ainda, a Associação Italiana para A Agenda 21 Local.⁴⁸

O apelo para o reforço dos “*Compromissos de Aalborg*” (sobretudo a sua efetiva implementação em ações práticas no terreno) intensifica-se em 2007 com o “*Espírito de Sevilha*”, documento resultante da conferência realizada na cidade espanhola.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/lisbon-1996/>

⁴⁷ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/hannover-2000/>

⁴⁸ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/urban/aalborg.htm>

Afirmando a transversalidade necessária ao processo de promoção da sustentabilidade, sublinhou-se aqui a necessidade de implicar as comunidades locais, cujas práticas, experiências e mudanças alcançadas se repercutem diretamente na situação global.⁴⁹

Os representantes dos governos locais presentes (mais de 1.500) comprometeram-se, assim, a trazer os “*Compromissos de Aalborg*” para a rua, nomeadamente através i) da adaptação de políticas e ações para responder aos desafios da sustentabilidade; ii) da avaliação dos progressos já alcançados através da definição de indicadores; ou ainda iii) da promoção do envolvimento e acompanhamento regular dos processos pelos cidadãos, disponibilizando informação sobre os resultados.⁵⁰

Em Maio de 2010 realizou-se, o maior evento de sustentabilidade local da Europa, a VI Conferência de Cidades e Vilas Sustentáveis em Dunquerque, França. Aqui teve lugar o primeiro grande momento de avaliação da implementação dos “*Compromissos de Aalborg*”, com a realização da primeira análise global de monitorização prevista no ciclo da sustentabilidade. Explorou-se como o desenvolvimento sustentável pode ajudar os governos locais a enfrentar os atuais desafios económicos, sociais e climáticos e como ele pode continuar a ser implementado no atual contexto de crise. Foi identificada a necessidade de um maior reconhecimento do papel das autoridades locais e regionais na transformação das economias europeias em economias inteligentes, sustentáveis e mais eficientes na utilização dos recursos e na instigação dos níveis de empregabilidade.⁵¹

Três anos depois de Dunquerque, tem lugar em Genebra a VII Conferência de Cidades e Vilas Sustentáveis, que ficou marcada pelo lançamento da Plataforma Cidades Sustentáveis Europeias, onde se reúnem uma série de temas e iniciativas ligadas à sustentabilidade urbana e que incentiva a colaboração internacional e local. Um dos pensamentos chave que se sobressaiu nesta conferência questiona:

*“Com os processos políticos mundiais a não conseguirem colocar o mundo no caminho para a sustentabilidade, e com as esperanças cada vez mais depositadas nos atores locais e regionais, como é que numa altura em que as cidades enfrentam a austeridade presente na Europa, poderão elas ter condições para investir na transição para uma economia mais verde?”*⁵²

⁴⁹ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/sevilla-2007/>

⁵⁰ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/sevilla-2007/>

⁵¹ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/dunkerque-2010/>

⁵² Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/geneva-2013/>

Wolfgang Teubner (Director Regional da ICLEI⁵³ Europa) defende que *“a ideia de que os problemas sociais e ambientais têm de ser postos em espera até à resolução da crise económica, falha no reconhecimento de que existe uma ligação entre ambos. Há um enorme potencial de benefícios económicos através de um investimento inteligente, por exemplo, na melhoria da performance energética dos edifícios, melhor gestão dos recursos hídricos e na adaptação das cidades ao impacto das alterações climáticas. A produção local de energias renováveis e alimentos não só reduz a pegada ecológica como acrescenta valor à economia local. Em vez de investir dinheiro nas energias fósseis, as cidades que ganham controlo da sua produção energética beneficiam a nível económico, ao mesmo tempo que criam postos de trabalho verdes para os seus cidadãos.”*⁵⁴

Neste enquadramento que pressupõe uma adesão voluntária, o número de municípios aderentes revelou-se crescente. Registe-se, porém, a diversidade nas formas e nas intensidades de adesão entre os vários países e as várias regiões da Europa.⁵⁵

Tendo começado com apenas 80 signatários em 1994, alcançando em Fevereiro de 2009, entre os 27 países da União Europeia, 2673 signatários da Carta de Alborg.⁵⁶

O Pacto dos Autarcas

Após a adoção, em 2008, do Pacote Clima e Energia da União Europeia, a Comissão Europeia lançou o Pacto de Autarcas (*Covenant of Mayors*) para fomentar e apoiar os esforços das autarquias locais na implementação de políticas de energia sustentável. Os governos locais desempenham um papel crucial na diminuição dos efeitos das alterações climáticas, ainda mais se considerarmos que 80% do consumo energético e de emissão de CO₂ está associado à atividade urbana.⁵⁷

Pelas suas características singulares – sendo o principal movimento europeu que envolve autarquias locais e regionais voluntariamente empenhadas no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos

⁵³ International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), foi fundado pelas Nações Unidas em 1990 e promove, desde então, ações locais para a sustentabilidade global, apoiando as cidades a se tornarem sustentáveis e resilientes, projetando o desenvolvimento da economia urbana verde e inclusiva com o objetivo final de alcançar uma melhoria qualitativa da vida nas comunidades. Disponível em: <http://www.iclei.org/iclei-global/who-is-iclei.html>

⁵⁴ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/events/geneva-2013/>

⁵⁵ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/the-aalborg-process/>

⁵⁶ Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/aalborg-process/signatories/>

⁵⁷ Disponível em: http://www.covenantofmayors.eu/about/covenant-of-mayors_en.html

territórios – o Pacto de Autarcas é considerado pelas instituições Europeias como um modelo excepcional de governação a vários níveis.

O Pacto dos Autarcas é uma ambiciosa iniciativa da Comissão Europeia que junta as Autarquias mais pioneiras da Europa. Constitui uma rede permanente para partilhar e implementar boas práticas nas cidades e zonas envolventes para melhorar a eficiência energética no ambiente urbano, através de inúmeras iniciativas levadas a cabo pela Comissão em conjunto com as autarquias.⁵⁸

Consiste no compromisso de alcançar os objetivos da política da União Europeia em termos de redução das emissões de CO₂ através duma eficiência energética avançada e da produção e uso de energias mais limpas, renováveis e alternativas. Com o lema “*Atingir os 20-20-20 em 2020*” o objetivo essencial desta iniciativa é que em 2020 se atinjam as seguintes metas: a redução de 20% nas Emissões de CO₂; o aumento de 20% na Eficiência Energética; e o aumento 20% na incorporação de Fontes Renováveis na produção de energia (COMISSÃO EUROPEIA, 2013)

Para traduzirem o seu compromisso político em ações e projetos concretos, os Signatários do Pacto prepararão, em particular, um Inventário de Referência das Emissões⁵⁹ e, no prazo de um ano após a assinatura, apresentarão um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis⁶⁰ que resumirá as ações-chave que tencionam levar a cabo. As autoridades locais têm um papel principal na mitigação da alteração climática, visto que mais de metade das emissões de Gases com Efeito de Estufa são originadas nas cidades. Atualmente 80% da população vive e trabalha nas cidades, onde mais de 80% da energia é consumida (AREAL).

As autoridades locais, sendo a parte da administração mais próxima dos cidadãos, está idealmente posicionada para compreender as suas preocupações. Ainda mais, conseguem expressar os desafios duma forma mais compreensiva, facilitando a conciliação dos interesses públicos e privados e a integração da energia sustentável na

⁵⁸ As inúmeras iniciativas desenvolvidas no contexto do Pacto dos Autarcas podem ser consultadas em: http://www.pactodeautarcas.eu/about/related-initiatives_pt.html#initiatives

⁵⁹ Um Inventário de Referência das Emissões consiste na quantificação dos valores de CO₂ libertados durante o consumo energético no território de um signatário durante um ano base de referência. Permite identificar as principais fontes de emissão de CO₂ e os respetivos potenciais de redução.

⁶⁰ Um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES) é o documento-chave em que o Signatário do Pacto salienta a forma como pretende atingir a sua meta de redução de CO₂ até 2020. Define as atividades e medidas previstas para atingir as metas, assim como os prazos e responsabilidades atribuídos. Os Signatários do Pacto são livres de escolher o formato do seu PAES, desde que esteja em consonância com os princípios definidos nas linhas de orientação do PAES do Pacto.

maioria dos objetivos de desenvolvimento local, sejam eles o desenvolvimento de energias alternativas, maior eficiência energética ou as mudanças de comportamento.

O compromisso formal com os signatários está traduzido em medidas e projetos concretos. As cidades signatárias aceitam relatar e serem monitorizadas na implementação dos seus Planos de Ação de Energia Sustentável. Também aceitam abdicar do seu envolvimento no Pacto em caso de se evidenciarem as não conformidades previstas.

Até ao final de 2014 aderiram ao Pacto dos Autarcas 5661 cidades europeias de 54 países, contando com países como Marrocos, Cazaquistão, Israel, Tunísia, entre outros fora da União Europeia, sendo a primeira iniciativa da Comissão Europeia a albergar países de fora do continente europeu (AREAL).

Apesar de um número cada vez maior de municípios mostrar vontade política de assinar o Pacto, estes nem sempre têm os recursos técnicos e financeiros necessários para honrarem os seus compromissos. Foi por esta razão que se criou, no Pacto, um estatuto especial para as administrações e as redes públicas que podem ajudar os Signatários a cumprir com os seus objetivos ambiciosos. Os Coordenadores do Pacto (incluindo províncias, regiões e autoridades nacionais) disponibilizam orientação estratégica e prestam apoio técnico e financeiro aos Signatários.⁶¹

A rede de autarquias locais, conhecidas como Promotores do Pacto, comprometem-se a maximizar o impacto da iniciativa através de ações de promoção, comunicação com os seus membros e plataformas de partilha de experiências.⁶²

Para além da Comissão Europeia, o Pacto recebe o apoio institucional total, incluindo o do Comité das Regiões, que apoiou a iniciativa desde o início, o do Parlamento Europeu, onde tiveram lugar as duas primeiras cerimónias de assinatura, e o do Banco Europeu de Investimento, que ajuda as autarquias locais a desbloquear os seus potenciais de investimento (AREAL). Atualmente, Portugal conta com 112 signatários, nos quais Águeda, Cascais, Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia foram as primeiras 5 cidades portuguesas a pertencerem ao Pacto dos Autarcas, em 2008.⁶³

⁶¹ Disponível em: <http://www.covenantofmayors.eu/Covenant-Coordinator.html>

⁶² Disponível em: http://www.covenantofmayors.eu/about/covenant-supporters_en.html

⁶³ Disponível em: http://www.covenantofmayors.eu/about/signatories_en.html?q=Search+for+a+Signatory...&country_search=pt&population=&date_of_adhesion=&status

O Prémio Capital Verde da Europa

.A Comissão Europeia reconheceu, há muito tempo, que a Europa é uma sociedade urbana, com diversos desafios ambientais a enfrentar, e que as autoridades locais desempenham um papel importante na defesa do ambiente, através do seu alto nível de compromisso com o progresso genuíno.

O Prémio Capital Verde da Europa foi concebido como uma iniciativa para promover e premiar esses esforços, para estimular as cidades a se comprometerem com novas medidas ambientais, para mostrar e incentivar o intercâmbio de boas práticas entre cidades europeias, com o objetivo de se tornarem locais mais atraentes e saudáveis, próprios para viver.

O Prémio Capital Verde da Europa resulta de uma iniciativa de cidades dotadas de visão ecológica. O conceito foi originalmente delineado numa reunião realizada em Tallinn, na Estónia, a 15 de Maio de 2006, por iniciativa de Jüri Ratas, antigo Presidente da Câmara local, tendo 15 cidades europeias (Tallinn, Helsínquia, Riga, Vilnius, Berlin, Warsaw, Madrid, Ljubljana, Praga, Viena, Kiel, Kotka, Dartford, Tartu e Glasgow) e a Associação de Cidades da Estónia assinado um memorando de entendimento comum relativo à instituição deste prémio.⁶⁴

Retiraram-se alguns parágrafos do Memorando de Entendimento de Tallin:

“A chave para um desenvolvimento equilibrado e sustentável a nível social e económico passa por assegurar um ambiente de vida de qualidade superior, na União Europeia (UE). Estima-se que cerca de 80% da população da UE vive em cidades ou áreas urbanas; desta forma esta questão é especialmente pertinente pra municípios urbanos. O 6º Programa de Ação Ambiental da UE (adotado em 2001) impõe como uma das prioridades, melhorar o ambiente de vida a nível urbano desenvolvendo para tal uma estratégia específica.

Atualmente, a Comissão Europeia já adotou uma Estratégia Temática para o ambiente urbano de modo a intervir nestas áreas. As cidades estão cada vez mais cientes do seu papel na melhoria do ambiente urbano e nos padrões de vida das pessoas, tendo feito grandes esforços no sentido de o conseguir. Considera-se que os resultados atingidos pelas cidades neste campo merecem um pouco mais de

⁶⁴ Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-1191_pt.htm

reconhecimento, valorização e acima de tudo divulgação e disseminação das suas boas práticas por outras cidades.

Na UE existem vários prémios que distinguem e reconhecem as conquistas atingidas pelas cidades, no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida nas mesmas. Todos estes prémios têm uma área de destaque, focando-se nos trabalhos efetuados nesse campo. No entanto, não existe nenhum prémio máximo atribuído pela UE que vise o reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas cidades com o intuito de melhorar o ambiente de vida, como um todo.

Seguindo a iniciativa de Tallinn, os representantes das cidades Europeias propuseram às entidades responsáveis o estabelecimento do título de Capital Verde da Europa. Esta distinção é atribuída todos anos a uma cidade que se destaque por ser um modelo para outros municípios, por exemplo, por terem implementado uma política ambiental consistente, soluções sustentáveis para a mobilidade dos seus habitantes (por exemplo melhorando o sistema de transportes públicos, expansão de parques e zonas verdes, introdução bem sucedida de princípios e tecnologias para tratamento de resíduos ou implementação de soluções inovadoras e visionárias de modo a melhorar a qualidade de vida em ambiente urbano.”

A iniciativa estreou-se em 2008 com as primeiras candidaturas para o Prémio Capital Verde da Europa de 2010, onde entre cidades como Amesterdão, Bristol, Copenhaga, Freiburg, Hamburgo, Munique e Oslo, Estocolmo foi eleita a vencedora da 1ª edição do Prémio.⁶⁵

Atualmente são oito as cidades detentoras do título Capital Verde da Europa⁶⁶:

- Estocolmo (Suécia), 2010;
- Hamburgo (Alemanha), 2011;
- Vitoria-Gasteiz (Espanha), 2012;
- Nantes (França), 2013;
- Copenhaga (Dinamarca), 2014;
- Bristol (Reino Unido), 2015;
- Liubliana (Eslovénia), 2016;
- Essen (Alemanha), 2017.

⁶⁵ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/2010-stockholm/index.html>

⁶⁶ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/index.html>

Desde de 2010 que uma cidade europeia é, anualmente, selecionada de um leque de cidades candidatas e galardoada com o título de Capital Verde da Europa. Através do prémio pretende-se atingir três objetivos principais:

- Distinguir as cidades que apresentem um historial bem estabelecido de respeito por padrões ambientais elevados;
- Estimular as cidades a assumirem metas ambiciosas em relação ao futuro melhoramento do ambiente e ao desenvolvimento sustentável;
- Fornecer um modelo de inspiração para outras cidades e promover as melhores práticas e experiências nas restantes cidades europeias.

Podem candidatar-se ao título de Capital Verde da Europa todas as cidades europeias com mais de 100.000 habitantes. O concurso está aberto aos Estados-Membros da UE, países em adesão (Croácia), países candidatos (Turquia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro, Islândia e Sérvia) e outros países do Espaço Económico Europeu (Noruega e Liechtenstein). Nos países em que não haja cidades com mais de 100.000 habitantes pode candidatar-se o centro urbano de maiores dimensões.

Um painel internacional de peritos procede a uma avaliação técnica pormenorizada de cada candidatura, com base em 12 indicadores:

Indicadores⁶⁷	
Atenuação das alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos	Zonas verdes urbanas que integram a utilização sustentável dos solos
Transportes locais	Produção e gestão de resíduos
Qualidade do ambiente acústico	Gestão da água
Natureza e biodiversidade	Tratamento de águas residuais
Qualidade do ar ambiente	Eficiência energética
Eco inovação e emprego sustentável	Gestão ambiental integrada

Após a avaliação técnica, é constituída uma lista, pelo painel de especialistas⁶⁸, com as cidades pré-selecionadas que reuniram as melhores condições para serem potenciais vencedoras. Desta lista, o júri⁶⁹ nomeia a eleita Capital Verde da Europa.

⁶⁷ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/applying-for-the-award/evaluation-process/index.html>

Com o prémio, assume-se uma competição amigável entre cidades que as incentiva a implementar as melhores práticas ambientais, tornando-as modelos e inspirando outras cidades a investirem no mesmo sentido.

No arranque da 8ª edição do prémio, Janez Potočnik, Comissário Europeu responsável pelo Ambiente, declarou que “os *finalistas e vencedores do Prémio Capital Verde da Europa fornecem-nos valiosos exemplos da vida real de como o respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida e ao crescimento económico podem ser combinados com sucesso. O prémio Capital Verde da Europa é uma marca de excelência para as cidades que protegem o seu ambiente. Esta é já a oitava edição do concurso e é gratificante ver muitas cidades europeias fantásticas candidatarem-se e renovarem a sua candidatura a este galardão. Até agora, as vencedoras têm sido exemplos inspiradores de como as cidades podem mudar.*”⁷⁰

No caso mais atual, o prazo de candidatura a Capital Verde da Europa 2017 terminou a 20 de Outubro de 2014, e pela primeira vez, em 8 edições do prémio, encontram-se entre os candidatos três cidades portuguesas, Cascais, Lisboa e Porto, num leque de cidades como Bursa (Turquia), Cork (Irlanda), Essen (Alemanha), Istambul (Turquia), Lahti (Finlândia), Nimega (Países Baixos), Pécs (Hungria) e Umeå (Suécia).

Os resultados da pré-seleção, por parte do painel de especialistas, foram divulgados em Abril de 2015, e em Junho de 2015, as cidades pré-selecionadas apresentaram, presencialmente, as suas candidaturas.

O júri avalia a candidatura de cada cidade pré-selecionada mediante o seu empenho na prossecução da melhoria do ambiente, o nível de ambição dos seus objetivos futuros, as suas iniciativas de informação dos cidadãos e em que medida poderiam servir de modelo e promover boas práticas noutras cidades europeias. Para além de ser uma fonte de inspiração para as outras cidades, a vencedora aumentará a sua visibilidade e melhorará a sua fama como local para trabalhar e viver ou visitar.

⁶⁸ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/applying-for-the-award/expert-panel/index.html>

⁶⁹ O júri é composto por representantes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, do Comité das Regiões, da Agência Europeia do Ambiente, do ICLEI (Governos locais pela sustentabilidade), do Gabinete do Pacto de Autarcas e do Secretariado Europeu do Ambiente. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/applying-for-the-award/the_jury/index.html

⁷⁰ Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-1191_en.htm

A cidade vencedora foi anunciada, em Junho de 2015, na cerimónia de entrega de prémios, realizada em Bristol⁷¹ (Reino Unido), onde a cidade de Essen (Alemanha) foi galardoada com a distinção de Capital Verde da Europa de 2017, entrando no leque das cidades-modelo que defendem e implementam os mais elevados padrões ambientais.

No panorama europeu, procurou-se demonstrar o importante papel que organizações como a Comissão Europeia têm na realização e difusão das iniciativas.

No entanto, cabe às cidades corresponder ao compromisso de consciencializar os seus cidadãos e envolvê-los no processo de implementação de melhores práticas ambientais, promovendo cidades mais sustentáveis e próprias para viver.

Refletir sobre o futuro da cidade despertou a curiosidade de compreender o seu conceito e a sua evolução, através dos traços que a têm desenhado e redesenhado.

⁷¹ Capital Verde da Europa de 2015.

Capítulo II

Para um pensamento sobre a Cidade

“O catálogo das formas é infinito: enquanto houver uma forma que não tenha encontrado a sua cidade, continuarão a nascer novas cidades. Onde as formas esgotam as suas variações e se desfazem, começa o fim das cidades.”

Italo Calvino, *As cidades Invisíveis*, Lisboa, Teorema, 1999

Definir Cidade

... conceito e perspectivas

Ao longo da História, são várias as evidências que demonstram a importância da Cidade no desenvolvimento das atividades económicas em geral e como esta reuniu e reúne as condições necessárias ao impulsionamento das principais evoluções em diversos campos da Humanidade.

Assumindo esta sua conformidade histórica e económica, torna-se aliciante e pertinente perceber a sua evolução, analisando as suas estratégias de adaptação, de criatividade e de inovação contínuas perante os novos desafios e condições que foram impostos ao longo dos anos, com especial enfoque na mudança do paradigma civilizacional, preconizada pela passagem da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação.

Analisando as diferentes sociedades, podemos verificar que o conceito de Cidade está intrinsecamente ligado ao conceito de Civilização, podendo-se assim confirmar que a estrutura da sociedade se reflete sempre na “*forma*” da Cidade que habita (BENÉVOLO, 1993; GONÇALVES, 2006; HALL, 1966; SERDOURA, 2006).

Na “*forma*” estão implicadas as condições topográficas do território em que se estabelece, a consequente evolução técnica e construtiva da sua respetiva comunidade, que será relevante na adaptação a novos desafios, assim como das características da sua organização política, das suas condições económicas e também das suas questões culturais e ambientais.

O termo cidade vem do latim, *civitas*, que dá origem, entre outras, a palavras como cidadania, cidadão e civismo. Também do latim, a palavra *urbe*, é hoje um

sinônimo de cidade, que por sua vez, gerou outros termos relacionados à vida em sociedade como urbanismo, urbano e urbanidade. Unindo-se ao termo grego *polis*, ou seja, a cidade-estado, autônoma, independente, civil, pública, o local onde a vida cívica acontece, o mercado, o ambiente político, do exercício da cidadania, chega-se à origem destes termos que definem o ambiente urbano. (GARCÍAS C. BERNARDI J., 2008)

A OECD and China Development Research Foundation (2010) definiu a cidade como sendo *“um sistema social, ecológico, criativo e económico definido por um território geográfico, que é caracterizado por um padrão demográfico específico e composto por estruturas criadas pelo homem e suas atividades”*.

Existem diversos fatores que determinam se um dado espaço é ou não uma cidade, pelo que esta definição varia consoante o país e a cultura. Deste modo, existem diferentes critérios, disseminados por países e organizações, para que uma comunidade possa ser considerada como cidade, nomeadamente o número de habitantes, de acordo com a legislação vigente. Apresentam-se alguns exemplos:

- Islândia: áreas urbanizadas com mais de 300 habitantes;
- Portugal e Espanha: áreas urbanizadas com mais de 10 mil habitantes;
- Organização das Nações Unidas: áreas urbanizadas com mais de 20 mil habitantes. (CRUZ e PINTO, 2008, p.6)

De acordo com Satterthwaite (2008), *“a definição de cidade varia significativamente de país para país e de cultura para cultura, refletindo o rosto de uma história e seus implementadores, obstante da sua dimensão populacional”*.

Dada a amplitude e ambiguidade do conceito de Cidade podemos, obstantes da sua história e evolução, definir dois sentidos de designação: *“Organização da sociedade concentrada e integrada (...) que se identifica com a sociedade civil”* e um outro que se refere ao *“cenário físico desta sociedade”*. (L. BENÉVOLO, 1998)

A cidade, enquanto objeto vivo e em permanente mutação, que evolui e amadurece com a integração de novos espaços, que se cerzem com os anteriores, flutua numa incessante procura de adequação e reação às mudanças internas e externas que vão ocorrendo a nível local, regional, nacional e internacional, com consequências evidentes para o seu território e o seu quotidiano.

Na opinião de John Steinbeck (1947), *“uma cidade é como um animal. Possui um sistema nervoso, uma cabeça, ombros e pés. Não há duas cidades iguais: cada uma difere de todas as outras.”*

A cidade resume-se ao cenário das nossas vidas, que como tal, é irrepetível e unívoca na relação simbiótica que estabelece com cada um que a habita. No entanto, são cada vez mais os fatores condicionantes que regem o espaço da cidade contemporânea, delegando um importante papel a desempenhar por parte da iniciativa pública na organização e pensamento estratégico da cidade.

Torna-se urgente destronar a atual perspectiva de uma estrutura polinucleada, fragmentada e dispersa, apostando nas relações público/privadas, que definem a dimensão visível e edificada da cidade. A legislação torna-se uma ferramenta importante na concertação de estratégias e iniciativas, protegendo e preservando os espaços, os edifícios e os cidadãos que coabitam no mesmo cenário.

O Arquiteto Nuno Portas (2007) assume que *“sob o ponto de vista da arquitetura urbana não pode haver edifício que não faça cidade, ou seja, não há tipologia que não esteja, por estrutura, penetrada por uma morfologia urbana. Fora deste sistema não há senão individualismo ou ilusão tecnocrática.”*

Por conseguinte, as cidades atuais angariam um papel de liderança na abordagem aos novos desafios globais que o século XXI tem vindo a apresentar, sendo que, será da sua capacidade de estímulo e desenvolvimento de relações com o cidadão e a sociedade, que dependerá o seu desempenho na gestão e superação desses desafios.

Neste contexto, importa apresentar uma breve descrição sobre as origens da cidade e as suas transformações ao longo dos tempos, bem como do seu desenvolvimento de acordo com a evolução dos padrões de crescimento urbano.

Compreender Cidade ... evolução e desenvolvimento

A breve apresentação do conceito de cidade desperta o interesse de compreender a sua evolução e as várias fases do seu desenvolvimento, enquadrando-nos nas diversas estratégias de adaptação aos diferentes contextos históricos e/ou naturais a que a cidade já esteve exposta.

Este ponto terá como referência as distintas mutações que diferentes épocas e eventos provocaram na construção e na definição de cidade.

O Arquiteto Tomás Taveira afirma, na obra *“Discurso da cidade”* de 1973, que *“a cidade é (...) é um lugar onde o homem organiza, com ela, um sistema de relações, um dos modos mais rigorosos de analisar a presença das pessoas no mundo.”*

No que concerne ao seu surgimento, as primeiras cidades “têm origem cerca de 3500 a.C., nos vales do Nilo, no Egipto, do Tigre, no que hoje é o Iraque, e no Indo, onde fica o Paquistão. Roma, com cerca de 300 000 habitantes, foi de longe a maior cidade antiga, fora da China” (CRUZ e PINTO, 2008).

Esta cidade assumia-se como centro de poder, tendo nascido intimamente aliada às relações de carácter económico, político, religioso e social da época, características que ainda hoje se mantêm. Os motores de desenvolvimento das cidades foram ao longo do tempo o comércio, a indústria e mais recentemente o turismo (CRUZ e PINTO, 2008,).

Neste sentido, até ao século XVIII, o modelo de cidades assentou no comércio, modelo esse que sofreu uma viragem com a Revolução Industrial, a qual concedeu à fábrica uma importância central na configuração das cidades.

Revolução Industrial ...a dicotomia de um impulso

O período industrial vingou desde o final do século XVIII até às primeiras décadas do século XX, assistindo-se *“à ascensão da cidade industrial paralelamente a um inevitável processo de urbanização e fuga das populações para as cidades (que sustentavam a indústria), dando origem a uma especialização funcional e social dos espaços”* (CRUZ e PINTO, 2008).

A Revolução Industrial encontra-se estritamente ligada a dois fenómenos demográficos: o aumento rápido e generalizado das populações registado em quase todos os países evoluídos da Europa e da América a partir da segunda metade do século XVIII, e o fenómeno urbano, êxodo rural, que consistia na emigração maciça das populações rurais para as cidades, em busca de melhores remunerações e melhores condições de vida.

Indicam-se alguns números que nos colocam perante o panorama do crescimento da densidade populacional ao longo do período da Revolução Industrial. Em 1760, calcula-se que a população mundial perfizesse um total de 770 milhões de pessoas, e 100 anos depois esse número dobrou, ultrapassando o 1º bilião.⁷²

Os aumentos verificados revertiam quase exclusivamente a favor dos grandes centros urbanos, refletindo-se as suas consequências no despovoamento das zonas rurais.

Toda esta massa humana, constituída pela inconformada população rural, que em busca de trabalho e melhores condições de vida, procuravam acomodação nos grandes centros urbanos. Estes recém-chegados alugavam as casas existentes e construía outras em todos os espaços disponíveis.

As preocupações com o crescimento desenfreado e descontrolado destes centros urbanos fizeram com que os mesmos fossem (re)estruturados e (re)pensados dando resposta às novas necessidades de alojamento e de serviços que seriam imprescindíveis na distribuição e organização dos novos habitantes

Os primeiros passos na gestão territorial são dados na procura de um equilíbrio entre serviços, indústria, lazer e habitação, onde conseqüentemente nascem as primeiras correntes urbanísticas que definem os princípios orientadores na (re)estruturação e pensamento das cidades.

⁷² A 20 de Julho de 1974 a população mundial atinge os 4 biliões de pessoas, e passados 40 anos, o número de indivíduos sobre a terra quase que duplicou, prevendo-se que alcance os 8 milhões de pessoas em 2025. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/>

Equipamentos Coletivos ... os pilares de orientação

Os “equipamentos coletivos”⁷³, aos quais até então não era dado o devido valor na gestão territorial, tornam-se elementos de orientação na arquitetura das cidades, tendo na sua implementação o objetivo de assegurar a qualidade do serviço coletivo que aí é prestado, logo, deve acompanhar a evolução dos serviços, que por sua vez devem dar resposta ao surgimento de novos desafios e necessidades, visto que “*é a qualidade desse equipamento, a sua composição e distribuição, o justo equilíbrio entre as necessidades que vão surgindo e os serviços que se prestam, que distinguem uma cidade de um simples aglomerado de habitação*” (FREITAS, 1969).

A programação dos equipamentos contribui para a distribuição equilibrada das funções (habitação, trabalho, cultura e lazer) (DGOTDU, 2002), o bem-estar da população e a competitividade das cidades e regiões.

Os planos de ordenamento do território, nas suas diversas escalas, devem identificar as redes de “*equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação e à formação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer*”⁷⁴, e definir uma estratégia coerente de instalação e de desenvolvimento dos equipamentos, considerando as necessidades sociais e culturais da população e as perspetivas de evolução económico-social.

“*Os equipamentos estão associados à estruturação de territórios, assim como à sua identidade. Por outro lado, organizam e orientam o tecido urbano, através da sua inserção numa malha urbana (ligação de equipamentos por grandes avenidas, espaços residenciais desenvolvidos à volta de núcleos de equipamentos), que tem evoluído com a própria evolução dos equipamentos, do seu valor e significado social, político e religioso. (...) O planeamento dos equipamentos [na (re)estruturação urbana] não depende apenas dos números propostos, dos raios de influência, dos índices per capita, mas também das opções urbanísticas para a cidade e seus bairros, às quais estiveram associados ao longo dos tempos*” (NÉVOA, P., 2012).

⁷³ “Edificações onde se localizam atividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações”, DGOTDU (2002: 6)

⁷⁴ DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL 316/2007, de 19 de Setembro, pelo DL 46/2009 de 20 de Fevereiro e pelo DL 2/2011 de 6 de Janeiro, art.º 17.

Denota-se a importância do posicionamento dos equipamentos no território e do seu impacto na organização e qualidade do quotidiano da população, na sua integração/segregação espacial, nas características morfológicas e ambientais do território (VALENTE PEREIRA, 1983), reforçando a influência do seu papel na implementação das diferentes correntes urbanísticas e por consequente na evolução do desenho das cidades.

Correntes Urbanísticas ... o (re)desenhar das cidades

Os Socialistas Utópicos

Para dar resposta aos graves problemas urbanos nos centros das cidades industriais surgiram, provocados pela excessiva e desadequada concentração humana, industriais filantropos que propuseram, em meados do século XIX, a construção de complexos industriais e habitacionais em zonas afastadas dos aglomerados, cuidadosamente planeados com o objetivo de melhorar as condições de vida e a produtividade dos operários, aumentando a sua dependência do local de trabalho.

Nesses conjuntos introduziram espaços verdes e equipamentos para os habitantes: escolas, igrejas, equipamentos dedicados à saúde e ao lazer, pavimentando o caminho para a conceção de ambientes urbanos equilibrados (PEVSNER, 2002).

Os Socialistas Utópicos, como foram apelidados Robert Owen e Charles Fourier, associaram a um novo modelo social e político, um novo ordenamento espacial, regido por princípios de higiene, racionalização e classificação, e por uma “*ordem-tipo*” suscetível de ser aplicada “*a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo, em qualquer lugar*” (CHOAY, 2000), que se traduziram na conceção de cidades-tipo, edifícios-tipo e equipamentos-tipo (escolas-tipo, hospitais-tipo, etc.). Nos seus modelos, a supressão da oposição entre cidade e campo e a separação rigorosa entre a habitação, trabalho, cultura e lazer estiveram presentes (CHOAY, 2000).

A aldeia-modelo de Owen, inserida num espaço verde, atrativo e saudável, separava as diversas funções segundo uma ordem: equipamentos, habitação, produção, zona rural. O “*Falanstério*” de Fourier integrou as diversas funções num único edifício-tipo, separadas em zonas e ligadas por percursos cómodos (ruas-galerias).

No século XIX, como já vimos, começaram a sentir-se os efeitos perversos, decorrentes da industrialização dos meios de produção, nas principais cidades da Europa.

Em reação a esta tendência nefasta para o desenvolvimento urbano estruturado e coerente, insurgiram-se vários pensadores propondo novas maneiras de organizar a cidade e também a sociedade, de modo a permitir um desenvolvimento simbiótico das relações entre o progresso técnico, económico, social e por consequência urbano.

Procura-se assim uma nova maneira de adaptar a Cidade de forma a dar resposta a estas novas necessidades. Desta forma aumenta a produção de trabalho teórico sobre a Cidade, que acaba por ter influência nos diferentes movimentos que vão ocorrer ao nível do Urbanismo nesse século.

O contributo de Howard Ebenezer, em 1898, com a sua única publicação intitulada *To-Morrow: A Peaceful Path to Real Reform*, a qual foi republicada em 1902 como *Garden Cities of To-morrow* (ou Cidades-Jardim de Amanhã), foi sem dúvida uma grande influência na evolução do Urbanismo.

Howard questionou, como restituir as pessoas ao campo tendo em consideração as causas que as levaram a migrar para as cidades?

Observou que as discussões a respeito desta questão giravam em torno da polarização campo-cidade e de como se incentivaria o retorno da população rural ao seu local de origem. Howard entendia estas duas entidades como dois ímanes que se esforçavam por atrair até si a população, sendo no entanto desequilibrada a distribuição das forças magnéticas, uma vez que, no final do século XIX, a cidade se assumia como o pólo de atracção principal. Como resposta a esta situação Howard propõe uma terceira forma de vida que participa das duas outras, e em que todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito (CHOAY, 1965).

Assim, Howard propôs um terceiro íman: o íman Cidade-Campo. *“Na verdade, não há somente duas alternativas como se crê – vida urbana ou vida rural. Existe também uma terceira, que assegura a combinação perfeita de todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana como toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia. [...] Com efeito, a cidade e o campo poderiam ser vistos como dois ímanes, cada um buscando atrair as pessoas para si – uma rivalidade da qual uma*

nova forma de vida, conjugando a natureza de ambas, viria a participar.” (HOWARD, 1996)

A migração para os grandes centros urbanos por parte das populações rurais, põe em risco o despovoamento dessas zonas e o sobrepovoamento das zonas urbanas, enfatizando a necessidade de se recriar a presença da natureza no meio urbano, iniciando um processo de integração de espaços verdes no desenho urbano, de forma a conjugar dois mundos num só, como defendia Howard, que entre os entusiastas que procuravam a constituição de uma melhor cidade, propôs o conceito de Cidade-Jardim.

Conforme a definição, adotada em 1919, pela Associação Inglesa do Urbanismo e da Cidade-Jardim, fundada em 1899, em Inglaterra, *“a Cidade-Jardim é uma Cidade Industrial projetada para a vida saudável, é uma proposta para resolver simultaneamente o congestionamento das cidades e o isolamento da vida rural, através da combinação de melhores qualidades da cidade e do campo em novas comunidades autónomas, rodeadas por uma cintura verde, sendo o solo propriedade pública ou alugada pela comunidade”*.

Nesta afirmação de princípios encontram-se implícita e explicitamente três pontos que importa reter, já que neles reside o que de fundamental e original existe na contribuição de Ebenezer Howard para o nascimento da ciência das cidades. São eles:

- que toda a área urbana é de propriedade coletiva, podendo no entanto, ser alugada em lotes a particulares;
- que toda a construção fica subordinada a um plano de urbanização previamente aprovado, com a ligação harmoniosa dos elementos da vida social e económica, e onde se preveem os limites máximos a atingir numa área e o seu número de habitantes;
- que aprovado o número máximo de habitantes previsto (inicialmente 30.000, mais tarde 50.000) a cidade se desdobrará noutros aglomerados satélites, para lá da cintura verde, onde toda a construção é proibida.

A rápida popularidade das ideias de Howard deve-se principalmente às realizações de Letchworth e Wellwyn. Estas duas cidades serviram como autênticos casos-piloto, não só em Inglaterra como noutros países.⁷⁵

Por fim, regista-se que a Cidade-Jardim howardiana foi certamente uma utopia, *“mas não no sentido pejorativo de ser vago, de ser um sonho impossível. Pelo*

⁷⁵ Revista ‘Binário nº63’, Agosto de 1958

contrário, uma utopia no sentido da clássica definição de Karl Mannheim, uma utopia como um programa coerente de ações decorrentes do pensamento que transcende a situação imediata, um programa cuja realização é romper os laços da sociedade estabelecida.” (FISHMAN, 1999)⁷⁶.

Garnier e a Cidade Industrial

Em 1904, em Paris, Tony Garnier apresenta a primeira proposta do seu projeto para uma cidade industrial, no entanto sofreria sucessivos desenvolvimentos, até ser publicado em 1917.

A Cidade Industrial assentava na crença de que as cidades do futuro teriam como base a indústria, e para isso projetou um exemplo de como se pode conciliar as forças produtivas progressistas com uma adequada estrutura social.

As condições que Garnier exigia para a implantação da sua cidade industrial eram a existência de matérias-primas próximas e a existência de uma força natural capaz de ser aproveitada para a produção de energia, ou em alternativa, a existência de uma rede de transporte eficaz.

As grandes movimentações do final do século XIX levaram Garnier a acreditar que o mundo estaria num caminho em direção a uma civilização fundada sobre uma base infinitamente mais ampla do que aquela do passado, na qual se traduzirá, pela primeira vez, a influência preponderante das massas e o papel fundamental do trabalho (GARNIER, 1988).

Na disposição territorial da cidade, Garnier utiliza precocemente um conceito que só algumas décadas mais tarde seria instituído com Le Corbusier e os CIAM: o zonamento.

Garnier, no seu plano para uma cidade industrial com 35.000 habitantes (CHOAY, 2000), utilizou o zonamento separando as diferentes funções para que cada uma pudesse expandir-se sem prejudicar as outras. As zonas residenciais foram separadas das ruas de grande tráfego e da indústria por zonas verdes; os edifícios foram envolvidos por espaços verdes comunitários; o quarteirão fechado e a “*rue corridor*” foram eliminados, permitindo que se atravessa-se a cidade pelo interior dos quarteirões

⁷⁶ “[...] but not in the pejorative sense of being vague, impossible dreams. Rather, they come under Karl Mannheim's classic definition of utopia as a coherent program for action arising out of thought that “transcends the immediate situation”, a program whose realization would “brak the bonds” of the established society”.

(GIEDION, 2004); a circulação foi dividida em acessos pedonais e para transportes (através de vias rápidas e lentas), independentes uns dos outros (PAWLOWSKI, 1993).

A estrutura da cidade industrial assenta numa clara separação entre os diversos conteúdos programáticos, de maneira a não possibilitar situações que pudessem colocar em risco a qualidade de vida dos seus habitantes, nem prejudicar o correto funcionamento das estruturas de produção ou de serviços. Desta maneira, a cidade divide-se em três sectores fundamentais: o industrial, o de habitação e serviços e o dos estabelecimentos sanitários.

Desde logo, observamos na disposição programática da cidade de Garnier uma característica importante que o distancia das propostas utópicas anteriores. No projeto de Garnier o zonamento não se encerra em limites precisos e definidos, como por exemplo na cidade-jardim de Howard, antes pelo contrário, o limite de cada zona é informe e indefinido geometricamente, devendo-se esta característica à consagração da possibilidade de efetuar futuras extensões.

Ora, esta preocupação pelo desenvolvimento futuro, revela uma certa poética pragmática da utopia de Garnier. Trata-se assim de uma cidade onde, segundo Garnier, todos daremos conta que o trabalho é a lei humana, e que existe ideal no culto da beleza e na benevolência para tornar a vida esplêndida (GARNIER, 1988).

A sua publicação iria contribuir para a difusão das ideias de Garnier, obtendo o primeiro grande reconhecimento público, quando Le Corbusier publica, em 1920, algumas imagens da obra na revista *L'Esprit Nouveau*.

Le Corbusier e a Cidade Funcional/Moderna

No processo, também denominado de “*era pós-industrial*”, a sociedade e a economia do conhecimento operam cada vez mais transformações em algumas cidades, com o advento de novas formas de comunicação e de acesso à informação, da economia dos serviços (complementando, e em parte substituindo a economia industrial), e também do estímulo do fluxo de capitais, entre outros elementos, que criam novas condições para uma cidade pós-industrial assente no reconhecimento do capital humano, quer em termos sociais, quer económicos (REIS, 2009).

As ideias de Howard para a Cidade-Jardim e as teorias dos Socialistas Utópicos, juntamente com o Plano da “*Cité Industrielle*” de Tony Garnier, concluído em 1901, exerceram uma considerável influência sobre os “modernistas” (PAWLOWSKI, 1993).

Estes ideais urbanísticos tiveram a sua expressão máxima no manifesto realizado na Conferência Internacional de Arquitetura Moderna IV (CIAM IV) em 1933, com a Carta de Atenas, sob o tema “*A Cidade Funcional*”, onde Le Corbusier foi um elemento chave. Na declaração, os membros da CIAM proclamaram que “*a habitação deveria consistir em blocos de apartamentos altos, com espaços amplos, que libertariam a superfície do terreno necessária para a recriação e para os objetivos comunitários e de estacionamento*”. (RELPH, 1987)

A Carta de Atenas propôs o zoneamento com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo o seu lugar adequado, tendo por base a discriminação entre as diversas atividades humanas, pois cada uma reclamava o seu espaço particular.

Defendeu a separação de zonas segundo funções-chave - habitar, trabalhar, recrear e circular - instaladas nos terrenos mais favoráveis e organizadas de acordo com uma rigorosa economia de tempo, controlada através da regulamentação das distâncias, definidas em função das unidades habitacionais. A dispersão dos subúrbios e das cidades-jardins devia ser combatida para evitar infraestruturas dificilmente rentáveis (escolas, hospitais, vias, transportes, etc.) e distâncias que não se adequavam ao tempo disponível (CIAM, 1933).

A Carta atribuiu grande importância às questões de saúde e higiene (CHOAY, 2000) e, nesse sentido, concebeu regras para melhorar as condições de vida, criticou o consumo de espaços verdes pelo crescimento da cidade e o afastamento do contacto com a natureza e defendeu a existência de proporções suficientes de sol, espaço e vegetação, fundamentais ao bem-estar. O espaço urbano estruturado na rua tradicional dá lugar a “unidades” autónomas isoladas e desenvolvidas em altura, afastadas das vias de trânsito por cortinas de vegetação, libertando espaços para lazer e comunicações e evitando ruídos, poeiras e gases nocivos. Os conflitos eram também diminuídos pela separação das circulações, pedonal e viária (CIAM, 1933).

Os princípios da Carta de Atenas de 1933 foram explorados principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, numa tentativa de ir contra o modelo anterior que estava associado aos regimes totalitários, definindo o pleno estabelecimento do Movimento Moderno nas políticas urbanísticas europeias.

No pós-guerra surgem também novas visões sobre a Cidade impulsionadas por teóricos, como Sert e Giedeon, que lançam o paradigma do “*coração da Cidade*”, estimulando a função cultural, que terá expressão em vários projetos de “*centros cívicos*”.

Neste âmbito uma das estratégias políticas parte, precisamente, de apostas no sector cultural, na criação de novos equipamentos desse carácter que não sejam só pólos qualificadores da Cidade como tenham um impacto para o exterior. E neste sentido a Cidade evolui, ao mesmo tempo que o interesse pelos centros históricos cresce, institucionalizando-se em documentos internacionais que colocam na agenda política a salvaguarda dos centros históricos e seu património, para a vida contemporânea.

As Novas Cidades Inglesas (*New England Towns*)

O *County of London Plan* (1943) colocou em prática muitos dos princípios atrás descritos. A necessidade de uma descentralização funcional da capital, Londres, e a melhoria do seu núcleo central levaram à criação de cidades-satélites, que rodeadas por cintururas verdes, se assemelhavam às cidades-jardins propostas por Howard. Estas cidades satélite estavam ligadas entre si e Londres por vias de circulação automóvel e pedestres, e por uma linha de comboio rápido suburbano (LOURENÇO, 1998). Foi criada uma comissão para “*estudar os aspetos gerais de estabelecimento, desenvolvimento, organização e administração relacionados com a execução de cidades novas*”, que deviam constituir comunidades autónomas e equilibradas (SHAW, 1961).

A Comissão Reith recomendou cidades com populações entre 20.000 e 60.000 habitantes. O limite inferior foi imposto para assegurar um nível satisfatório de serviços e de empregos, e um conjunto de classes representativo; enquanto o limite superior teve como finalidade criar estruturas urbanas onde houvesse facilidade de as percorrer a pé e de bicicleta (MERLIN, 1969). Na prática estes valores foram excedidos para assegurar a variedade necessária.

Segundo Botelho (1959), a população destas cidades variou entre 30.000 e 80.000 habitantes, dimensões que diminuía largamente as despesas com os serviços (transportes, equipamento, etc.) comparadas com as das grandes cidades: “*Efetivamente*

estudos recentes tendentes a observar as condições de vida oferecida por diversos aglomerados, (...) levaram a concluir que as cidades daquele tamanho apresentam grandes vantagens. Aquelas dimensões são suficientemente grandes para oferecerem já a possibilidade dum equipamento social suficiente para uma vida plena, e ainda pequenas para permitir dar à urbe uma escala humana, proporcionada por um melhor acerto entre os valores dimensionais de espaço e de tempo urbano com os do ser humano”. (BOTELHO, 1959).

A organização das Cidades Novas Britânicas seguiu os princípios da Carta de Atenas: zoneamento rigoroso das principais funções; unidades de vizinhança de 5000 a 10.000 habitantes separadas por vastas zonas verdes; sistema de circulação constituído por uma hierarquia de ruas tendo em conta a proteção do peão; faixas de circulação automóvel separadas dos caminhos destinados a ciclistas e a peões; tráfego de passagem separado e independente do tráfego local (cruzamentos a níveis diferentes, etc.); deslocações (para a escola, trabalho, etc.) rápidas, fáceis e seguras (MERLIN, 1969).

Tal como nas cidades-jardins, foram privilegiadas as habitações unifamiliares com direito ao sol e aos vastos espaços livres, parques e espaços verdes públicos, proporcionais à habitação e facilmente acessíveis (SHAW, 1961).

Estas cidades influenciaram os planos urbanísticos de vários países (França, Suécia, Holanda), incluindo Portugal. Em todos podem ser identificados princípios comuns: o zonamento e a sua organização hierárquica em três níveis; o grupo de habitações (com lojas, etc.), o centro da unidade de vizinhança, e o centro cívico-comercial principal como elemento estruturante do conjunto (MERLIN, 1976).

O Novo Urbanismo

Como resposta aos fracassos das cidades-jardins e do Movimento Moderno, a partir do fim dos anos 60, início dos anos 70, surgiram na América do Norte várias abordagens que contribuíram para a criação do Movimento designado por “*Novo Urbanismo*” no primeiro Congresso do Novo Urbanismo (CNU) em 1993: “*A morte e vida das grandes cidades americanas*” de Jane Jacobs.

Os seus defensores consideravam que a Cidade-Jardim não tinha resolvido os problemas da cidade industrial e que o Movimento Moderno tinha contribuído para os problemas da cidade contemporânea: o “*sprawl*” urbano, a segregação e a concentração da pobreza.

Assim, os princípios e as estratégias do Novo Urbanismo Americano, para manter as cidades competitivas na era da globalização, publicados na Carta do Novo Urbanismo em 1996, apoiaram-se nas cidades europeias clássicas: cidades compactas possíveis de serem percorridas a pé com mistura de usos e comunidades relativamente autocontidas (GRANT, 2006).

As ideias do Novo Urbanismo difundiram-se por todo o mundo e chegaram à Europa, nomeadamente através de Léon Krier e o seu conceito de “*Urban Village*” aplicado inicialmente em Inglaterra: um aglomerado limitado por espaços verdes, com uma dimensão suficiente para criar uma comunidade e manter um nível razoável de serviços, com uma alta densidade e uma escala sustentável, que permitia criar usos mistos e percursos pedonais.

Apesar das diferenças próprias de contextos distintos, os princípios, objetivos e problemáticas do Novo Urbanismo Europeu (*sprawl*, padrões de mobilidade baseados no automóvel, segregação social) identificavam-se com os dos americanos, e o Conselho Europeu de Urbanistas⁷⁷ adaptou os princípios básicos do Novo Urbanismo Americano às circunstâncias europeias (GRANT, 2006).

O Novo Urbanismo teve como base preocupações ecológicas. A organização urbana devia ter como princípio a redução da dependência do automóvel, oferecendo várias opções de transporte, privilegiando os percursos pedestres e criando condições para o transporte público constituir uma alternativa ao uso do automóvel.

Os territórios (regiões, cidades, vilas, freguesias e bairros) deviam ter limites de crescimento, densidades e uso do solo adequados, de modo a proporcionarem atividades quotidianas (comércio, educação, lazer, trabalho) a distâncias possíveis de percorrer a pé, “*possibilitando independência àqueles que não dirigem veículos, especialmente o idoso e o jovem. Uma rede interligada de vias pode ser projetada para encorajar o caminhar, reduzir o número e a distância das viagens de automóvel, e conservar energia.*” (Congresso do Novo Urbanismo [CNU] citado por MACEDO, 2007).

O bairro constitui a unidade básica de desenvolvimento da metrópole, mas sob princípios distintos da “*unidade de vizinhança*” modernista. Segundo Krier (1999), o bairro devia basear-se no ordenamento urbano ecológico: ter elevada autossuficiência e uma dimensão definida pela capacidade de movimento quotidiano do peão, que devia ter acesso a todas as funções urbanas, quotidianas e semanais, em menos de 10 minutos

⁷⁷ O Conselho Europeu de Urbanistas procura dar recomendações práticas para os urbanistas sobre como contribuir para o desenvolvimento sustentável através do planeamento do território

a pé, ou seja a uma distância de 500-600 metros. Assim sendo, o bairro não devia estender-se além dos 900 metros em nenhuma direção, nem ultrapassar a capacidade de 10000 pessoas. Cada bairro continha uma coluna vertebral, com uma praça central reservada a peões e uma rua principal fechada ao trânsito de veículos em certos períodos, e o seu tecido urbano era formado por uma hierarquia de ruas e praças.

Os vários usos deviam ser misturados e dispersos, inclusive ao nível do bloco urbano; os espaços públicos não deviam ser excessivos como na cidade modernista e os percursos pedonais deviam criar um tecido urbano coerente.

O Novo Urbanismo defendeu (e defende) a coesão social através da mistura de tipologias de habitação para pessoas de diversas idades, raças e níveis de renda, e a integração da habitação social na habitação de mercado, para evitar a concentração da pobreza (CNU citado por MACEDO, 2007). O desenho urbano assume um papel importante na resolução dos problemas da cidade, na criação de condições para uma comunidade melhor (GRANT, 2006), na proteção, segurança e conforto das comunidades, e no incremento das deslocações a pé (CNU citado por MACEDO, 2007).

Ilustrativo das ideias do Novo Urbanismo e referência em vários países da Europa é o estudo *“Towards the Urban Renaissance”* preparado pela Comissão Urbana Britânica em 1999, sob a coordenação de Richard Rogers, com o objetivo de encontrar as causas do declínio urbano em Inglaterra e recomendar soluções práticas para tornar as cidades e os bairros urbanos lugares desejados para viver.

O relatório indicou políticas urbanas e princípios de desenho urbano para o desenvolvimento sustentável das cidades e propôs um modelo alternativo à Cidade-Jardim e à cidade modernista, a cidade compacta multimodal de usos mistos, possível de se percorrer a pé, e a substituição do zoneamento pela flexibilidade dos planos, para permitir a mistura de funções e a sua alteração ao longo dos tempos.

O modelo urbano proposto evitava o consumo excessivo do solo, permitia sustentar níveis apropriados de atividade social e económica à volta dos centros urbanos e assegurar que todas as partes da cidade estivessem a distâncias razoáveis dos transportes, serviços e equipamentos. Um bom desenho urbano constituía um princípio essencial a uma vida sustentável: contribuía para a inclusão social, para a coesão das comunidades e dos bairros e servia de base ao correto funcionamento dos investimentos na saúde, educação, serviços sociais, segurança e emprego (ROGERS, 1999).

O processo de revisão da Carta do Novo Urbanismo Europeu (1998) resultou na Nova Carta de Atenas (2003), que estabeleceu princípios orientadores para a prática urbanística nas cidades europeias, numa perspetiva sustentável do ambiente urbano.

O isolamento e exclusão sociais; a expansão urbana; o desperdício de territórios e de recursos naturais; os desenvolvimentos monofuncionais; a perda de competitividade e de respeito pelas culturas locais e regionais são alguns dos desafios que se propôs combater através de cidades mais sustentáveis, nas suas dimensões económica, ecológica e social.

As cidades deviam ser coerentes em todas as escalas e domínios; integrar políticas urbanas e de transportes na organização do seu espaço; coordenar nos diversos níveis transportes públicos, percursos pedonais e ciclovias, para reduzir o uso diário do automóvel; e fomentar um urbanismo e planeamento estratégico promotores do uso eficiente e sustentável dos recursos: edifícios, território, etc. (CEU, 2003).

A Nova Carta de Atenas retomou ideias defendidas na Carta do Novo Urbanismo Europeu: usos mistos; diversidade social; segurança; acessibilidade a peões, bicicletas, automóveis e transportes públicos; fronteiras dos territórios claramente definidas e bairros compactos facilmente acessíveis a pé, com todos os serviços de uso diário e tipologias habitacionais diversificadas, para atrair pessoas de diferentes idades, raças e rendimentos e promover o seu contacto diário (CEU, 2003).

Os Compromissos de Aalborg (2004) deram ênfase à ação estratégica e coordenada a nível local e ao papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e de saúde; defendendo a adoção de critérios de desenho urbano sustentáveis e a compatibilidade de usos ao nível das áreas urbanas e dos edifícios. As cidades comprometeram-se a promover comunidades inclusivas e solidárias, mais seguras e com melhores condições de vida (CCE, 2004).

Para dar resposta aos desafios associados às mutações das estruturas económicas e sociais; à globalização; aos problemas de desemprego, demográficos, ambientais, de desigualdade e exclusão social, etc.; e tornar as cidades europeias mais competitivas, a Carta de Leipzig (2007) definiu princípios e estratégias a adotar em matéria de política de desenvolvimento urbano sustentável, nas vertentes económica, social, ambiental, de saúde e cultura. Defendeu para a cidade políticas de coesão/integração social para

combater as desigualdades e garantir a sua segurança; políticas ativas no domínio da educação e da inovação; coordenação das políticas urbanas e de transportes, e dos sectores público e privado.

As estratégias propostas incluíam: um ordenamento que impedisse a dispersão urbana, por exemplo, pela criação de bairros urbanos de usos mistos; o incremento da interação entre arquitetura, planeamento de infraestruturas e ordenamento urbano; um sistema de transportes sustentáveis, ou seja, coordenados, acessíveis e ajustados às diferentes exigências da habitação, do trabalho, dos espaços públicos e do ambiente; e a estabilização atempada dos bairros degradados evitando o desperdício de recursos e as dificuldades para inverter a situação (CCE, 2007).

O conceito de Cidade Sustentável/Coerente vai ao encontro de alguns dos critérios de uma Cidade Verde, como se poderá comprovar no Capítulo das Cidades Verdes. Podem-se considerar conceitos complementares, que procuram implementar padrões ambientais e comportamentais propícios ao desenvolvimento sustentável.

Novos Conceitos de Cidade

Cidades Resilientes

A crer nas atuais previsões e análises prospetivas, a população mundial tende a aumentar desproporcionalmente e aglomerar-se nas cidades, de facto, como já foi referido no corpo de texto, metade da humanidade vive, hoje, em zonas urbanas.

A história comprova a acentuada tendência na ocupação e aglomeração das populações em zonas costeiras, e, atualmente, cerca de *“3 biliões de pessoas em 7 depende diretamente de áreas marinhas e costeiras”* (UNITED NATIONS, 2012)

Note-se que das 25 maiores cidades do mundo, 14 encontram-se localizadas em ambientes costeiros, incluindo Tóquio, Mumbai, Nova Iorque, Manila, Los Angeles, Shangai, Osaka, Karachi, Guangzhou, Jakarta, Buenos Aires, Istambul, Rio de Janeiro e Lagos. Estes ambientes costeiros são economicamente importantes, ambientalmente sensíveis e fisicamente vulneráveis a perigos humanos e naturais.

O rápido crescimento e urbanização coloca uma crescente pressão sobre as cidades costeiras, e com o aumento demográfico explosivo acresce a exposição aos perigos e à consequente vulnerabilidade das populações. Este facto é reconhecido,

institucionalmente, pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR)⁷⁸ quando afirma que é “*o conjunto de características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem, que o suscita e expõe aos efeitos nocivos de ameaças*” (UNISDR, 2002).⁷⁹

Na sequência desta afirmação, deve-se ter em conta que “*são os seres humanos que convertem essas ameaças em contingências desastrosas*”, visto que “*a suscetibilidade de uma área a um determinado fenómeno geológico corresponde à possibilidade da sua ocorrência como um evento sem danos, enquanto que o risco está relacionado com a possibilidade da ocorrência do fenómeno tendo consequências sociais e económicas.*” (TOMINAGA, L., SANTORO, J., AMARAL, R. 2009)

No seu conjunto, as zonas costeiras em geral estão sujeitas a uma série de riscos naturais que resultam de vários tipos de perigosidade, nomeadamente de erosão costeira, inundação das margens, galgamento do sistema dunar, movimentos de massa, subida do nível médio das águas do mar, tempestades, furacões, *tsunamis*, degradação ambiental, entre outros perigos naturais.

Assume-se que as cidades, cada vez mais expostas e vulneráveis, estão na iminência de catástrofes naturais, a questão que se coloca nem sequer é a de saber se poderão essas catástrofes ocorrer, mas de quando vão acontecer tais catástrofes, e, na sua planificação política, administrativa e urbanística, as cidades têm de estar preparadas para a chegada de tais eventos, mesmo que nunca se sucedam.

O documento, *Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um Guia para Gestores Públicos Locais*⁸⁰, faz parte de uma campanha lançada pelo UNISDR, em 2010, com o objetivo de aumentar a consciência a respeito da redução dos riscos urbanos e encorajar os governos a investir em atividades que previnam e reduzam os desastres, criando uma infraestrutura mais resiliente nas cidades.

De acordo com o UNISDR, a resiliência é a “*capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposto a uma ameaça, resistir, absorver, adotar e recuperar dos efeitos da ameaça oportuna e eficazmente, o que inclui a preservação e restauração das estruturas e funções básicas*” (UNISDR, 2002).

⁷⁸ UNISDR – *The United Nations Office for Disaster Risk Reduction*. Disponível em: <http://www.unisdr.org/we/campaign/cities>

⁷⁹ Disponível em: <http://www.unisdr.org/we/inform/publications/4031>

⁸⁰ O guia sugere dez passos que devem ser seguidos para que uma cidade se torne mais resiliente. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/onu-mostra-em-manual-como-tornar-cidades-mais-resilientes>

Sucintamente, Foster (1997) considera resiliência como a “*habilidade de acomodação à mudança sem falhar catastróficamente*”.

O arquiteto chileno Alejandro Aravena amplia o conceito de resiliência descrevendo o processo através de “*ímanes*”, que atraem os trabalhadores para as cidades, e “*bombas*”, que os afastam. À medida que a força de trabalho global se torna mais móvel, as cidades que oferecerem melhores amenidades e recursos, cativaram um maior número de trabalhadores, tornando-se mais resistente às adversidades. Em alternativa, Aravena atenta que as cidades que são incapazes de manter uma elevada qualidade de vida serão menos resistentes.⁸¹

A questão da finalidade das cidades, e sua responsabilidade para com os seus cidadãos, está no centro do programa de 100 *Resilient Cities* (100RC)⁸² da Fundação Rockefeller. O 100RC apoia a adoção e incorporação de resiliência nas cidades, que inclui não só os choques de terremotos, incêndios, inundações, mas também das tensões⁸³ que enfraquecem o tecido de uma cidade na sua base cíclica e quotidiano.

O programa pretende ajudar as cidades a se tornarem mais resilientes aos desafios físicos, sociais e económicos, que preenchem a agenda do século XXI. Irá conceder subvenções a 100 cidades que “*têm demonstrado um compromisso dedicado no desenvolvimento das suas próprias capacidades de prevenção, resistência e recuperação de choques e tensões*”.⁸⁴

De acordo com a presidente da Fundação, Judith Rodin, o programa irá formar a base de um “*conjunto de princípios de resiliência sistemática que são generalizáveis*”, ajudando as cidades a aprenderem a ver os seus problemas específicos “*através de uma lente de resiliência*”⁸⁵.

⁸¹ Disponível em: <http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/06/alejandro-aravena-architect-dreamer-equaliser> e <http://www.plataformaurbana.cl/archive/2012/11/30/las-ciudades-atraen-riqueza-y-desarrollo-pero-pueden-ser-una-bomba/>

⁸² 100RC - 100 Cidades Resilientes. Disponível em: <http://www.100resilientcities.org/>

⁸³ Exemplos destas tensões incluem elevada taxa de desemprego; um sistema de transporte público sobrecarregado ou ineficiente; violência endémica; ou escassez crónica de alimentos e água.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.100resilientcities.org/pages/100-resilient-cities-challenge>

⁸⁵ Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/blog/cities-for-tomorrow-announcing-the-final-100-resilient-cities-challenge/> e <https://www.rockefellerfoundation.org/our-work/initiatives/100-resilient-cities/>

Cittaslow (ou *slow cities*) é um movimento fundado em Itália em 1999. O movimento funciona, em cada país, através da criação de uma rede nacional, atenta às características e especificidades de cada território. O caracol laranja foi adotado como símbolo das cidades europeias que se dedicam a promover estilos de vida pautados pela tranquilidade, pela qualidade do ar e da água, e pela preservação da história local e outros caracteres distintivos.⁸⁶

A rede, criada há mais de dez anos, conta, atualmente, com cerca de 155 cidades de países como Itália, Alemanha, Polónia, Noruega, Inglaterra e Brasil, que, inclusivamente, já possuem a sua própria rede nacional de *Slow Cities*. Entretanto, outros países já integraram, também, este conceito, como são os casos de França, Espanha, Austrália, Canadá e Japão. Portugal juntou-se a este movimento com a entrada de seis cidades na rede mundial (Vizela, Tavira, São Brás de Alportel, Lagos, Silves e Viana do Castelo)⁸⁷.

O desafio é implementar a filosofia, adaptando à realidade de cada cidade os cerca de 60 critérios instituídos pela organização mundial, para que uma cidade seja considerada uma “*Slow City*”.⁸⁸

Divulgar a história das cidades, os seus recursos naturais e produtos locais, assim como apoiar o comércio tradicional, desde associações a artesãos e restaurantes, são alguns dos objetivos da iniciativa.

O processo de candidatura deve ser liderado pelas autarquias, mas todos os habitantes da cidade e as suas organizações podem tomar iniciativas e são chamados a implicar-se, num diálogo que se quer participado, inteligente, solidário e criativo.

Após vencer a candidatura, uma comissão externa à cidade verificará periodicamente a manutenção da designação e o atingir de novos critérios e soluções como *Cittaslow*.

Para ser *Slow City* uma cidade deve preencher pelo menos 50% dos critérios de uma lista com 60 requisitos e os princípios fundamentais assentam em 5 categorias:⁸⁹

- Política Ambiental;

⁸⁶ Disponível em: <http://www.cittaslow.org/>

⁸⁷ Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/viana-do-castelo-podera-ser-a-sexta-slow-city-de-portugal-e-a-segunda-do-norte-1578782>

⁸⁸ Disponível em: <http://www.cittaslow.org/>

⁸⁹ Disponível em: <http://movimientoslow.com/pt/filosofia.html>

- Política de Infraestruturas;
- Tecnologia para a Qualidade Urbana;
- Valorização dos Produtos Locais;
- Hospitalidade e Convivialidade.

A categoria “*Slow City*” constitui um selo de qualidade e uma marca que funciona tanto como uma distinção, como também como um compromisso e um ponto de referência para habitantes, turistas e investidores que esperam da cidade credibilidade no que diz respeito a sustentabilidade para as pessoas e para a natureza. “*Destas cidades querem-se comunidades com identidade própria, identidade esta que seja reconhecida por quem chega e profundamente sentida por quem dela faz parte*”.⁹⁰

Cultiva-se o sentido de ligação entre os produtos e os consumidores, entre pessoas e meio ambiente protegido, entre residentes e visitantes. As cidades *slow* querem-se ajustadas à escala humana, com os centros históricos preservados e os novos edifícios harmonizados no contexto urbano. Devem ser criados lugares de convivência comum na cidade, espaços de lazer e de cultura. O comércio tradicional, o atendimento personalizado e confiável é encorajado. As cidades e vilas devem incentivar a diminuição da circulação automóvel (menos trânsito e menos barulho).

A cidade tem que ser para todos e, para isso, as acessibilidades têm de prever a presença de todos por igual.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.slowmovementportugal.com/movimentos-slow/slow-cities-cittaslow/>

Capítulo III

Cidades Verdes

Conceito, Critérios e Requisitos Principais

“Managing urban areas has become one of the most important development challenges of the 21st century. Our success or failure in building sustainable cities will be a major factor in the success of the post-2015 UN development agenda”

John Wilmoth, *Director of UN DESA’s Population Division*⁹¹

No capítulo anterior são referidas algumas das principais correntes urbanísticas que influenciaram a arquitetura da cidade, e os pilares que, com a implementação destas correntes, foram sendo valorizados como prioritários na construção da “*cidade ideal*”.

Destacaram-se algumas das diferentes mutações sofridas pela cidade, desde as cidades socialistas à cidade coerente/sustentável. Estas transformações demonstram o quanto orgânica e mutável é a cidade, o cenário das nossas vidas, e como esta se adapta às necessidades do homem na sua evolução como sociedade.

Há muito que se tenta organizar as cidades segundo modelos preestabelecidos, definindo os seus limites, a organização das suas funções e as responsabilidades dos diversos atores, ambição essa que originou vários modelos com mais ou menos impacto, desde a cidade-jardim de Howard, à cidade industrial de Garnier, passando pela cidade funcional/moderna de Corbusier. Mas hoje, a noção de cidade verde ou sustentável tornou-se um conceito bastante generalizado e bastante consensual, emergindo como uma crítica frontal às formas de crescimento extensivas e aos efeitos perversos das aglomerações urbanas mais recentes.

O conceito de Cidade Verde está intrinsecamente ligado ao conceito de sustentabilidade urbana e mais especificamente de sustentabilidade.

Embora extensivamente discutido nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade mantém-se pouco preciso e permite a incorporação de diferentes significados. Contudo, a procura da sua definição possibilitou o acréscimo de inúmeras outras considerações para a discussão do futuro das cidades.

⁹¹ Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/news/population/world-urbanization-prospects-2014.html>

Sustentabilidade ... e a sustentabilidade urbana

Nos anos 90 algumas das principais organizações multilaterais mundiais incluíram nas suas conferências internacionais temas como o desenvolvimento urbano, o controlo da poluição atmosférica e hídrica nas cidades, a utilização sustentável de recursos naturais e a conservação de espaços verdes urbanos, consolidando a aproximação e inclusão da temática ambiental na discussão do espaço urbano (BRAGA, 2006). A inclusão de tais temas nas suas agendas aconteceu sob a declarada influência do conceito de desenvolvimento sustentável divulgado pelo *Brundtland Report* em 1987, segundo o qual, o desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987).

Anterior ao *Brundtland Report*, a primeira definição de desenvolvimento sustentável surge na publicação *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development* pela *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN), em 1980, onde é considerado que o desenvolvimento sustentável é aquele centrado na integridade ambiental considerando as dimensões sociais, ecológicas e económicas.

Já para o *Urban World Forum* de 2002 a sustentabilidade urbana pode ser definida a partir de uma série de prioridades para o desenvolvimento das cidades: superar a pobreza, promover equidade, melhorar a segurança ambiental e prevenir a sua degradação, mantendo a vitalidade cultural e o capital social, e fortalecendo a cidadania e o respeito pela cidade (BRAGA, 2006).

O problema atual da cidade contemporânea é que os seus espaços públicos sofreram mutações, e já não correspondem a uma identificação clara dos seus conceitos, o que requer que cumpram hoje uma função diferente da que tinham anteriormente. Nas primeiras intervenções urbanas no século XX (Paris e Barcelona), o desenho das áreas públicas é tido como prioritário na definição da paisagem urbana.

Os espaços públicos não se perderam na cidade contemporânea, mudaram de configuração, de motivação, mas permanece a sua importância física e social na cidade.

É importante pensar novas formas de intervir que proporcionem um futuro a estes espaços, através de uma concertação de estudos. As cidades crescem, evoluem

através de meios de dinâmica urbana, construindo um efeito de palimpsesto⁹², que permite reescrever o tecido urbano ao longo dos tempos.

Procura-se um novo paradigma de cidade. Pela procura de invariantes da cidade para a sua estruturação. A pluridisciplinaridade das equipas é um fator imperativo, complementando-se os diferentes domínios na estruturação da cidade, dependendo também da receptividade social. Este novo paradigma de cidade é um processo que dá um sentido e forma, descontínuo no espaço, e indefinível e imutável no tempo. São muitas as ferramentas operativas deste processo. O projeto urbano é um projeto aberto.

A respeito da sustentabilidade urbana, ou a respeito de uma relação equilibrada entre as dimensões do espaço construído e do ambiente natural, e suas relações sociais e económicas devemos considerar que diferentes modos de ocupação e apropriação por uma determinada população de um mesmo espaço podem gerar consequências ambientais expressivamente distintas.

“Na realidade, a maior parte dos aspetos ambientais negativos relacionados com a urbanização está ligada mais a outros fatores – tais como padrões de desenvolvimento (produção e consumo insustentáveis), falta de desenvolvimento (pobreza), localização geográfica, padrões de uso da terra (urban sprawl⁹³), forma urbana (e.g. – pavimentação excessiva e “desnaturalização”), falta de controlo e gestão urbana ineficiente – do que à urbanização, densidade ou tamanho por si. Isto é, as cidades sem dúvida têm impactos ambientais sérios porque concentram tanto a população quanto a atividade económica e a riqueza, mas tais efeitos estão associados a um determinado padrão de civilização que poderá opcionalmente ser abrandado.”
(MARTINE, 2007)

Podemos considerar que problemáticas, como os impactos ambientais e o *urban sprawl*, se mantêm bem presentes atualmente e as preocupações em seu redor crescem exponencialmente, visto que mais de metade da humanidade vive em cidades, e prevê-se que com o ritmo dos êxodos rurais e intercontinentais este valor aumente para 60% em 2030 e 70% em 2050 a nível mundial (IPCC, 2014)⁹⁴. Esta sobrepopulação urbana asfixia qualquer hipótese que as cidades teriam de encontrar um ponto de equilíbrio

⁹² Manuscrito em pergaminho que os copistas na Idade Média apagaram, para nele escrever de novo, e cujos caracteres primitivos a arte moderna não conseguiu fazer reaparecer. ("palimpsesto", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/palimpsesto> [consultado em 28-05-2015].)

⁹³ Fenómeno denominado por vários teóricos de *urban sprawl*, ou expansão urbana ou suburbana, é caracterizado pela expansão horizontal da mancha urbana de forma descontinuada rumo às zonas confinantes do perímetro urbano e às zonas rurais.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/>

entre os seus habitantes e as condições sustentáveis para os acolher, tornando as cidades as principais responsáveis por 80% das emissões de gases de efeito de estufa.

É urgente repensar as cidades visto estarem inseridas num contexto que se não for revertido terá repercussões drásticas. Para que esta problemática se inverta será necessário um processo de sensibilização e mobilização e um desenvolvimento de ferramentas e práticas que quando aplicadas promovam a sustentabilidade nas cidades incentivando o seu crescimento económico, social e ambiental.

Howard, um dos autores já referido neste trabalho, idealizou um modelo que revolucionou a perspetiva de ver a cidade e as suas funções para com o cidadão, tornando-se uma referência no Urbanismo.

Howard

... um pioneiro fora de tempo

Ebenezer Howard e, principalmente a sua obra, como já foi referido no capítulo anterior, consolidaram-se inequivocamente como uma referência incontornável no urbanismo do séc. XX. A sua proposta para a construção de cidades-jardim revelou-se portadora de uma longevidade surpreendente, de tal modo que atualmente a sua teoria é tida em conta e muitas vezes levada à prática nomeadamente nos países anglo-saxónicos.

O princípio fundamental da sua Cidade-jardim defende que *“as esperanças dos radicais para estabelecer uma civilização cooperativa, não podem ser realizadas, senão em pequenas comunidades inseridas numa sociedade descentralizada”* (HOWARD, 1996). É com base nesta premissa que Howard propõe um modelo de organização social que preconiza o retorno ao campo, não de uma maneira nostálgica, como a do movimento *“back to the land”*, mas solucionando os problemas sociais criados pelas grandes cidades.

A sua visão na transformação social a implementar é clara no diagrama dos três ímanes, onde Howard compara a cidade e o campo a pólos magnéticos em que cada um possui um poder e uma combinação própria de atracção e de repulsão. Assim, à animação da cidade e às suas possibilidades de emprego, contrapõe-se as suas más condições higiénicas e os seus altos preços, assim como à beleza e ao ambiente saudável do campo, se contrapõem o seu atraso económico e a falta de *“pontos de entretenimento”*.

Devem reunir as vantagens dos dois pólos, num terceiro pólo, denominado Cidade-jardim.

Howard, no seu tempo, um pioneiro obstatante das problemáticas ambientais atuais e longe do conceito de sustentabilidade, defendia a importância de uma sintonia entre o meio urbano e rural, valorizando o balanço entre espaço urbano e espaço verde, e os benefícios que esta harmonia traria ao cidadão.

Espaços Verdes ... a relevância do natural

Posteriormente a Howard, associado ao crescimento urbano e às cidades mais industrializadas, nasce o conceito de “*pulmão verde*”, onde é reconhecido o valor ambiental dos espaços verdes urbanos, e o conceito de “*cintura verde*”, incorporando espaços verdes capazes de aproximar o mundo rural do urbano, não obstante do reconhecimento estético, cultural, artístico e educativo que os Jardins Históricos ganharam como legado, testemunho e património paisagístico de épocas passadas.

Desde meados do século XX até à atualidade, a sustentabilidade urbana tem-se baseado na Teoria do “*Continuum Naturale*”, que defende a implementação de espaços de lazer e recreio e de espaços de produção agrícola, a integração de paisagem verde circundante e de espaços verdes enquanto peça chave no desenvolvimento sustentável, associando a qualidade de vida dos cidadãos à sua envolvimento natural e consciência na preservação do ambiente urbano.

Assume-se assim a importância dos espaços verdes em contexto urbano, devido aos inúmeros benefícios e serviços que este tipo de espaços presta à cidade, como por exemplo a manutenção da qualidade do ar; a atenuação da poluição do solo; a proteção contra a erosão dos solos; a regulação da temperatura, da insolação, do vento e do clima em geral (termorregulador); a captação de carbono, diminuindo os seus níveis presentes; a redução dos níveis de ruído; a atenuação da fadiga e do *stress*, através dos espaços de lazer; a proteção de áreas de refúgio e habitat de fauna e flora selvagem.

Atualmente, e apesar da sua relevância e importância no inverter do relógio, os espaços verdes estão ameaçados em consequência de um fenómeno que tem afetado as grandes cidades, metrópoles e mega cidades, denominado de *urban sprawl*.

Este fenómeno descontrolado e desorganizado coloca em risco a linha que separa as identidades distintas do cenário urbano e rural, resultado de uma total alienação das problemáticas e consequências desse tipo de crescimento suburbano sem significado.

Urban Sprawl ... o inimigo público

A partir da segunda metade do século XX, várias cidades passaram por um processo de expansão, caracterizado por um modelo de urbanização suburbana (*urban sprawl*), onde as manchas urbanas se expandem às zonas periféricas e rurais. Desde então, este modelo de urbanização periférica constituiu-se como um novo padrão de crescimento das cidades e de redistribuição da população, como aponta Limonad (2006).

Burchell (2009) afirma que é característico desta forma de expansão urbana a segregação estrita dos tipos de uso habitacional e comercial, a dependência do automóvel e o plano fragmentado de gestão autárquica⁹⁵.

Neste encadeamento podemos expor a problemática de um outro prisma, em que autores como Irwin e Bocckstael (2002) apontam que o *urban sprawl* é consequência de interesses de vários agentes, como promotores imobiliários que, devido à alta densidade demográfica e habitacional nos grandes centros, gera uma intensa valorização das zonas verdes nas periferias bem localizadas, alvo dos promotores imobiliários que mercantilizam a natureza como um fator de luxo, extrapolando o seu valor como sinónimo de qualidade de vida e extorquindo elevadas margens a um segmento populacional de alto padrão desejoso de habitar em áreas mais próximas das paisagens naturais e que oferecem melhores condições de vida e segurança (ex: condomínios fechados e de luxo em zonas periféricas). Ojima (2008) menciona este comportamento como resposta aos “*valores da sociedade moderna e das expectativas em relação ao padrão de consumo*”.

Polidoro (2010) vai mais longe e aponta para a atuação do Estado que autoriza à construção desenfreada nas zonas suburbanas, sem atenção ao rigor do planeamento urbano das mesmas, e que promove lotes públicos para a construção de bairros sociais,

⁹⁵ “[...] *strict segregation of housing and commercial development types, automobile dependence, and fragmented planning of governance*”.

incentivando a deslocalização de classes mais baixas para zonas periféricas, independentemente das escolhas individuais dos seus habitantes. Esta promoção à dispersão suburbana sobrecarrega ações onerosas ao Estado para viabilizar a instalação de infraestruturas necessárias a este crescimento da malha urbana, como estradas e acessos, serviços de água, eletricidade, recolha de lixo e transportes públicos, saúde, educação, entre outros.

Conforme se dá a expansão rumo às zonas fronteiriças do perímetro urbano, “*diluem-se [...] as diferenças entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que persistem e se aprofundam as contradições entre a urbanidade e a ruralidade*” (LIMONAD, 2006).

Portanto, a implementação do *urban sprawl* nas cidades pode trazer uma série de impactos negativos, como a redução dos espaços verdes e agrícolas e consequente diminuição do número de captadores de carbono, aumentando às áreas urbanas, o tráfego automóvel, a poluição e o número de emissões de carbono, além de criar uma série de desafios ao planeamento urbano (POLIDORO, 2010), devido ao conflito de interesses na utilização do solo, sendo que emerge desta constatação uma série de discussões onde se procuram formas de controlo deste fenómeno.

Além deste desafio na gestão territorial e do solo, responsável por uma urbanização suburbana dispersa e desprovida de significado, existe uma panóplia de outros desafios ambientais que contribuem igualmente para um cenário catastrófico e insustentável nas cidades que afetará não só o cidadão como o cenário do seu quotidiano.

Zonas Urbanas

... e os seus desafios ambientais

As zonas urbanas têm um importante papel a desempenhar tanto na adaptação às alterações climáticas como na minimização das emissões de gases com efeito de estufa.

A maioria das cidades confronta-se com um núcleo comum de problemas ambientais, designadamente má qualidade do ar ambiente, níveis elevados de tráfego, congestionamento e ruído ambiente, áreas edificadas de baixa qualidade, terrenos abandonados, emissões de gases com efeito de estufa, produção de resíduos e efluentes líquidos. As causas dos problemas abrangem as alterações do estilo de vida

(dependência crescente em relação aos veículos particulares, aumento do número famílias monoparentais, utilização mais intensiva dos recursos per capita) e as alterações demográficas, que deverão ser tidas em conta na definição de soluções.

Estas últimas deverão ser orientadas para o futuro e abranger aspetos ligados à prevenção dos riscos, tais como a previsão do impacto das alterações climáticas, visto serem vulneráveis às mesmas, por exemplo, aumento dos riscos de inundação, ondas de calor, secas mais frequentes e intensas) ou a redução progressiva da dependência relativamente aos combustíveis fósseis.

Os problemas ambientais das cidades são particularmente complexos, já que as suas causas se encontram interligadas. As iniciativas locais para a resolução de um dado problema podem gerar novos problemas noutras áreas e colidir com as políticas aos níveis nacional ou regional. Por exemplo, as iniciativas para a melhoria da qualidade do ar mediante a aquisição de autocarros ecológicos podem ser comprometidas pelo crescimento do transporte privado decorrente de decisões sobre a utilização dos solos (tais como a construção de parques de estacionamento no centro das cidades). Os problemas associados às áreas edificadas de baixa qualidade encontram-se frequentemente ligados a problemas socioeconómicos subjacentes.

Os planos de gestão urbana integrada deverão incluir medidas para limitar os riscos ambientais de forma a permitir que as zonas urbanas enfrentem melhor essas alterações. As áreas prioritárias para as autoridades locais em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa são os transportes e a construção. A aplicação a uma escala mais vasta de planos de transporte urbano sustentável que incluam medidas de promoção de baixos níveis de emissões de CO₂ e veículos energeticamente eficientes contribuirá para a redução a nível local das emissões de gases com efeito de estufa.

A construção sustentável melhora a eficiência energética, com uma redução consequente das emissões de CO₂. As autoridades locais podem promover os métodos de construção sustentável mediante ações de sensibilização, bem como, sempre que possível, o estabelecimento e a aplicação de normas e a adoção das melhores práticas nos seus edifícios e nos edifícios que adjudiquem através de contratos públicos ecológicos. Neste contexto, reveste-se de importância considerável a remodelação dos edifícios existentes.

É amplamente reconhecido que as autoridades locais que registam melhores resultados utilizam abordagens integradas para a gestão do ambiente urbano, adotando planos de ação estratégicos a longo prazo, em cujo âmbito são analisadas em pormenor

as relações entre as diversas políticas e obrigações, nomeadamente a vários níveis administrativos. As obrigações impostas a nível local, regional, nacional ou europeu (no que respeita, nomeadamente, à utilização dos solos, ao ruído e à qualidade do ar) podem ser aplicadas de forma mais eficiente a nível local se forem integradas num quadro estratégico de gestão local.

União Europeia ... por um futuro mais verde

O velho continente europeu é, historicamente, palco de grandes feitos da humanidade, laboratório de ensaio de modelos políticos, rosto de correntes urbanísticas, rede de património cultural e modelo exemplar de ideais sustentáveis.

Tendo presente o agravamento das condições ambientais, dos desafios socioeconómicos da União Europeia, a par das novas pressões concorrenciais e dos novos compromissos internacionais, a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia identifica 7 desafios principais e respetivas metas a atingir, objetivos operacionais e ações. A sua futura conceção e concretização orientar-se-á pelos princípios a mencionar:

- Alterações climáticas e energia limpa - Limitar as alterações climáticas, bem como os seus custos e efeitos negativos para a sociedade e o ambiente;
- Transportes sustentáveis - Assegurar que os nossos sistemas de transporte satisfaçam as necessidades socioeconómicas e ambientais da sociedade e, simultaneamente, minimizar as suas repercussões indesejáveis na economia, na sociedade e no ambiente;
- Consumo e produção sustentável - Promover padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- Conservação e gestão dos recursos naturais - Melhorar a gestão e evitar a sobre-exploração dos recursos naturais, reconhecendo o valor dos serviços ligados aos ecossistemas;
- Saúde Pública - Promover a saúde pública em condições equitativas e melhorar a proteção relativamente às ameaças para a saúde;
- Inclusão social, demografia e migração - Criar uma sociedade socialmente inclusiva mediante a tomada em consideração da solidariedade intra e inter

geracional e garantir e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos como condição prévia para um bem-estar individual duradouro;

- Pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável - Promover ativamente o desenvolvimento sustentável à escala mundial e assegurar que as políticas internas e externas da União Europeia estão de acordo com o desenvolvimento sustentável mundial e com os seus compromissos internacionais.

As cidades são micro representações de uma macro sociedade, motores da economia e catalisadores de criatividade e inovação. Na União Europeia, dois terços dos europeus (333 milhões de pessoas), cerca de 68% da população vive em regiões metropolitanas, que são responsáveis por gerarem 67% do PIB da UE.

As zonas urbanas desempenham um papel importante na realização dos objetivos da Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável (CCE, 2001). É nas zonas urbanas que as dimensões (ambiental, económica e social) se encontram mais interligadas⁹⁶.

As cidades concentram muitos problemas ambientais, mas constituem também os pilares da economia, os locais em que se decidem os negócios e se efetuam os investimentos. Quatro em cada cinco cidadãos europeus vivem em zonas urbanas e a sua qualidade de vida é diretamente influenciada pelo estado do ambiente urbano.

Um ambiente urbano de elevada qualidade contribui também para a prioridade da Estratégia de Lisboa renovada (“tornar a Europa um local mais atrativo para trabalhar e investir”). A atratividade das cidades europeias aumentará o seu potencial de crescimento e criação de empregos, pelo que as cidades se revestem de uma importância crucial na aplicação da Agenda de Lisboa (CCE, 2005).

Todavia, registam-se preocupações crescentes sobre o estado do ambiente urbano europeu. Os desafios ambientais que defrontam as cidades têm consequências significativas para a saúde humana, a qualidade de vida dos cidadãos urbanos e o desempenho económico das próprias cidades. O Sexto Programa Comunitário de Ação em matéria de Ambiente (6º PAA) preconizou a elaboração de uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano com o objetivo de “*contribuir para uma melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada e centrada nas zonas urbanas*” e “*contribuir para um elevado nível de qualidade de vida para os cidadãos e de bem-estar social,*

⁹⁶ O Acordo de Bristol (<http://www.odpm.gov.uk/index.asp?docid=1162287>) reflete este facto.

proporcionando um ambiente em que o nível de poluição não provoque efeitos nocivos na saúde humana e no ambiente e encorajando um desenvolvimento urbano sustentável”.

Na esteira do 6º PAA, a Comissão efetuou a sua análise preliminar dos desafios que defrontam as zonas urbanas numa Comunicação provisória⁹⁷ e sugeriu a adoção de ações em quatro domínios prioritários (gestão urbana, transportes sustentáveis, construção e conceção urbana, nomeadamente com integração de boas práticas, e eventual estabelecimento de obrigações pela UE para a adoção de planos a nível local).

Foram realizadas consultas extensivas das partes interessadas, bem como uma análise aprofundada das possíveis vias a adotar, cujos resultados constituem a base da presente estratégia.

A EU está na vanguarda dos esforços internacionais de combate às alterações climáticas e deve reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, em conformidade com o compromisso assumido ao abrigo do Protocolo de Quioto.

Em Janeiro de 2007, a Comissão propôs que *"a UE promova, no contexto de negociações internacionais, o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa dos países desenvolvidos, até 2020, de 30% relativamente aos níveis de 1990"* e que *"a UE deverá, desde já, assumir de forma autónoma o compromisso firme de alcançar, até 2020, uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 20% relativamente a 1990"* (CCE, 2007).

Para evitar distorções, e tendo em vista a equidade económica e social, todos os sectores devem contribuir para o esforço de redução.

A Comissão incentiva fortemente os Estados-Membros, bem como as autoridades regionais e locais, a elaborar programas para promover a construção sustentável nas suas cidades. Tendo em vista a promoção da eficiência energética e do recurso às energias renováveis entre os protagonistas locais e regionais, a Comissão continuará também a utilizar, em apoio da sua política energética, o programa “Energia Inteligente — Europa”⁹⁸. O Livro Verde sobre a eficiência energética sugere a possibilidade de alargar o âmbito da diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios⁹⁹ à renovação dos edifícios de menores dimensões.

⁹⁷ “Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano”, CCE (2004)

⁹⁸ Eficiência energética nos edifícios e na indústria (SAVE), cogeração de calor e energia elétrica, fontes de energia novas e renováveis para a produção de eletricidade, calor e biocombustíveis (ALTENER), aspetos energéticos dos transportes (STEER).

⁹⁹ Diretiva 2002/91/CE

As autoridades locais desempenham um papel decisivo na melhoria do ambiente urbano. A diversidade das condições históricas, geográficas, climáticas, administrativas e legais exige soluções elaboradas a nível local, adequadas ao ambiente urbano.

A aplicação do princípio da subsidiariedade, em cujo âmbito as ações são adotadas à escala mais eficaz, implica também a adoção de iniciativas a nível local. Todavia, o ambiente urbano necessita de ações a todos os níveis; tanto as autoridades nacionais como as autoridades regionais e a UE têm um papel a desempenhar. Muitas cidades possuem já soluções, mas estas não se encontram suficientemente divulgadas nem aplicadas.

A UE pode proporcionar o melhor apoio aos Estados-Membros e às autoridades locais mediante a promoção das melhores práticas europeias, facilitando a sua utilização generalizada na Europa e incentivando a constituição de redes eficazes e o intercâmbio de experiências entre cidades.

A UE pode conceder apoio financeiro aos investimentos destinados a cumprir as prioridades ambientais e promover o desenvolvimento de competências, disponibilizando fundos para a investigação e a formação, elaborando diretrizes pertinentes e incentivando a criação de pontos de aconselhamento nacionais para as cidades. É essencial que os Estados-Membros explorem as oportunidades oferecidas a nível da UE em benefício das autoridades locais, como sublinhado na presente estratégia.

Os Estados-Membros são também convidados a apoiar as autoridades locais no cumprimento dos objetivos da estratégia, mediante a promoção de uma estreita cooperação e coordenação entre os organismos administrativos pertinentes, com vista a identificar soluções eficazes para as suas cidades e regiões. A avaliação dos problemas ligados ao ambiente urbano, a necessidade de ações a todos os níveis e o valor acrescentado da implicação da UE tiveram o consenso de todas as partes interessadas, incluindo os Estados-Membros¹⁰⁰, no âmbito das numerosas consultas efetuadas.

A Comissão analisou as diversas opções, nomeadamente a oportunidade de legislar no sentido de garantir a aplicação da gestão integrada a nível local.

Todavia, atendendo à diversidade das zonas urbanas e das obrigações nacionais, regionais e locais em aplicação, bem como às dificuldades associadas ao estabelecimento de normas comuns em todos os domínios abrangidos pelo ambiente

¹⁰⁰ Conclusões do Conselho de 14.10.2004

urbano, foi decidido que a legislação não constitui a melhor via para atingir os objetivos da presente estratégia. A maioria dos Estados-Membros e das autoridades locais apoiaram esta abordagem, questionando a necessidade de adotar a nível da UE obrigações vinculativas em matéria de gestão ambiental e planos de transporte urbano.

As várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais – estão interligadas e o êxito do desenvolvimento urbano apenas poderá ser alcançado através de uma abordagem integrada. As medidas relacionadas com a renovação do espaço físico urbano têm de ser combinadas com medidas que promovam a educação, o desenvolvimento económico, a inclusão social e a proteção do ambiente.

No momento atual, a adoção de uma abordagem deste tipo revela-se especialmente importante dada a gravidade dos desafios que as cidades europeias estão a enfrentar. Estes desafios vão desde alterações demográficas específicas até às consequências da estagnação económica em termos de criação de empregos e progresso social, passando pelo impacto das alterações climáticas. A resposta a estes desafios será crucial para concretizar a sociedade inteligente, sustentável e inclusiva prevista na Estratégia Europa 2020.

O Prémio Capital Verde da Europa é parte integrante das estratégias e iniciativas promovidas pela Comissão Europeia, apoiando o desenvolvimento de parcerias sólidas entre os cidadãos locais, a sociedade civil, a economia local e os vários níveis de governação como condição prévia.

Capital Verde da Europa

... uma corrida ao reconhecimento ambiental

O Prémio Capital Verde da Europa foi referido inúmeras vezes ao longo do corpo de texto, neste subcapítulo pretende-se aprofundar o conhecimento sobre este prémio, apresentando desde as responsabilidades e benefícios que o título acarta, aos critérios e ao processo de seleção, às cidades vencedoras e aos principais factos e iniciativas implementadas. Todos os dados referentes ao prémio foram retirados do *site* oficial da iniciativa¹⁰¹, no qual é possível aceder a informação detalhada sobre o prémio, as candidaturas das cidades, os relatórios dos especialistas e júris.

O Prémio Capital Verde da Europa celebra o planeamento para uma vida urbana agradável, prestando homenagem às cidades onde a inovação sustentável se impôs.

Todos os anos, uma cidade europeia é designada Capital Verde da Europa¹⁰² por um painel de especialistas na área do meio ambiente e por um Júri. Todas as cidades dos países acima referidos com mais de 100 mil habitantes podem concorrer ao prémio, no caso de países em que não existam cidades com mais de 100 mil habitantes poderá candidatar-se a cidade com mais habitantes

O prémio é atribuído a uma cidade europeia que demonstre um historial comprovado na consecução de elevados padrões ambientais. Inclusivamente, tem de demonstrar empenho na criação de objetivos consecutivos e ambiciosos para futuras melhorias ambientais compartilhando de uma visão sustentável.

A Capital Verde da Europa também atua como modelo a seguir para incentivar e promover as melhores práticas noutras cidades europeias, uma corrida para o reconhecimento ambiental.

O Prémio Capital Verde da Europa é atribuído a uma cidade que tenha melhorado o ambiente urbano em geral, através de atividades concretas como, por exemplo:

- Cooperação e parceria entre autoridades, cidadãos, setor industrial e outras partes envolvidas, visando o desenvolvimento e melhoria das condições de vida urbana;
- Implementação de soluções de mobilidade sustentável;

¹⁰¹ Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm

¹⁰² Os vencedores anteriores não se podem candidatar durante 10 anos após a detenção do título de Capital Verde da Europa.

- Criação e ampliação de parques e áreas recreativas;
- Uma abordagem moderna à gestão de resíduos;
- Soluções inovadoras para a poluição sonora;
- Uma abordagem integrada de gestão urbanística, assegurando efeitos positivos a longo prazo.

O estatuto de Capital Verde da Europa traz inúmeros benefícios que perduram muito além do ano de detenção do título, nomeadamente:

- Aumento do turismo
- Cobertura mediática internacional positiva no valor de milhões de euros
- Aumento da projeção internacional, do trabalho em rede e do estabelecimento de novas alianças
- Novos empregos — uma Capital Verde da Europa é mais atrativa para investidores estrangeiros
- Maior ênfase em projetos ambientais através de patrocínios e subvenções
- Estímulo do orgulho local e do sentimento de pertença
- Impulso para continuar a melhorar a sustentabilidade ambiental
- Atração de financiamento público
- Acesso à Rede Europeia Capital Verde

A seleção de uma cidade para ser designada Capital Verde da Europa 2018 será efetuada com base em 12 áreas indicadoras:

- Alterações climáticas: mitigação e adaptação
- Transportes locais
- Zonas verdes urbanas, integradas no ordenamento sustentável do território
- Natureza e biodiversidade
- Qualidade do ar ambiente
- Qualidade do ambiente acústico
- Produção e gestão de resíduos
- Gestão da água
- Tratamento de águas residuais
- Inovação ecológica e emprego sustentável
- Desempenho energético
- Gestão ambiental integrada

A ideia de criar um prémio Capital Verde da Europa surgiu numa reunião em Tallinn, na Estónia, realizada em maio de 2006, por iniciativa do então presidente da Câmara, Jüri Ratas.

O elevado prestígio obtido por estes projetos pioneiros serve de inspiração para que mais esforços sejam feitos para tornar os espaços urbanos europeus não só sustentáveis, mas também em lugares agradáveis para viver. É inspirador ver a enorme variedade de esforços feitos pelas cidades em toda a União Europeia para se tornarem mais sustentáveis.

A cidade de Estocolmo, capital da Suécia, primeira vencedora do prémio, em 2010, impôs-se como uma referência vanguardista no âmbito das Cidades Verdes. Acolheu meios de comunicação social de todo o mundo, bem como 120 delegações de visitas de estudo para profissionais e cerca de 360 delegados para a sua conferência “Capital Verde da Europa”, para partilharem os seus conhecimentos e motivarem a mudança.

A cidade alemã de Hamburgo, em 2011, literalmente, seguiu-lhe o caminho, lançando uma exposição ambiental itinerante, o “Comboio de Ideias” (*Train of Ideas*), com carruagens que representam vários aspetos da vida numa cidade verde, que gerou uma impressionante cobertura mediática nacional e internacional (800 notícias chegaram a mais de 270 milhões de pessoas em seis meses, incluindo potenciais turistas e investidores). Verificou-se um aumento de 57 % no número de empregos no setor das energias renováveis entre 2008 e 2012.

Na cidade espanhola, Vitoria-Gasteiz, em 2012, todos os residentes vivem a menos de 300 metros de um espaço verde aberto. A cidade conseguiu acordos com outras instituições e financiamento externo, incluindo milhões de euros em patrocínios para novos projetos ambientais, tais como a plantação de mais 250 mil árvores na «Cintura verde» e obras de prevenção de inundações até 2020.

Nantes mostrou, em 2013, o que vale ao tornar-se na primeira cidade em França a ser bem-sucedida na reintrodução dos elétricos. Para sensibilizar os cidadãos, o projeto «Apelo aos cidadãos», que teve por objetivo promover as iniciativas dos cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável, foi lançado em julho de 2012. Foram apresentados mais de 200 projetos por associações sem fins lucrativos ou cooperativas de cidadãos, tendo sido selecionados 85 que obtiveram apoio financeiro.¹⁰³

¹⁰³ O financiamento cedido poderia atingir um limite máximo de 5 000 euros cada.

A cidade dinamarquesa de Copenhaga, por seu lado, foi intitulada, em 2014, Capital Verde da Europa, e está no bom caminho para se tornar na cidade mais prática do mundo para os ciclistas. É a responsável pela criação da rede de cidades pré-selecionadas ou vencedoras do prémio Capital Verde da Europa, permitindo que as cidades verdes modernas partilhem conhecimentos e liderem juntas o progresso da agenda ambiental.

Bristol, a vencedora de 2015, está a convidar os europeus a celebrar a criação de cidades mais saudáveis e mais alegres. É a oitava cidade mais populosa do Reino Unido, com mais de 440 000 residentes. Há muito tempo que Bristol é uma cidade de inspiração e inovação — a sua zona costeira animada, os excelentes espaços verdes e a arquitetura impressionante, fornecem o pano de fundo para a criatividade, ideias arrojadas e aventuras que influenciaram o mundo ao longo da história. O programa da Capital Verde da Europa 2015 centra-se em três temas importantes: aprendizagem, inovação e liderança.

Alguns dos factos que enaltecem o estatuto ecológico desta cidade:

- Em 2014, Bristol foi designada «O melhor lugar para viver no Reino Unido» (*Sunday Times*);
- Bristol é a cidade mais eficiente em termos energéticos e de emissões de carbono no Reino Unido;
- Quase um quinto dos residentes de Bristol vai a pé para o emprego;
- Nos últimos dez anos, as casas tornaram-se 25 % mais eficientes;
- Mais de 90 % da população de Bristol vive a menos de 300 m de zonas de parques ou de cursos de água;
- A economia de baixo carbono de Bristol emprega cerca de 9 000 pessoas;
- Bristol possui quatro quintas urbanas, oito reservas naturais e mais de 400 parques;

Em 2016, as principais concretizações da cidade eslovena de Liubliana incluem a plantação de mais de 2000 árvores, cinco novos parques e a revitalização das margens do rio Sava, que vão ser o centro das atenções.

Cada uma destas cidades vencedoras mostrou que a diversidade natural é também uma fonte de inspiração e parte do nosso legado cultural. Todas as pessoas que vivem numa área urbana devem participar na forma como essa área se desenvolve.

O bom planeamento urbano não se deve restringir às cidades e vilas de grandes dimensões, portanto no seio desta iniciativa da Comissão Europeia foi criado paralelamente o concurso Folha Verde da Europa, encorajando as cidades mais pequenas (com uma população entre 50 000 e 100 000 habitantes)¹⁰⁴, que têm demonstrado um forte empenho na proteção ambiental, a tornarem-se referências na sustentabilidade urbana.

Como refere o Comissário Europeu do Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella: *“Pense na nossa estratégia global como sendo uma árvore. As «folhas verdes» são as cidades e vilas mais pequenas, os ramos são as «capitais verdes» e as cidades de maior dimensão e o tronco é a Comissão Europeia, que fornece uma base sólida a partir da qual podemos desenvolver estas iniciativas.”*

¹⁰⁴ As cidades podem candidatar-se ao prémio Capital Verde da Europa ou à Folha Verde da Europa, mas não a ambos no mesmo ano.

Capítulo IV

Cidades Criativas

Conceito, Critérios e Requisitos Principais

“Através do seu papel fulcral na economia contemporânea, as cidades tornam-se áreas de intervenção estratégicas das políticas nacionais. O próprio papel do Estado transforma-se, acompanhando esta evolução. Procuram-se formas de tornar a cidade mais competitiva e atrair o recurso mais precioso do século XXI: a Criatividade”

Teixeira, 2008

A introdução do panorama e conceito de cidade verde no capítulo anterior procura apresentar a urgência, por parte das cidades, no implementar e assumir de uma postura, não só sustentável e coerente para com o seu espaço, recursos e habitantes, como colaborativa e cooperativa entre si, sejam elas vizinhas, ou estejam integradas no mesmo espaço económico, ou até que partilhem de ideologias políticas, religiosas ou culturais distintas.

O objetivo principal centra-se na alteração do padrão de comportamento presente nas cidades, consequência do processo evolutivo e dos seus rascunhos no aperfeiçoamento do cenário das nossas vidas. Discutem-se modelos de sociedade e prioridades globais, procuram-se soluções que atenuem e redirecionem o rumo dos acontecimentos e que priorizem uma qualidade de vida sustentável, no entanto, ainda se encontram numa fase demasiado experimental dada a urgência da situação.

Portanto, é neste cenário que a cidade, como berço de ideais e pessoas, se torna num centro difusor de comportamentos e de mudança, tendo o dever de assumir uma preocupação partilhada comumente por todas as cidades, contribuindo voluntariamente para a criação de uma rede global e mutável, de princípios e padrões de crescimento adaptáveis aos diversos contextos a que cada cidade se insere, capacitando-as com as ferramentas necessárias para que possam desenvolver o seu capital natural, humano e económico de uma forma equitativa, viável e vivível.

É reconhecido que a sustentabilidade não é uma simples perspetiva, nem um estado imutável, mas sim um processo criativo, local e equilibrado, alargado a todas as áreas da administração local de uma cidade. A sustentabilidade permite a obtenção

duma informação permanente sobre as atividades que favorecem o equilíbrio do ecossistema urbano, ou sobre aquelas que o afastam.

Ao basear a gestão urbana na informação alcançada ao longo deste processo, a cidade é encarada como um conjunto orgânico, que torna visível os efeitos das suas ações significativas. Um sistema de gestão assente na sustentabilidade que leve a que as decisões tomadas tenham em conta, não só, os interesses das partes respeitantes, mas também os das gerações futuras, demonstra o quanto a cidade e os seus cidadãos podem fazer escolhas refletidas e contribuir positivamente para um desenvolvimento e futuro sustentável da sociedade.

Ao contrário do que habitualmente se supõe, não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, nem sequer um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento.

No entanto, nas estratégias de desenvolvimento para o século XXI destacam-se dois recursos: a criatividade¹⁰⁵ e a cultura. O processo de globalização tem criado novos paradigmas na economia mundial e o desenvolvimento das regiões e cidades tem começado a deixar de se basear apenas numa lógica economicista para também ser planeado sob o conceito da criatividade, aliando e combinando aspetos económicos, culturais, tecnológicos e sociais.

O conceito de desenvolvimento, como processo linear e essencialmente económico, conforme o modelo ocidental, tende a desordenar as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. Consequentemente, as estratégias de desenvolvimento sustentável não podem permitir a neutralidade das culturas: não somente devem ser sensíveis à dimensão cultural, mas também devem aproveitar os benefícios oriundos da interação dinâmica entre as diferentes culturas.

Uma perspetiva de desenvolvimento mais sensível à diversidade é, consequentemente, a chave para lutar contra os inextricáveis problemas socioeconómicos e ambientais com os quais o planeta se confronta.

¹⁰⁵ John Howkins, no livro *“The Creative Economy – How People Make Money from Ideas”*, de 2001, define a criatividade simplesmente como sendo a capacidade de gerar algo novo e distingue dois tipos de criatividade: 1) A que se relaciona com a nossa realização enquanto indivíduos, que é privada e pessoal; 2) A que gera um produto. A primeira é uma característica universal da humanidade e existe em todas as sociedades e culturas. Encontra-se não apenas nas sociedades livres, que a encorajam, mas também em sociedades totalitaristas e fechadas, que tentam abafá-la. A segunda, que leva à criação de produtos criativos, é mais forte nas sociedades industriais de tipo ocidental, que valorizam mais as novidades, a inovação científica e tecnológica e os direitos de autor.

Culturas com cultura ... estratégias de desenvolvimento

As cidades são, cada vez mais, encaradas como essenciais para promover a qualidade de vida, a cidadania e a competitividade. A cultura, sendo um fator de visibilidade e atratividade das cidades, tem vindo a assumir um importante papel impulsionador e de suporte dos modelos de organização social e dos processos de requalificação da vida dos cidadãos.

Desde o início do século XXI que a importância da criatividade é reconhecida pelos vários atores da sociedade. Novos conceitos como cidades criativas¹⁰⁶ ou indústrias criativas¹⁰⁷ têm ganho popularidade e influência, incorporando-se tanto no discurso e prioridades políticas como no discurso académico. Cada vez mais têm sido desenvolvidas iniciativas sustentadas na ideia de criatividade com o intuito de promover o crescimento e a revitalização das cidades (no âmbito, por exemplo, de estratégias de desenvolvimento local ou de operações de requalificação urbana).

As novas políticas e estruturas de desenvolvimento económico de um número crescente de países demonstram a importância que atribuem às indústrias criativas, as quais se encontram no núcleo das estratégias de desenvolvimento regional em cidades como Berlim, Milão, Helsínquia, Frankfurt, Lyon e Roterdão. Para além destas cidades, existem outros exemplos concretos de cidades criativas de sucesso, dos quais enumeramos alguns, designadamente: i) Viena de Áustria (em que as indústrias criativas constituem já o terceiro fator mais promissor de crescimento); ii) Edimburgo (o Festival de Edimburgo contribui com cerca de 200 milhões de euros para a economia escocesa e emprega 2.900 pessoas a tempo inteiro); e iii) Nordrhein-Westfalen (região alemã na qual as receitas da indústria cultural em 1999 constituíram 3,6% das receitas totais da região) (INOVA/CULTDIGEST,2008). Similarmente, no Reino Unido são já várias as cidades criativas, com destaque para Londres, onde as indústrias criativas contribuem anualmente para 7,3% do PIB do país e empregam 2 milhões de pessoas (DCMS, 2008).

Desde cedo que a União Europeia demonstrou preocupação na valorização da riqueza e diversidade das culturas europeias. Em 1985, em Atenas, foi lançada a

¹⁰⁶ Conceito desenvolvido mais à frente

¹⁰⁷ Conceito desenvolvido mais à frente

iniciativa “Capital Europeia da Cultura” (designada por “Cidade Europeia da Cultura” até 1999).

Esta iniciativa tem por objetivo a promoção cultural de uma cidade europeia, por um período de um ano, proporcionando um conhecimento mútuo entre os cidadãos da União Europeia. No âmbito desta iniciativa, as cidades europeias utilizam a cultura, e mais concretamente a arquitetura, como um instrumento decisivo da sua regeneração. A iniciativa foi ganhando cada vez mais notoriedade¹⁰⁸, e hoje é uma das manifestações artístico-culturais mais importantes da Europa. Portugal fez parte deste programa em 1994 - Lisboa, em 2001 – Porto e em 2012 – Guimarães.

Paralelamente, a UNESCO criou a “*Rede de Cidades Criativas*”, em 2004, que une as cidades que trabalham conjuntamente em prol de uma missão comum para a diversidade cultural e o desenvolvimento urbano sustentável. Esta rede tem como propósito a comunicação entre cidades criativas, para que possam partilhar conhecimentos, saber fazer, experiências, diretivas e tecnologia. As cidades podem solicitar a admissibilidade a esta rede e aderir ao Programa, assegurando assim a possibilidade de desenvolver o seu papel como um centro de excelência criativa, apoiando, simultaneamente, outras cidades, especialmente as pertencentes a países em desenvolvimento, a cultivar a sua própria economia criativa¹⁰⁹ (UNESCO, 2011).

O empreendedorismo cultural e criativo tornou-se uma filosofia de liderança organizacional para o século XXI. A União Europeia salientou¹¹⁰:

1. O contributo da cultura para um crescimento inteligente. As indústrias criativas são uma importante fonte de emprego potencial. Na última década, a taxa global de emprego nas Indústrias Criativas triplicou em comparação com o crescimento do emprego no conjunto da economia da UE. As Indústrias Criativas são também um catalisador da criatividade e da inovação não tecnológica em toda a economia, produzindo serviços e bens de alta qualidade e competitivos. Por fim, através das suas

¹⁰⁸ O estudo “European Cities and Capitals of Culture”, de 2004, revela que o programa “Capital Europeia da Cultura” provoca um impacto muito positivo em termos de desenvolvimento cultural e turístico, de repercussões nos meios de comunicação social e de tomada de consciência pelos habitantes da importância da sua cidade.

¹⁰⁹ Termo utilizado pelo autor John Howkins, no livro “The Creative Economy – How People Make Money from Ideas” de 2001. Segundo Howkins, a economia criativa, é o negócio das ideias – o meio através do qual novas ideias e invenções são comercializadas e vendidas, consistindo em todos os atos criativos em que o trabalho intelectual cria valor económico. Disponível em: <http://www.creativeeconomy.com>.

¹¹⁰ Jornal Oficial da União Europeia, *Conclusões do Conselho sobre o contributo da cultura para a implementação da Estratégia Europa 2020*, (2011/C 175/01). Edição em língua portuguesa, C 175/1 de 15.6.2011.

ligações relevantes com a educação, a cultura pode contribuir eficazmente para a formação de uma mão-de-obra qualificada e adaptável, complementando assim o desempenho económico.

2. O contributo da cultura para um crescimento sustentável. A cultura pode contribuir para o crescimento sustentável através do fomento de uma mobilidade mais ecológica e da utilização de tecnologias de ponta sustentáveis, incluindo a digitalização que garante a disponibilidade em linha de conteúdos culturais. Os artistas e o sector cultural como um todo podem desempenhar um papel crucial na mudança de atitudes das pessoas em relação ao ambiente.

3. O contributo da cultura para um crescimento inclusivo. A cultura pode contribuir para um crescimento inclusivo através da promoção do diálogo intercultural no pleno respeito pela diversidade cultural. As atividades e os programas culturais podem fortalecer a coesão social e o desenvolvimento comunitário, bem como capacitar os indivíduos ou toda uma comunidade para a plena participação na vida social, cultural e económica.

Ignorando a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento arriscam-se a perpetuar ou agravar os malefícios que deveriam normalmente evitar ou solucionar.

Torna-se, portanto, essencial ter em conta os fatores sociais e o contexto cultural, assim como a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos económicos.

Após a elaboração, pelo UNDP¹¹¹, em 1990, do Modelo de Desenvolvimento Humano, passou-se a atribuir maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento, dando assim maior atenção às “redes de significado” criadas pelos indivíduos, ao contexto cultural no qual vivem as comunidades e os grupos, às hierarquias sociais que existem a nível local, aos modos de vida e às formas locais de comunicação e de expressão (UNDP, 1990).

O reconhecimento da diversidade cultural, como porta para uma sociedade multicultural¹¹² com base na interculturalidade¹¹³, acrescenta uma dimensão crucial às

¹¹¹ UNDP – United Nations Development Programme, traduzido, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

¹¹² Pertencente ou relativo a várias culturas simultaneamente ou constituído por vários grupos culturais distintos. Disponível no Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, 2003-2015. Acesso *online*: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/multicultural>

¹¹³ A interculturalidade passa pois pelo desafio lançado pela globalização e suas implicações étnicas e culturais. Identidade, homogeneidade e diversidade são os eixos definidores da interculturalidade, que tem na educação e suas instituições e agentes os meios de desenvolvimento (...) A interculturalidade pressupõe a educação democrática, a transnacionalidade da mesma e a superação dos hermetismos sociais

estratégias que consideram a sustentabilidade como elemento que facilita a integração dos pilares económico, social e ambiental do desenvolvimento. Nesse sentido, a diversidade cultural pode ser considerada como dimensão transversal-chave do desenvolvimento sustentável.

Diversidade Cultural

... faces do desenvolvimento sustentável

A diversidade cultural – vista como um processo dinâmico, no qual o diálogo intercultural desempenha o papel de gestão da mudança cultural – é chamada a tornar-se num poderoso instrumento de impulso para a renovação das estratégias da comunidade internacional, a favor do desenvolvimento e da paz, baseado no respeito aos direitos humanos universalmente reconhecidos. Apesar de ser, por vezes, considerada secundária, desempenha um papel central nas políticas de cooperação e de coesão internacionais, em conformidade com os esforços feitos pela comunidade internacional para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio¹¹⁴.

Quer se trate da erosão da biodiversidade ou da mudança do clima, a diversidade cultural desempenha um papel fundamental, apesar de ser frequentemente subvalorizada, na resposta aos desafios ecológicos atuais e na promoção de um meio ambiente sustentável. Os fatores culturais têm um papel determinante nos comportamentos consumistas, em valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza.

Há muito a desenvolver e a evoluir no que tange à gestão de recursos ambientais, a partir do saber e dos conhecimentos das populações locais, rurais ou indígenas, particularmente em termos de estratégias polivalentes de apropriação, de produção em

do Estado-Nação, bem como a oposição à supremacia de culturas sobre outras. A cidadania global, a educação e a sociedade em fusão, são os valores transversais da interculturalidade social do mundo de hoje, que se pretende integradora, equitativa, justa, responsável e solidária, de modo a manter as diferenças sem subalternizações nem sobreposições e intolerâncias. A interculturalidade é assim um dos instrumentos de amenização e refundação da sociedade moderna na senda da globalização. Disponível no Dicionário Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, 2003-2015. Acesso *online*: [http://www.infopedia.pt/\\$interculturalidade](http://www.infopedia.pt/$interculturalidade)

¹¹⁴ Em Setembro de 2000, Chefes de Estado e de Governo, reunidos a nível de Cimeira, aprovaram a Declaração do Milénio. A secção III desta Declaração foca o tema “*Desenvolvimento e erradicação da pobreza*” e foi o principal documento de referência para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Os Objetivos representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

pequena escala, pouco excedentária e pouco consumidora de energia, ou de abordagens conservadoras da terra e dos recursos naturais, que evitam o desperdício e a exaustão dos recursos.

Em conformidade com os princípios da UNESCO, que defende há muito as interdependências dinâmicas entre os homens e a natureza, é cada vez mais aceite que existem vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural, mesmo que ambas tenham evoluído de maneira distinta. Entre as correspondências que se podem identificar entre uma e a outra, aparece a diversidade linguística, a cultura material, o saber e a tecnologia, os modos de subsistência, as relações econômicas, as relações sociais e as crenças.

O recente interesse dos tomadores de decisão pelo paradigma das localidades mostra até que ponto as práticas culturais podem contribuir para a revitalização da diversidade biológica, agrícola, etc. Dado que as expressões e as práticas culturais estão frequentemente ligadas a certas condições ambientais, onde as mudanças ambientais de grande amplitude terão necessariamente uma repercussão considerável na diversidade cultural.

Entre as consequências, poder-se-ia assistir, por exemplo, à mobilização maciça de populações, o que constituiria uma ameaça séria para a continuidade e diversidade cultural. Esses efeitos na transmissão da cultura são particularmente sensíveis nas zonas rurais e no seio das minorias, cuja vida depende de um território específico, e que com frequência se encontram já em situações difíceis. A inquietante acumulação de problemas do meio ambiente que ameaçam a estabilidade – para não dizer a existência – das sociedades humanas, teve por consequência uma reflexão sobre os limites de uma resposta puramente técnica e científica ao imperativo ecológico, e sobre as possibilidades oferecidas por uma abordagem centrada no desenvolvimento sustentável, inspirando-se em experiências, intuições e práticas culturais muito diversas.

Urge conceber e promover, em matéria de desenvolvimento, formas de pensar, novos indicadores e novas metodologias, que identifiquem quem é beneficiado e quem pode ser excluído do desenvolvimento, e as suas repercussões nas condições de vida humana e no tecido social em que ocorre. A esse respeito, o Prisma de Análise da Diversidade Cultural da UNESCO, para uso dos decisores e dos responsáveis políticos, contribuiu para tornar mais operacionais certo número de normas e de modelos, com o objetivo de conceder à diversidade cultural o lugar que lhe pertence na conceção, elaboração e implementação dos programas (UNESCO, 2009).

Para James D. Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial, começamos a compreender que o sucesso do desenvolvimento depende em parte de soluções que fazem eco da percepção que uma comunidade tem da sua própria identidade (IBDR, 2004).

Identidade ... a cultura do lugar

Os lugares de uma cidade, como produtora de estímulos para a criação, escrita, ou leitura, vão defini-la como lugar de produção do pensamento, que só será promovido devidamente em meios democráticos estáveis, que propiciem e disponibilizem meios e ferramentas capazes de desenvolver uma mentalidade, uma cultura.

As cidades, em relação à movimentação e ao diálogo entre os habitantes e o espaço, despertam comportamentos segundo os estímulos que produzem.

Esses estímulos associam-se as vivências proporcionadas pela descoberta da cidade que comunica constantemente connosco. O carácter de uma cidade depende da combinação entre o planeamento urbanístico, cultural, religioso e a individualidade dos seus habitantes, porque sempre que nos movimentamos pela cidade deparamo-nos com um sem fim de estímulos que nos apuram os sentidos e são capazes de despertar em nós sensações, emoções e reflexões, remetendo para o carácter urbano afetivo, intelectual e fantasista de uma cidade. (RIBEIRO, 2004)

O perfil da cidade define-se através da sua morfologia e da movimentação dos habitantes, quer sejam permanentes ou temporários. Esse perfil característico vai assentar numa energia cultural dinamizadora do gosto pessoal, responsável pela vontade de viver, conversar e criar numa cidade. Isso depende da política cultural e da consequente atitude cosmopolita, através da criação de narrativas míticas em torno da cidade.

O objetivo da gestão cultural¹¹⁵ da cidade é fomentar a sua capacidade de constituir-se como imaginário, como fonte de inspiração e facilitar a comunicação entre a atividade cultural e a atividade artística. (RIBEIRO, 2004)

A capacidade de uma cidade se constituir como imaginário, ou fonte de inspiração, está intimamente relacionada com o rosto da sua identidade urbana e que

¹¹⁵ Competências e funcionamento das Autarquias locais, Artigo 20º - Património, Cultura e Ciência, Capítulo III (Competências dos Órgãos Municipais).

resulta, efetivamente, do diálogo constante entre os habitantes e as suas autarquias, convertendo-se numa visão partilhada e dinamizadora dos edifícios, das ruas e das praças. O perfil de uma cidade é a sua identidade.

De acordo com José Aguiar, a identidade é um valor de âmbito cultural, de forte carácter emocional por “(...) *incorporar os valores da idade, as relações com as tradições, com as memórias e as lendas, com as simbologias de âmbito político-religioso, que muito facilmente despoletam sentimentos extraordinariamente fortes, sejam eles de carácter nacionalista, patriótico, ou místico*”. (AGUIAR, 2002)

A identidade relaciona-se com um conjunto de características definidoras do lugar, como a sua origem histórica, memória e tradição, e por essa razão, com a cultura e vivência dos homens que o habitam. Nesse sentido e como refere José Aguiar, as cidades históricas “(...) *manifestavam, a todos os níveis, diferenças entre si. Possuíam realidades políticas e sociais muito distintas, capacidades culturais e económicas fortemente diferenciadas, o que se exprimia numa diferenciação na arquitetura dos seus espaços urbanos*”. (AGUIAR, 2002)

A globalização e a sua ação e influência sobre as sociedades contemporâneas predominantemente urbanas introduziu novas relações entre a vida social e os espaços arquitetónicos. Neste momento de transformações acentuadas marcadas por um ritmo elevado, as sociedades contemporâneas tendem para uma homogeneização, potenciada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e transmissão de conhecimento e dados.

Como consequência deste processo, a noção de lugar tradicional tende a ser transformada no mundo contemporâneo, introduzindo-se alterações nas relações entre o espaço e o tempo, e verificando-se mecanismos de dispersão aonde antes existia concentração.

A ideia de lugar sustentada por Christian Norberg-Schulz na sua obra *Genius Loci - paesaggio ambiente architettura*, de 1979, corporiza uma teoria onde o autor se inspira num mito romano – o *genius loci* – segundo o qual cada lugar possui um espírito, uma alma própria. Neste contexto, o primeiro gesto da arquitetura deve ser a compreensão desse espírito do lugar – a síntese abstrata de fatores como a topografia, a forma, a materialidade, a envolvente, entre outros.

Segundo Marc Augé a cidade hoje convive com uma série de “*riscos*”: de uniformidade (semelhança entre espaços), extensão (generalização do urbano) e de implosão (segregação e marginalização dos bairros). O seu crescimento, associado ao

aumento da circulação, da comunicação e do consumo, implica cada vez mais a construção de “*não-lugares*”: autoestradas, grandes supermercados, centros comerciais, aeroportos, etc.

Os não-lugares representam de certo modo as transformações que estão a ocorrer na sociedade moderna e que se materializam no território e das quais ninguém se parece aperceber. Todos nós, ou muitos de nós, beneficiamos com a construção destes novos espaços que nos permitem “*fazer mais coisas em menos tempo*”. É a estes espaços, que nos facilitam a circulação, o consumo e a comunicação que Marc Augé chama “*não-lugares*”, em oposição aos “*lugares antropológicos*” que privilegiam as dimensões identitárias, históricas e relacionais (AUGÉ, 2006).

O lugar antropológico é o oposto dos não-lugares que encarnam de certo modo a ideia de cidade associada à mobilidade, viagem e anonimato. O não-lugar surge numa sociedade globalizada e é, de certo modo, o resultado da mobilidade dos indivíduos, dos objetos, e das ideias. Mas esta caracteriza-se por uma dupla mobilidade: a do desenvolvimento tecnológico, que permitiu encurtar as distâncias através dos meios de transporte (avião, metro, automóvel); e a que surge com as novas tecnologias de informação, que tornando possível percorrer o espaço através de alguns sentidos (visual e auditivo), nos permitem viver cada vez mais num espaço virtual sem sairmos do lugar que ocupamos.

O não-lugar corresponde assim, a um espaço construído que visa certos fins, e a um espaço vivido através das práticas sociais que aí acontecem. E é exatamente essa relação entre tipo de espaço/tipo de interação que torna o não-lugar um espaço de solidão, associado à ideia de “*contratualidade solitária*”; e o lugar antropológico, um espaço de interação social marcado por relações de sociabilidade (AUGÉ, 2005).

“No passado, o lugar era comumente entendido como parte da realidade. Não se sentia necessidade de falar da sua natureza ou importância: esse lugar está simplesmente lá (...) Ter uma identidade significa, de facto, ter tomado posse de um mundo, compreendido com um ato de identificação. Somente quando se alcançar essa identificação, poder-se-á dizer que se habita no verdadeiro sentido da palavra. (...) Assim, dizemos como autoidentificação: sou ‘florentino’ ou sou ‘romano’. Se este aspeto do viver for perdido, surge a alienação, o alheamento e, na sua relação com o mundo, o Homem perde a sua base existencial.” (NORBERG-SCHULZ, 1987)

Se aprofundarmos a generalização que Marc Augé faz relativamente à maneira como interagimos nos não-lugares, apercebemo-nos, que assume, que estes permitem

uma maior racionalidade na organização do espaço e um “*encurtamento do tempo*”, não é por outro lado tão claro que provoquem sempre um tipo de sociabilidade marcada pela “*individualidade solitária*”. É o próprio Marc Augé que chama a atenção para este aspeto quando diferencia em termos de práticas sociais o tipo de interação que existe entre os passageiros de um aeroporto e os trabalhadores que aí trabalham, para os quais, o aeroporto deixa de ser um lugar de passagem para ser um lugar antropológico (AUGÉ, 2006).

Podemos concluir que são os próprios intervenientes do lugar que criam ou influenciam a sua identidade através das suas interações espaciais com significado ou distanciadas do mesmo, tornando-o num lugar de identidade vulnerável aos interesses, necessidades, obrigações e responsabilidades dos que o coabitam.

O Lugar da Identidade

... uma história em extinção

A ideia de identidade de um território ou de uma cidade é condicionada pelo conhecimento prévio a nível cultural, artístico, literário, cinematográfico, gastronómico, geográfico, entre outros. A descoberta da cidade está sempre relacionada com a análise comparativa associada ao conhecimento de outros ambientes urbanos. É essa comparação que permite a criação de uma identidade baseada na expressão das diferenças, e promove a defesa das características culturais específicas das cidades em relação a outras.

Existe uma distinção entre identidade percebida e identidade vivida. O sentido de pertença relaciona-se com o autorreconhecimento entre o lugar e o habitante.

A autoconsciência da comunidade em relação ao lugar e o confronto com outros lugares aumenta a consciência de si própria e a do lugar onde habita. O sentido de pertença, o conhecimento de outros contextos urbanos segundo determinados pressupostos sociais, políticos, económicos, culturais, promovem um confronto entre o Eu e o Outro.

Essa comparação proporciona a criação de uma identidade cujo sentido cosmopolita está relacionado com uma ideia de estilo da cidade associado ao conceito específico de beleza arquitetónica, segundo uma estética assumida como imagem de marca de um centro urbano.

Em relação aos diferentes aspetos que promovem a valorização da identidade urbana, há que refletir também sobre os que promovem a sua deterioração. A perda de identidade está relacionada, por um lado, com a fragilidade económica e cultural que dificulta a manutenção dos símbolos identitários de um lugar, e por outro, com a alteração brusca da teia urbana, na sequência do progresso capitalista e da especulação.

Atualmente, a exploração do solo, cujo valor económico se sobrepõe ao valor do uso, frequentemente anula qualquer reminiscência histórico-cultural de um lugar. Ou seja, se num determinado lugar as variações ou transformações da arquitetura da cidade são frequentes, a identidade ou o sentido de pertença em relação a esse lugar vai alterar-se, perder-se. Entretanto, o que se considera e valoriza como histórico é sempre objeto de excessivo zelo.

O exacerbado consumo de identidade, caracteriza-se pela exagerada preocupação das zonas consideradas históricas que, esvaziadas dos seus habitantes, passam a ser zonas históricas falsificadas e orientadas para o turismo que acaba por ser o propulsor da perda de identidade porque, ao serviço de quereres económicos, ele apodera-se dos espaços históricos e afugenta os habitantes. Esta fuga provoca a desertificação dos espaços, tornando-os vazios de identidade.

Este esvaziamento de identidade proporciona diferentes afluentes, por um lado distanciam-se os cidadãos do sentido de pertença aos lugares, por outro o próprio lugar perde o seu sentido vivível, sendo reduzido a um sentido meramente visível.

O arquiteto e pensador Rem Koolhaas é o autor da ideia de Cidade Genérica: a cidade sem identidade, onde questiona *“quais são as desvantagens da identidade e as vantagens da ausência? E se este processo de homogeneização, aparentemente acidental fosse intencional, um movimento consciente de saída das diferenças em direção às semelhanças? E se estivéssemos testemunhando um movimento de libertação global: ‘fora com a personalidade’! O que resta depois que a identidade é despida? O genérico?”* (KOOLHAAS, 1995)

Hoje, vemos cada vez mais cidades a investir na sua identidade, na sua cultura, diferenciando-se e criando um rosto genuíno, distante dos genéricos, onde o principal foco se centraliza na qualidade do espaço público. Locais como parques municipais, praças, florestas urbanas e praias urbanas estão despertando um forte e amplo interesse.

Os espaços públicos e semipúblicos desempenham um papel fundamental: eles são os mercados da economia criativa. Com a diminuição do cenário industrial e com o aumento da automatização e da robotização, houve um enorme crescimento nos défices

de emprego. A fábrica sempre ofereceu um ambiente social importante, visto que durante muito tempo era um ponto de encontro, assim como a igreja e o bar. Ou seja, não é apenas a economia que procura outros meios e rumos para se renovar. Os locais com os quais as pessoas se envolvem e onde se encontram e promovem a coesão e coerência social precisam também de ser renovados, não obstante das suas raízes, da sua arquitetura e da sua cultura.

A visibilidade dos lugares é atualmente vista como um recurso económico a explorar, que consequentemente identifica as cidades como marcas, uma tendência que se torna a cada dia mais convincente para todos os envolvidos na administração da cidade e interessados no seu desenvolvimento.

A Marca das Cidades ... e a identidade concorrente

Um número considerável de autores defende que os lugares, tal como os produtos e serviços, podem ter uma marca (KOTLER et al, 1999; KELLER, 1998; KILLINGBECK e TRUEMAN, 2002; HANKINSON, 2001). É graças à consciência crescente de que os lugares devem ser geridos como produtos que atuam em mercados cada vez mais competitivos que os princípios de gestão da marca têm recebido grande atenção e despertado interesse no domínio dos lugares.

A necessidade de atrair turistas, empresas, pessoas e novos clientes (PLACE BRANDING, 2004), de estimular nos residentes orgulho no lugar onde vivem e a crescente mobilidade de pessoas e de recursos em busca de lugares (países, regiões ou cidades) que ofereçam oportunidades mais atrativas são as principais razões apontadas para justificar a pertinência em adotar técnicas de gestão da marca no domínio dos lugares. (KOTLER, 2004)

Cai (2002) e Morgan e Pritchard (2002) consideram que esta linha de investigação se encontra ainda na infância e, apesar do ceticismo inicial quanto às vantagens em transferir os princípios da gestão da marca para os destinos turísticos, hoje em dia a pertinência da sua aplicação é reconhecida quer por investigadores quer por profissionais.

Kavaratzis e Askworth (2007) afirmam que *“os responsáveis pela gestão das cidades estão preparados para adotar os princípios de gestão da marca com a*

convicção de que se trata da única forma de garantir a sobrevivência num ambiente tão fortemente competitivo". Contudo, um problema evidente é o facto de que *"a maioria das cidades adotam apenas parte do processo de gestão da marca - geralmente slogans e logótipos utilizados em material de comunicação"* (KAVARATZIS e ASKWORTH, 2007).

Uma cidade é potencialmente uma *"experiência sensorial e emocional"* (LANDRY, 2006). A identidade, o carácter e a personalidade são construções abstratas, embora ancoradas na realidade, que correspondem a atributos diferenciadores em relação aos quais os seus públicos desenvolvem laços afetivos.

Podemos concluir que a marca de uma cidade é mais do que atribuir um nome a um produto e difundi-lo com *slogans* e logotipos, estes são meros instrumentos práticos de comunicação enquadrados na estratégia da marca dos lugares, *"mas não são a estratégia"* (KAVARATZIS e ASKWORTH, 2005). Construir uma marca forte implica definir claramente a identidade da marca e o posicionamento de forma consistente. Como desenvolver a identidade, a diferenciação e a personalidade da marca são questões centrais no âmbito da gestão da marca (AAKER, 1996).

Joachimsthaler e Aaker (1997) identificaram três princípios nos quais está ancorada a criação de uma marca de sucesso: 1) envolvimento dos gestores de topo; 2) clarificar a identidade da marca; 3) todos os esforços para obter visibilidade devem estar profundamente relacionados com a identidade da marca. A identidade da marca é considerada um aspeto central na gestão da marca dos lugares (KELLER, 1998; DUFFY, 1995; KOTLER et al, 1999), a qual assenta em valores de natureza emocional, simbólica, experiencial e social.

Para Florian (2002) *"a renovação urbana deve incluir a criação de uma identidade"*, a qual ganha forma a partir de aspetos como as infraestruturas, eventos, desenho urbano, pessoas, entre outros.

Os recursos físicos (arquitetura, urbanismo, parques, ruas, monumentos, transportes, ...), geográficos (localização, morfologia, topografia), culturais (eventos desportivos, festivais, exposições, produções teatrais, dança, concertos, ...), históricos que dão forma ao produto cidade, contribuem de forma determinante para a formação da sua identidade, devendo integrar a essência da estratégia de posicionamento e a marca da cidade. A vertente cultural das cidades tem sido um veículo privilegiado para a construção e reconstrução das respetivas e distintas marcas, posicionando-as num cenário global.

As “*ciudades necessitam de histórias e de narrativas culturais onde ancorar a sua identidade*” e, em torno das quais, “*galvanizar os seus cidadãos*” (LANDRY, 2006).

A projeção de uma cidade como marca, pode ser benéfica economicamente para a cidade e seus habitantes, e até proporcionar valor acrescentado instigado pela competitividade entre cidades. Mas, se não existir um sentido de preservação e respeito pela história e cultura de uma cidade, esta torna-se vazia de identidade, repercutindo-se num rótulo marca branca.

No entanto, se esta se orientar devidamente na satisfação dos interesses comuns, desde os habitantes (deslocados por interesses económicos) e visitantes (direito ao turismo) aos investidores locais (negócios locais) e externos (multinacionais e grandes superfícies comerciais), terá as ferramentas ideias para criar as condições necessárias no desenvolvimento de uma cultura com imagem de marca.

A Cidade e a sua Identidade ... uma cultura com imagem de marca

O interesse pelo capital cultural, a busca de novas experiências e de autenticidade são tendências dominantes no campo do consumo turístico (YEOMAN, 2005). Os turistas procuram, nas suas viagens, viver experiências únicas e autênticas (GUILMORE, 2002), condições amplamente associadas à identidade cultural dos lugares (YEOMAN, 2005). É, portanto, essencial “*identificar e construir uma identidade assente nos recursos culturais distintivos do lugar para que se assegure o sucesso da marca e do marketing do lugar*” (BIANCHINI, F e L. GHILARDI, 2007).

De acordo com a perspetiva defendida pelos mesmos autores, um “*lugar não pode ser reduzido à simples condição de produto*”. A cidade é uma entidade complexa e multifacetada, a qual pode ser descrita como uma área geográfica com determinadas características naturais, um ambiente moldado pelo homem (infraestruturas, edifícios, espaços públicos, etc), uma comunidade de pessoas, um sistema económico e um ambiente natural, sujeitos a um conjunto de princípios e normas, e que os responsáveis políticos devem, de forma criativa, qualificar como recursos culturais do lugar por forma a construir uma identidade e uma marca do lugar coesa e, simultaneamente,

partilhada por todos (BIANCHINI, F e L. GHILARDI, 2007). Nesta perspetiva, a marca dos lugares “*adotou a cultura como um elemento central*” (HORNSKOV, S. B., 2007).

A vertente cultural (que inclui desde os recursos arquitetónicos e urbanísticos até aos museus e eventos) tem sido o veículo privilegiado para a construção e reconstrução das respetivas marcas distintivas das nossas cidades, posicionando-as num cenário global e cada vez mais competitivo. A cultura representa, portanto, um recurso com potencial económico, sobretudo no quadro de uma política de desenvolvimento turístico local (FORTUNA, 2002).

A intensificação da vertente cultural das cidades é encarada como uma estratégia que visa reforçar a competitividade e a atratividade de territórios com objetivos políticos e económicos bem definidos. Trata-se de uma distinção simbólica, frequentemente o elemento mais diferenciador das políticas de marketing de cidades e de gestão dos fluxos de turismo cultural (ASHWORTH, 1994; PEIXOTO, 2000).

Nesta perspetiva, a cultura constitui um vetor estratégico essencial, na medida em que reúne, ao lado da geografia do lugar, os atributos diferenciadores tradutores da personalidade da cidade.

Face a este cenário, cresce a consciência de que os lugares devem investir na identificação de expressões identitárias singulares nas quais deverão assentar os atributos essenciais de uma marca destinada a promover fatores de vantagem competitiva no quadro da concorrência entre lugares.

Nos últimos anos tem-se assistido a um movimento global que repensa o planeamento, o desenvolvimento e a gestão das cidades: as cidades criativas. A ideia de cidade criativa surgiu no final dos anos 80 do século XX, e tem-se desenvolvido através de contributos fundamentais quer de autores como Charles Landry ou Richard Florida, quer de agências e instituições como o DCMS¹¹⁶ ou a UNESCO.

O conceito emergiu como resposta ao facto das cidades se estarem a debater e a reestruturar com as mudanças das condições globais económicas e sociais, e é utilizado “*não só como grelha analítica mas igualmente como referência estratégica e ferramenta de intervenção no desenvolvimento urbano*” (COSTA, 2007).

Muitas das abordagens associadas ao conceito de cidade criativa estão relacionadas com a procura de novos modelos de planeamento e ordenamento do território, introduzindo, para além do dinamismo de mercado, mecanismos políticos de

¹¹⁶ DCMS - United Kingdom’s Department of Culture, Media and Sport (em português, Departamento da Cultura, Média e Desporto, do Reino Unido).

governo das cidades, na construção de novos fatores de competitividade e atratividade que funcionem como catalisadores da identidade de uma comunidade urbana dinâmica e de motivações, incitativas e relações económicas geradoras de riqueza e emprego (MATEUS, A. et al, 2012).

Indústrias Criativas ... o lado economicista da criatividade

A origem do termo “*indústrias criativas*” é relativamente recente. Surgiu em 1994, na Austrália, com o lançamento do relatório *Creative Nation*. Neste relatório defendia-se a importância do trabalho criativo, a sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural.

Mas foi em 1997 que o conceito ganhou maior visibilidade, quando passou a ser inserido nas políticas definidas pelo Departamento da Cultura, Média e Desporto, do Reino Unido (*United Kingdom’s Department of Culture, Media and Sport - DCMS*), com a criação do *Creative Industries Task Force*.

Segundo a definição do DCMS (1998), as indústrias criativas são as que têm a sua origem no talento e na aptidão criativa individual, e que têm um potencial para a criação de emprego e de riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual¹¹⁷.

O DCMS identificou, inserido no contexto das indústrias criativas, 13 setores de grande potencial económico que incluem publicidade, arquitetura, *design*, mercados de arte e de antiguidades, artesanato, design de moda, cinema e vídeo, publicações, software, música, artes performativas (teatro, ópera, dança, música ao vivo, mímica e circo), jogos de computador e de vídeo, televisão e rádio (DCMS, 2001).

Outras definições abrangem ainda sectores que envolvem tecnologia de ponta - como a investigação em ciências da vida ou engenharia - o desporto e o turismo cultural.

¹¹⁷ A propriedade intelectual permite às pessoas serem detentoras dos produtos da sua criatividade e exercerem direitos morais e económicos sobre estes. Estes direitos geram incentivos para que as empresas assumam riscos de investimento, pois concedem-lhes o direito exclusivo de explorar e controlar os produtos culturais e criativos que produzem. O direito da propriedade intelectual divide-se em dois ramos principais: 1) Direito da propriedade industrial (marcas comerciais, patentes, design, etc.); 2) Direitos de autor (obras arquitetónicas, programas de computador, obras literárias e artísticas, textos jornalísticos, etc.).

Embora o termo, indústrias criativas, que procura agregar indústrias aparentemente díspares, expresse alguma imprecisão conceitual, com o seu reconhecimento, o governo britânico possibilitou o reordenamento das suas prioridades públicas, de modo a fomentar esses setores com enorme prospeção económica através de parcerias público-privadas, favorecendo, desta forma, uma abordagem economicista em relação à cultura.

Na definição da UNCTAD¹¹⁸, as indústrias criativas são: ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como *inputs* primários; constituem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, com foco nas artes (mas não se limitando a estas), que potencialmente geram receitas a partir dos direitos de propriedade intelectual e do comércio; são constituídas por produtos tangíveis e por serviços intangíveis intelectuais ou artísticos com conteúdo criativo, valor económico e objetivos de mercado (UNCTAD, 2010).

Nicholas Garnham foi um dos autores a elucidar de que modo os bens culturais como o disco, o filme ou o livro, pelas peculiaridades dos respetivos conteúdos, estão na base da constituição de um campo distinto de análise económica que chega à definição destas indústrias criativas, de acordo com cinco critérios (GARNHAM, 2005):

- reprodutibilidade (há, na origem, um protótipo reproduzido ou difundido a uma escala massificada);
- incerteza (no sentido em que os produtores, por exemplo os editores de livros, têm dificuldade em prever a procura do bem produzido; desenvolvem-se estratégias para captar a atenção do consumidor);
- concentração (no fundo, sejam elas horizontais ou verticais, tratam-se de estratégias com o intuito de minorar a incerteza do mercado, e de conquistar ou reforçar aí a posição da empresa, resultando na criação de economias de escala);
- risco económico (dada a imprevisibilidade da procura, os investimentos iniciais implicam um inevitável risco económico, gerido à luz do seguinte princípio - o sucesso de um best-seller pode contudo colmatar as perdas derivadas de sucessivos fracassos editoriais);
- direitos (há proteção autoral e de reprodução, isto é, existem leis criadas para salvaguardar a propriedade intelectual, os conteúdos criativos).

¹¹⁸ UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*, traduzido, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Pode concluir-se, das diversas definições, que a base das indústrias criativas são os indivíduos com capacidades artísticas e criativas que, aliados a gestores e profissionais da área tecnológica, criam e desenvolvem serviços e produtos comerciais cujo valor económico reside nas suas propriedades culturais e intelectuais.

As indústrias criativas são ainda catalisadoras de outros sectores económicos¹¹⁹ e por isso são:

- Transectoriais, porque são moldadas pela ligação entre as indústrias dos média e informação e os sectores cultural e das artes.
- Transprofissionais, porque resultam da união de diversos domínios de empenho ou esforço criativo (artes visuais, ofícios, vídeos, música, entre outros), o que permite o desenvolvimento de bens e serviços através do aproveitamento de novas oportunidades para o uso de novos meios e tecnologias.
- Transgovernamentais, uma vez que este campo de políticas e ações a vários níveis junta uma complexa rede de participantes interessados ou *stakeholders* – provenientes da cultura, do comércio, da indústria e da educação, só para citar alguns – para a criação e implementação de políticas conjuntas.

O “*Relatório sobre Economia Criativa*”¹²⁰ das Nações Unidas, de 2010, fornece evidência empírica de que as indústrias criativas estão entre os sectores emergentes mais dinâmicos no comércio mundial. O estudo confirma que a recuperação de economias ligadas à criatividade e à cultura é mais rápida que a da tradicional. Embora o comércio global tenha sofrido uma queda de 12% em 2008, o comércio internacional de produtos ligados à economia criativa registou, entre 2002 e 2008, um crescimento médio anual de 14,4%. Os serviços criativos tiveram um crescimento ainda maior no mesmo período, tendo registado uma taxa de crescimento anual de 17,1%, em comparação com 13,5% das exportações dos serviços mundiais. Em 2008 o comércio mundial das indústrias criativas chegou aos 592 biliões de dólares, mais do dobro do registado em 2002.

¹¹⁹ Indústrias criativas - Documento de Trabalho nº 8, Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, 2005.

¹²⁰ O Relatório de Economia Criativa (“Creative Economy Report 2010 - Creative Economy: A Feasible Development Option”), lançado a 15 de Dezembro de 2010, foi fruto de uma colaboração entre o UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O relatório apresenta um estudo sobre o comércio de produtos e serviços criativos no mundo. É o segundo estudo em profundidade sobre este tópico realizado pelas Nações Unidas, o primeiro foi publicado em 2008.

O mesmo estudo refere que a exportação de bens criativos dos países em desenvolvimento para o mundo representou 43% do comércio total de indústrias criativas, com uma taxa de crescimento anual de 13,5%, no período de 2002 a 2008. Este facto confirma que as indústrias criativas são importantes e que têm potencial para desenvolver países que pretendem diversificar as suas economias.

Segundo o estudo, os segmentos que compõem as indústrias criativas são geralmente formados por pequenas unidades de negócio, mais ligadas à economia informal e concentradas nos segmentos mais pobres. O que possibilita que estas indústrias se transformem num veículo mais efetivo para iniciativas cujo foco é a erradicação da pobreza, ajudando a diminuir as desigualdades sociais.

O reconhecimento da relação entre o capital criativo, a competitividade e a qualidade de vida, levou a que as indústrias criativas fossem consideradas fatores económicos relevantes, que devem ser ponderados na viabilidade das cidades.

Estas indústrias contribuem para a regeneração social e económica, e para a própria identidade das cidades. A produção e distribuição de bens criativos e as atividades culturais podem gerar oportunidades de negócio e de emprego e fomentar a coesão social e a interação da comunidade.

Richard Florida e Charles Landry consideram que as cidades criativas e as indústrias criativas se relacionam de forma simbiótica. As indústrias criativas geram, normalmente, um ambiente estimulante e de abertura, que atrai outras atividades e classes ligadas ao conhecimento, que por sua vez são exigentes ao nível da qualidade de vida.

Assim, as indústrias criativas contribuem para o tecido social de uma cidade, para a diversidade cultural e para melhorar a qualidade de vida, e também reforça o sentido de comunidade e ajuda a definir uma identidade comum.

Um número crescente de cidades em todo o mundo tem vindo a adotar este conceito com o intuito de revitalizar o crescimento socioeconómico, incentivando a utilização das capacidades criativas e atraindo trabalhadores criativos.

Generalizou-se a regeneração urbana associada ao conceito de cidades criativas, principalmente nas cidades pós-industriais. De facto, um dos objetivos das estratégias de desenvolvimento baseadas na criatividade tem sido a revitalização de zonas industriais degradadas, transformando-as em pólos culturais e criativos.

Como resultado, assiste-se a uma proliferação das chamadas cidades criativas, principalmente na Europa, na América do Norte e na Ásia Oriental.

As Cidades Criativas ... e a criatividade urbana

Na última década a ideia de cidade criativa tem sido bastante desenvolvida e aplicada, no entanto *“não é fácil identificar um campo conceptual comum que cubra toda a diversidade de interpretações e práticas que lhe estão subjacentes”* (COSTA, 2007).

A visão criativa para as cidades é uma realidade que tem consciencializado e fascinado muitas instituições internacionais (UE, OCDE, ONU) e de gestão municipal ou local, não só pela injeção de competitividade e atratividade no seio das cidades, como pela implementação de políticas urbanísticas focadas, por exemplo, na recuperação de zonas industriais e portuárias abandonadas ou desativadas, autênticos fosséis da era industrial.

Este fenómeno evolutivo da cidade é caracterizador da sociedade pós-industrial e pós-moderna, *“ (...) cuja âncora de discussão e apropriação tem como eixo o reconhecimento de que a cultura alimenta uma nova economia e coloca-se, na atualidade, como pilar para o desenvolvimento da sociedade, na era do conhecimento”* (MARINHO, 2009).

Segundo Selada e Cunha (2010) o papel da criatividade como fonte de desenvolvimento pode induzir ao aparecimento de comunidades criativas nos territórios, sejam regiões, cidades ou bairros, que se designam de ecossistemas criativos.

O ecossistema criativo é um ambiente de excelência baseado em recursos criativos que gera crescimento socioeconómico. É composto por três componentes interligados: i) talentos – classe criativa; ii) economia – indústrias criativas; e iii) lugares – territórios criativos, os quais se relacionam entre si na promoção de *clusters*¹²¹ criativos¹²², fomentando uma influência recíproca entre a “criatividade individual, a criatividade empresarial e a criatividade urbana”. (SELADA E CUNHA, 2010)

¹²¹ *Clusters* são tradicionalmente definidos como agrupamentos geográficos de empresas do mesmo sector, fornecedores de produtos e serviços e instituições associadas (por exemplo universidades, associações empresariais, etc.) que cooperam e competem entre si. (PORTER, 1990)

¹²² *“Clusters criativos incluem empresas sem fins lucrativos, instituições culturais, espaços de arte e artistas individuais, mas também parques de ciência e centros de media. São espaços onde se vive e trabalha. Espaços onde se criam e consomem bens culturais. Estão continuamente em funcionamento tanto para entretenimento como para trabalho. Precisam de diversidade e inconformismo para crescer, pelo que se desenvolvem normalmente em espaços urbanos multiculturais, com características distintivas mas com conceções com o mundo.”* Simon Evans, *cultural entrepreneur and Director of Creative*

As contribuições para a construção do referencial das cidades criativas são múltiplas, concretas – centradas em cidades específicas – e demasiado diversas, para fazer sentido tentar produzir uma sistematização das suas principais características.

O exercício de clarificação conceptual pode beneficiar com os contributos de uma reflexão de síntese, que procura situar as relações entre territórios, agentes e ambientes criativos, valorizando o papel do que podemos designar por “*capital territorial*” (CARTA, 2007).

O capital territorial representa o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem constituir, nalguns aspetos, vantagens e, noutros, desvantagens.

A noção de capital territorial não é estática mas dinâmica. Pode corresponder à descrição analítica da ideia que têm do território aqueles que procuram uma margem de manobra para agir em busca do seu valor acrescentado e da sua competitividade territorial. Cada território tenta encontrar o seu lugar apostando no acesso aos mercados, na sua imagem, no seu potencial de atracção em relação às populações e às empresas, na sua capacidade de renovar a sua gestão, etc. O capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território, (atividades, paisagens, património, saber-fazer, etc.), na perspectiva não de um inventário contabilístico, mas da procura das especificidades podendo ser valorizadas. (ECD-GA, 1999)

Retomamos o conceito de cidade criativa, o qual, na abordagem de Carta (2007), se estrutura em torno de três C’s – Cultura, Comunicação e Cooperação – para evidenciar a relevância da articulação entre os agentes e os espaços onde se desenvolvem as atividades criativas através de “*comunidades*” que valorizam e utilizam “*recursos*” singulares com base em “*ferramentas*” avançadas. A convergência desenhada entre a classe criativa e a cidade criativa fundamenta-se, aqui, em três grandes proposições¹²³:

- em primeiro lugar, na prioridade da identidade cultural como alavanca cumulativa da competitividade das cidades (enquadrando o talento individual

Clusters for UNESCO, The Global Alliance for Cultural Diversity, disponível em: <http://creativeclusters.com/>

¹²³ “Uma cidade criativa alimenta-se, portanto, da interação fértil entre Cultura, Comunicação e Cooperação, recursos essenciais dos Conselhos Municipais, dos planeadores, dos arquitetos e designers, uma vez que representam o vértice do seu próprio trabalho, um guia indispensável para a inovação e a produção com qualidade, equilibrando a livre iniciativa e empresa e contribuindo para a felicidade global das comunidades que procuram servir”, CARTA (2007), p.13.

e possibilitando o surgimento de “*círculos virtuosos*” na economia da cultura);

- em segundo lugar, no papel central da utilização e difusão da informação em tempo real, através de redes de comunicação tecnologicamente avançadas, para favorecer a inovação (permitindo uma profunda reorganização dos locais e formas de trabalho e deslocalizando serviços e redefinindo as centralidades para reduzir seriamente a poluição e o congestionamento);
- em terceiro lugar, na importância da construção de verdadeiras comunidades urbanas diversificadas mas capazes de partilhar objetivos e responsabilidades (a mera tolerância e a multiculturalidade não geram, por si só, um processo alargado de inclusão urbana, económica e social, que obriga ao envolvimento cooperativo dos diferentes componentes da “*cidade*” – centros, periferias, bairros, atividades, grupos sociais).

A afirmação do referencial das indústrias criativas correspondeu, assim, no campo da pressão pragmática dos projetos territoriais, a um surto mais polarizado pelas “*idades*” do que pelas “*regiões*”. (PORTO, 2006)¹²⁴

Podemos concluir que o conceito de cidade criativa baseia-se na relação entre a cultura, a criatividade e a transformação da cidade. Tem como elemento fundamental a cultura, cultura esta que deve conduzir à humanização e revitalização das cidades, tornando-as mais eficientes e produtivas, conseguindo estimular a imaginação e talento dos cidadãos. Assim, a consciência cultural serve como força impulsionadora e mais-valia para que a urbe se torne mais imaginativa.

A cidade criativa é um conceito interdisciplinar que envolve:

- Políticas Culturais e Políticas para o Desenvolvimento Local;
- Economia Criativa;
- Sociologia;
- Turismo Cultural e Criativo;
- Planeamento e Gestão Urbana;

¹²⁴ “*Entendemos que hoje a chave da cultura se situa nas cidades. E a matéria-prima daquela é a criatividade, a capacidade de inovar, de transformar e de criar outra realidade, uma criatividade entendida em sentido amplo, não só a que surge das artes clássicas – dança, teatro, música, literatura...-, mas, também, a que se aglomera em torno do património local, passado e atual, e que abarca a ciência, a moda, a tecnologia, a gastronomia, etc. As políticas culturais urbanas parecem ir assumindo estes valores e fomentam a criatividade nas respetivas cidadanias, favorecendo-a de diferentes maneiras mas, na maior parte dos casos, buscando fundamentalmente e quase exclusivamente a participação na experiência artística da cidadania, através da gestão de espetáculos e da montagem de exposições*”, (PORTO, 2006)

- Urbanismo e Arquitetura

O arquiteto Manuel Aires Mateus define a cidade criativa como *“uma cidade urbana, na sua verdadeira essência, isto é, em que a urbanidade é determinante, o coletivo predominando sobre o privado. Lugar onde o verdadeiro centro é o espaço público, permitindo e apoiando a colocação de atividades que não têm uma tradução económica direta, mas sim indireta. É uma cidade que enfatiza todos os seus mecanismos e redes culturais”*¹²⁵.

Esta visão é ainda reforçada pela definição de Guta Moura Guedes, que considera que a cidade criativa *“é uma cidade que consegue reunir em si as condições necessárias para o estímulo e a existência de múltiplas atividades criativas, sinergicamente relacionadas e de uma forma continuada e sustentável. Essas condições podem ser de diversas ordens e ser definidas quer por políticas nacionais e autárquicas, quer pelos próprios cidadãos, de forma independente, ou ser, inclusivamente, fortuitas ou meramente contextuais”*¹²⁶.

Segundo a UNCTAD, as cidades criativas usam e dinamizam o seu potencial de variadíssimas formas. Algumas funcionam como vínculos para a geração de experiências culturais para os habitantes e visitantes, através da apresentação do seu património cultural ou através das suas atividades culturais, nas artes performativas e visuais. Outras procuram ampliar indústrias criativas e de média para proporcionar emprego e rendimentos, e para atuarem como centros de crescimento urbano e regional.

Em outros casos, um papel mais abrangente para a cultura nas cidades criativas assenta na capacidade das artes e da cultura promoverem a vivência urbana, a coesão social e a identidade cultural (UNCTAD, 2010).

Nas cidades criativas os cidadãos tornam-se agentes da mudança. A criatividade pode vir de qualquer pessoa que aborde os assuntos/problemas de uma forma imaginativa, não apenas dos artistas ou das pessoas envolvidas na economia criativa. No contexto urbano, muitas vezes, são as equipas formadas por indivíduos com diferentes conhecimentos que geram as ideias e projetos mais interessantes.

Ao incentivar a criatividade e legitimar o uso da imaginação, nas esferas públicas e privadas, o leque das possíveis soluções para qualquer problema urbano é alargado. Elementos essenciais e estruturantes das Cidades Criativas:

¹²⁵ Manuel Aires Mateus em entrevista a José Romano e Filipe Gil. Revista *Arquitectura* 21, nº. 3 – *Cidades Criativas*, Lisboa, Abril 2009, pág.60.

¹²⁶ Guta Moura Guedes (presidente da Experimenta Design Lisboa/Amesterdão) em entrevista a Filipe Gil. Revista *Arquitectura* 21, nº. 3 – *Cidades Criativas*, Lisboa, Abril 2009, pág.47.

- Infraestruturas de suporte à criatividade (como universidades, centros de investigação e desenvolvimento, escolas técnicas, teatros, bibliotecas, museus, instituições culturais, etc);
- Políticas culturais e ambientais eficazes, que preservem o património cultural e o ambiente, melhorando a qualidade de vida e fomentando a sensibilidade e a criatividade dos cidadãos;
- Base económica sustentável (ao nível da acessibilidade e rendimento dos bens artísticos e culturais, das infraestruturas e do investimento);
- Ambientes de trabalho agradáveis, promoção da utilidade dos bens culturais, tempo livre, entre outros aspetos, que possibilitem o desenvolvimento das capacidades criativas dos cidadãos;
- Cultura de inovação e empreendedorismo impregnada na sociedade.

Na sua monumental obra *Cities in Civilisation* (2008), Peter Hall demonstra como a criatividade sempre se colocou como elemento central na afirmação das cidades e das respetivas sociedades a estas ligadas. Uma criatividade originada em diferentes referências (cultural, intelectual, tecnológica, social ou organizacional) e que maiores sinergias desenvolve quando, justamente, são maiores as transversalidades entre estas distintas referências ou dimensões. Este jogo estabelece-se na base urbana, onde se afigura essencial, como vimos, a existência de determinados atributos denexo spatiotemporal, nomeadamente os referentes a níveis de densidade e de diversidade das atividades e paisagens humanas.

Florida ... a cidade e a classe criativa

De entre os autores que se têm debruçado sobre o tema da criatividade nas cidades, e que têm desenvolvido e implementado o conceito de cidade criativa, podemos começar por destacar as ideias de Richard Florida, segundo o qual “*os centros urbanos são um elemento vital para a criatividade e para a competitividade*” (FLORIDA, 2002).

A abordagem sobre as cidades criativas desenvolvida por este autor refere a importância da aposta numa nova geração de políticas públicas ligadas à criatividade e à inovação urbana, passando pela atração e fixação de talentos, a capacidade de

desenvolver a investigação e produtos tecnológicos (universidades, centros de inovação e desenvolvimento, incubadoras e empresas inovadoras), apoiada numa atitude tolerante, que valorize a diversidade social e cultural.

Richard Florida defende que é criativa a cidade que tem a capacidade de atração de uma classe criativa. A tal “*classe criativa*”¹²⁷. Essa classe criativa que importa atrair é caracterizada pela conjugação de três fatores, ou como é denominado pelo autor, por 3 T’s: o conhecimento e a capacidade de dominar a Tecnologia (as infraestruturas tecnológicas onde vão fluir, circular, e interagir os produtos criativos); o Talento individual, mas sobretudo o talento potenciado pela convivência dos talentos; e a abertura à Tolerância, própria destas comunidades diversificadas.

As classes criativas, mais ou menos boêmias, são determinantes para dar densidade às cidades e fazer dos tecidos urbanos cidades criativas. Cidades que atraem talentos, que por sua vez dinamizam espaços e promovem atividades, que agitam pensamentos e movimentam bairros inteiros, pedaços urbanos que em meia dúzia de anos se transformam, se revitalizam. É importante que não se ignorem os movimentos de geração e as dinâmicas criativas que por vezes se vão (auto) estimulando em espaços urbanos, sem qualquer resposta ou apoio, reconhecimento ou incentivo dos poderes públicos das cidades.

Deste modo, as cidades assumem um papel vital no aproveitamento da criatividade para o desenvolvimento. É com base numa estratégia coerente e adaptada que as cidades poderão, utilizando o potencial criativo, os seus “atores culturais” e os seus “*clusters criativos*” (INTELI, 2009), gerar condições para atrair mais capital criativo, que naturalmente impulsionará a conectividade entre cidades fomentando assim um novo tipo de economia, a economia criativa.

Para Florida, a cidade criativa, é composta por uma grande concentração de criativos e intelectuais (classe criativa), que exercem profissões dependentes do seu talento, intelecto e individualidade (propriedade intelectual), e cuja escolha primordial na vida, é a cidade onde vivem.

Durante séculos, em todos os sectores da economia, os trabalhadores deslocaram-se, entre países e cidades, na procura de um lugar onde acreditam que haja

¹²⁷ Expressão presente, por exemplo em *The Rise of the Creative Class* (Basic Books, 2002), *The Flight of the Creative Class* (Harper Business, 2005), *Cities and the Creative Class* (Routledge, 2005) e *Who’s Your City?* (Basic Books, 2008).

melhores oportunidades. O mesmo ocorre com a economia criativa. A diferença é que, hoje, é a concentração de talentos que nutre essa economia.

Florida denomina por cidade criativa aquela que, pela sua efervescência, diversidade cultural, presença tecnológica e grau de tolerância, tem capacidade para atrair pessoas que se enquadrem neste tipo de perfil ou classe. Mas torna-se desanimador que para ser bem-sucedida na área criativa, a cidade deva olhar para fora, com o intuito de atrair talentos externos que se encaixem na classificação de classe criativa, desvalorizando o potencial talento criativo interno e desviando os estímulos à criatividade dos seus habitantes para estrangeiros distanciados das raízes e cultura da cidade.

A cidade criativa não é a cidade que simplesmente atrai a classe criativa, e tampouco, a cidade na qual a maior parte da economia vem da economia criativa ou a cidade com o maior número de artistas, estúdios e ateliês. É a cidade que consegue contar uma história da melhor maneira possível.

Criticas a Florida, defendem que a dimensão criativa de uma cidade não deveria ser avaliada proporcionalmente pela sua classe criativa, mas pela participação das indústrias criativas na economia e pelo seu contributo em criar, atrair e abrigar empresas criativas que, por sua vez, seriam ímanes de talentos criativos. Investir nas indústrias criativas e nos seus *clusters* criativos seria assim indicativo de maior criatividade urbana.

Uma cidade criativa potencializa os seus níveis de atratividade para as indústrias criativas e para os criativos, promovendo e capacitando os seus habitantes com ferramentas capazes de colocar a criatividade em prática num ambiente cultural e económico favorável.

Consequentemente, as indústrias e talentos que se sentem atraídos e chegam à cidade reforçam a sua base criativa num ciclo positivo, invés de privilegiar a presença de uma classe criativa, a cidade criativa é sistêmica, integrada e incentiva a eclosão da criatividade em todas as áreas profissionais de forma complementar.

Charles Landry ¹²⁸, considerado um dos investigadores urbanos mais importantes da atualidade e um dos principais teóricos das cidades criativas, argumenta que as cidades têm um recurso crucial: as pessoas. E que a inteligência, os desejos, as motivações, a imaginação e a criatividade estão a tornar-se recursos urbanos.

Landry (2000) afirma que: *“Hoje, muitas das cidades do mundo enfrentam períodos de transição em grande parte resultantes do impacto da globalização. Essas transições variam de região para região. Em áreas como a Ásia, as cidades estão a crescer, enquanto em outras, como a Europa, as velhas indústrias estão a desaparecer e o valor acrescentado nas cidades é criado menos através do que é fabricado e mais através de capital intelectual aplicado a produtos, processos e serviços”*.

Charles Landry referiu, simplificando, que o termo *“cidade criativa”* tem sido usado de quatro maneiras diferentes:¹²⁹

- A cidade criativa como arte e infraestrutura cultural - Muitas das estratégias e planos das cidades estão preocupados com o fortalecimento das artes e do tecido cultural.
- A cidade criativa como economia criativa - Cada vez mais, existe um enfoque no fomento das indústrias criativas ou na economia criativa, que é visto como uma plataforma para o desenvolvimento da economia e inclusive da cidade (na sua essência, existem três domínios principais: as artes e o património cultural, as indústrias de média e de entretenimento e os serviços criativos).
- A cidade criativa como sinónimo de uma forte classe criativa - Richard Florida ao introduzir o termo *“classe criativa”* criou uma importante

¹²⁸ O britânico Charles Landry (nascido em 1948) tornou-se uma das maiores autoridades no tema *“cidades criativas”*. É formado em economia política e trabalha em projetos de urbanismo. É autor de livros mundialmente conhecidos como *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators* (2000), *The Art of City Making* (2006) e *The Intellectual City* (2007). Foi pioneiro ao fundar, em 1978, a empresa de consultoria Comedia, especializada em transformações urbanas, criatividade e cultura. Vários indivíduos como Ken Worpole, Franco Bianchini, Phil Wood, Peter Hall, Geoff Mulgan, Jude Bloomfield, Naseem Khan contribuíram para o Comedia. A perspetiva cultural é central no trabalho de Landry. O seu objetivo é ajudar as cidades a identificar e tirar o máximo partido dos seus recursos, e a alcançarem o seu potencial, despoletando a sua criatividade e o seu espírito de abertura. Já completou cerca de 200 trabalhos para uma variedade de clientes públicos e privados, trabalhou em centenas de projetos e deu palestras em quase 50 países em todos os continentes.

¹²⁹ Texto de Charles Landry in UNCTAD, Creative Economy Report 2010, pág.13.

mudança conceptual, ao se centrar no papel criativo das pessoas na “*era criativa*”.

- A cidade criativa como um lugar que promove uma cultura de criatividade - a noção de cidade criativa é mais abrangente do que a de economia criativa e classe criativa. Esta noção encara a cidade como um sistema integrado de múltiplas organizações e uma amálgama de culturas nos sectores público, privado e comunitário.

No livro *The Creative City*, o autor afirma que existem uma série de pré-requisitos para que uma cidade se possa considerar verdadeiramente uma cidade criativa.

Identifica sete fatores: qualidades pessoais (indivíduos criativos); vontade e liderança; diversidade humana e acesso a talentos variados; cultura organizacional; identidade local; espaços e infraestruturas urbanas; e dinâmicas de *networking*. Uma cidade pode ser criativa se se verificarem apenas alguns destes fatores, no entanto a sua capacidade criativa só funcionará no seu melhor quando todos eles estiverem presentes.

Para além disso, o autor defende que as cidades criativas são lugares que contêm as condições necessárias (em termos de infraestruturas de “*hard*” e “*soft*”) para gerar fluxos de ideias inovadoras: “*A cidade criativa requer infraestruturas para além do hardware - edifícios, estradas ou redes de esgoto. A infraestrutura criativa é uma combinação do “hard” e do “soft”, incluindo, também, a infraestrutura mental (...). A infraestrutura “soft” deve incluir: trabalhadores altamente qualificados e flexíveis; pensadores dinâmicos, criadores e executores; ligações de comunicação fortes, internamente e com o mundo exterior; e, no geral, uma cultura de empreendedorismo se esta é aplicada para fins sociais ou económicos*”¹³⁰.

Numa entrevista¹³¹, Landry afirma que “*a revitalização de uma cidade é uma arte*” e considera que para que isso aconteça com êxito muito depende das forças individuais de um lugar e da vontade das lideranças locais para promover mudanças.

Declara que “*o objetivo deve ser o estabelecimento de uma infraestrutura cultural*”, mas alerta que a criatividade também é necessária na administração.

Quando questionado sobre qual a cidade europeia que tira melhor partido dos seus recursos humanos referiu a cidade de Barcelona, pois “*esta cidade combina de*

¹³⁰ Texto de Charles Landry in UNCTAD, *Creative Economy Report 2010*, pág.14.

¹³¹ Entrevista a Charles Landry concedida a Erich Follath, para a Revista Spiegel, publicada originalmente em <http://www.spiegel.de/international/europe/0,1518,503211,00.html>, edição de 31/08/2007, intitulada “*A revitalização de uma cidade é uma arte*”.

uma maneira quase perfeita as suas vantagens naturais com atrações culturais, parques tecnológicos e oportunidades educacionais de excelência”; e Dublin, “que consegue alcançar uma combinação de complexidade, tolerância e talento artístico, e faz questão de não dedicar todas as partes da cidade à indústria do turismo. Às vezes, a criatividade também significa abrir mão de lucros de curto prazo e simplesmente dizer não”.

Ainda na mesma entrevista, ao referir-se ao multiculturalismo nas cidades menciona Londres, onde *“as diferentes culturas convivem e interagem entre si, estimulando-se mutuamente”*, e Amesterdão, em que a *“variedade de culturas contribui para o alto nível de “loucura” da cidade”*.

Ao ser questionado acerca das cidades alemãs, Landry destaca Hamburgo e o projeto arquitetónico *“Elbe Philharmonic Concert Hall”*, dizendo que este será o novo *“símbolo”* da cidade. Na sua opinião este edifício, *“arquiteticamente tão impressionante”*, será uma nova e importante atração que fará com que Hamburgo se distinga de outras cidades. No entanto, Landry afirma que o mais importante é que as atividades que se desenvolverem posteriormente não devem limitar-se ao edifício, o *“Elbe Philharmonic Concert Hall”* deve simbolizar um *“estado de espírito”* geral no sentido do rejuvenescimento criativo.

Charles Landry considera que a regeneração de uma cidade e a renovação da cidadania passa pela atividade cultural, melhorando a imagem local, reforçando a coesão social e potenciando a criação de parcerias público-privadas. A construção do lugar, tendo por base projetos interativos e colaborativos através da cultura, converte-se no elemento estratégico de desenvolvimento da identidade e da dinâmica da cidade. Para Landry, nas cidades criativas existe: uma cultura desenvolvida e diversificada, criatividade, identidade, comunitarismo urbano e inovação arquitetónica.

Landry e o seu colega Jonathan Hyams desenvolveram, em 2012, o Índice da Cidade Criativa ¹³², no qual se destacam dez dos sectores que foram analisados, que são definidos como os sectores de maior intervenção e implementação para o desenvolvimento de uma cidade criativa:

- Sistema de educação e formação: a primária, o secundário, a universidade, o desenvolvimento profissional e a aprendizagem ao longo da vida;

¹³² Landry, Charles and Hyams, Jonathan, *The Creative City Index: measuring the pulse of the city*, Comedia, London, 2012

- Indústria e negócios: as pequenas e médias empresas, as grandes empresas e os grandes grupos económicos, sector industrial e comercial alternativo, *start up's* e *clusters*;
- Administração pública e seus órgãos;
- Profissionais nas comunidades do *design*;
- Saúde e serviços sociais;
- Transporte e mobilidade;
- Sector comunitário e voluntário: sociedades locais e associações de ação social;
- Cultura, artes e gastronomia;
- Lazer, desporto, indústria de alojamento e instituições de turismo;
- Indústria de média e comunicação

Cada um destes sectores é avaliado conforme dez indicadores-chave ou critérios-base de avaliação de um lugar criativo:

- Quadro político e público: numa cidade criativa estas instituições deveriam ser proactivas, transparentes e éticas, as suas estruturas horizontais e linhas orientadoras a nível cooperativo e departamental, remetendo as burocracias para o mínimo possível. Isto traduz-se também num impulso a uma sociedade mais saudável pela grande interação entre o sector público e privado;
- Distinção, diversidade, vitalidade e expressão: num ambiente criativo verifica-se uma demarcada identidade e dinamismo entre os cidadãos, sendo estes mais auto conscientes e orgulhosos e ao mesmo tempo com uma mentalidade mais aberta no que diz respeito a influências quer internas quer externas. A expressão das ideias e os debates são encorajados nestes meios;
- Abertura, confiança, tolerância e acessibilidade: de modo a ser considerada criativa, a cidade deve ter uma mentalidade aberta, abraçando/acolhendo pessoas de muitas outras partes do mundo. A abertura traduz-se na forma como as instituições e entidades se organizam de modo a facultar a criação de um ambiente em que as oportunidades surgem mais facilmente. A sua abordagem multicultural foca-se na partilha de experiências entre as pessoas enriquecendo ainda mais a própria cultura da cidade;

- Empreendedorismo, exploração e inovação: este tipo de ambiente favorece o empreendedorismo, pois existem incentivos e prémios que distinguem a inovação. Mesmo a nível académico há grande investimento na pesquisa de novas ideias e a sua concretização em serviços e produtos úteis aos habitantes;
- Liderança estratégica, agilidade e visão: existem profissionais qualificados e dinâmicos em cada sector, o que se traduz num grande sentido de visão para o local. A liderança é inspiradora, as pessoas identificam-se com as ideias e projetos dos seus líderes, havendo uma grande parceria entre o sector público e privado na tomada de decisões;
- Desenvolvimento do talento e *learning landscape*: grande valorização do conhecimento e aprendizagem, havendo incentivo e reconhecimento dos talentos individuais. As próprias pessoas, independentemente da sua idade, apreciam o desafio de aprender cada vez mais e de se auto melhorarem;
- Comunicação, conectividade e *networking*: locais bem conectados interna e externamente de forma física ou virtual. Baixa disparidade social, elevada qualidade dos sistemas de transporte e infraestruturas tecnológicas. Grande investimento dos habitantes para aprender outros idiomas de modo a facilitar a sua interação;
- O lugar e a construção do lugar: os lugares criativos usam as suas ferramentas principais para se tornarem especiais, através das suas capacidades coletivas, tecnológicas e particularidades. O ambiente criado é centrado nos seus habitantes tendo sido sensivelmente concebido e aplicado, impulsionando a interação humana pela remoção de barreiras físicas;
- Habitabilidade e bem-estar: estas cidades caracterizam-se por uma elevada qualidade de vida. São proporcionadas boas condições de saúde, habitação e sociais, verificando-se um grande espírito de comunidade que se traduz num grande respeito e confiança na liderança;
- Profissionalismo e eficácia: nestes locais existe um grande orgulho no profissionalismo e na realização de qualquer atividade com elevada qualidade, desta forma os locais criativos funcionam bem, as coisas acontecem e os objetivos são atingidos. Os padrões são bastante elevados

mas os trabalhadores são frequentemente reconhecidos pelo seu bom desempenho.

“*A cidade criativa*”, defende Landry que “*necessita de perceber as ferramentas da competitividade urbana, tais como a capacidade das suas redes, a sua riqueza e profundidade cultural, a qualidade da sua administração, a consciência do design e a compreensão de como utilizar o seu conhecimento simbólico e percetivo e consciência ambiental*” (LANDRY, 2006).

No limite, como adverte o próprio Charles Landry (2005), a inflação a que se vem assistindo no uso do termo “*cidade criativa*”, sobretudo quando esse uso se reduz a efeitos de propaganda e marketing, arrisca-se a esvaziar de sentido a própria noção e o potencial de intervenção transformadora que ela pode encerrar no plano prático, transformando-a num mero *slogan*, descartável e substituível a qualquer momento por um outro mais apelativo. O mesmo, de resto, poderá dizer-se relativamente à fórmula mais geral da utilização instrumental da cultura como motor da regeneração urbana, de que a retórica da cidade criativa parece ser apenas uma nova, e ampliada, versão.

A questão essencial parece na verdade residir nos equívocos e nos efeitos de ilusão gerados pela generalização do reconhecimento de que a cultura é hoje um ingrediente fundamental da competitividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios.

Retomando a advertência de Charles Landry, o risco é que, no quadro destas políticas, a cultura se torne mais num *slogan* do que num objetivo a promover efetivamente, pervertendo-se com isso quer o desenvolvimento cultural dos territórios e das comunidades, quer o desenvolvimento mais amplo de que estes carecem, seja por via da cultura ou por outra via qualquer.

UNESCO

... e a rede de cidades criativas

A “*UNESCO Creative Cities Network*”, fundada em Outubro de 2004, reflete a mudança da perceção da cultura e do seu papel na sociedade e na economia. A ideia para esta rede foi baseada na observação de que, enquanto muitas cidades em todo o mundo percebem que as indústrias criativas estão a começar a desempenhar um papel muito maior nos seus planos de desenvolvimento económico e social locais, não veem

claramente como aproveitar esse potencial ou como envolver os intervenientes adequados neste desenvolvimento.

Deste modo, o principal objetivo desta plataforma é o intercâmbio de conhecimentos, experiências, ideias, boas práticas e aptidões tradicionais e tecnológicas, de modo a promover o desenvolvimento económico, social e cultural através de indústrias criativas. Facilitando, assim, a obtenção de uma aliança pela diversidade cultural e o desenvolvimento de *clusters* culturais em todo o mundo.

As cidades, como terreno fértil para *clusters* criativos que são, têm um grande potencial para explorar e aproveitar a criatividade para o seu desenvolvimento, conectando as cidades e incentivando-as a mobilizarem o seu potencial para um impacto global, como uma propulsão para o desenvolvimento urbano sustentável, para a inclusão social e para o aumento da influência da cultura no mundo.

A “*Creative Cities Network*” concebeu sete redes temáticas: literatura, cinema, música, artesanato e arte popular, *design*, artes digitais e gastronomia.

Abaixo estão as cidades que foram indicadas como novos membros da Rede de Cidades Criativas da UNESCO:

- Bilbao (Espanha) – Design
- Busan (Coreia do Sul) – Filme
- Curitiba (Brasil) – Design
- Dacar (Senegal) – Artes Digitais
- Dundee (Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte) – Design
- Dunedin (Nova Zelândia) – Literatura
- Florianópolis (Brasil) – Gastronomia
- Galway (Irlanda) - Filme
- Granada (Espanha) – Literatura
- Gwangju (Coreia do Sul) – Artes Digitais
- Hamamatsu (Japão) – Música
- Hanover (Alemanha) – Música
- Heidelberg (Alemanha) – Literatura
- Helsinki (Finlândia) – Design
- Jacmel (Haiti) – Artesanato e Artes Folclóricas
- Jingdezhen (China) – Artesanato e Artes Folclóricas
- Linz (Áustria) – Artes Digitais

- Mannheim (Alemanha) – Música
- Nassau (Bahamas) – Artesanato e Artes Folclóricas
- Pekalongan (Indonésia) – Artesanato e Artes Folclóricas
- Prague (República Tcheca) – Literatura
- Shunde (China) – Gastronomia
- Sofia (Bulgária) – Filme
- Suzhou (China) – Artesanato e Artes Folclóricas
- Tel Aviv-Yafo (Israel) – Artes Digitais
- Tsuruoka (Japão) – Gastronomia
- Turin (Itália) – Design
- York (Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte) – Artes Digitais

“A Rede de Cidades Criativas da UNESCO é um ferramenta extraordinária para a cooperação, pois reflete os nossos compromissos e apoia um maravilhoso potencial criativo e inovador para ampliar as vias de desenvolvimento sustentável”, afirmou a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova.¹³³

Ao se unirem à Rede, as cidades comprometem-se a colaborar e a desenvolver parcerias com vista à promoção da criatividade e das indústrias criativas, compartilhando as melhores práticas, e fortalecendo a participação na vida cultural e a integrar a cultura nos planos de desenvolvimento económico e social.

O objetivo é promover a cooperação internacional e incentivar a partilha de experiências e recursos para promover o desenvolvimento local através da implementação da cultura e da criatividade.

As cidades são encorajadas a considerar a sua candidatura num dos campos para o qual têm maior potencial de desenvolvimento económico e social. A rede está aberta a todas as cidades que satisfaçam os requisitos estabelecidos pela UNESCO e particularmente incentiva as cidades que não são capitais, mas que têm recursos históricos e culturais e a ligação a uma das temáticas da rede. Pretende-se que estas, ao aderirem e serem aceites no programa, garantam a continuação do seu papel como centros de excelência criativa e apoiem outras cidades, em particular dos países em desenvolvimento.

¹³³ Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/28_cities_join_unesco_creative_cities_network/#.Ve36_BHBzGc

Este programa da UNESCO consciencializa os responsáveis pela gestão das cidades da importância da criatividade nas suas diferentes vertentes, no crescimento económico e como modo de revitalização cultural e urbana. Permite um vasto intercâmbio de ideias e sinergias e ajuda as cidades a fazer um balanço dos pontos fortes e das necessidades das suas indústrias criativas, num contexto colaborativo que promove uma maior comunicação e coesão ao nível local.

Capítulo V

Casos Práticos na Europa

Hamburgo & Nantes

“There is no logic that can be superimposed on the city; people make it, and it is to them, not buildings, that we must fit our plans.”

Jane Jacobs

Nos últimos 3 capítulos foram abordados os conceitos de cidade, cidade verde e cidade criativa, com o objetivo de apresentar as diferentes tendências das quais a cidade foi palco, revelando alguns dos cenários em prática e previstos (ou desejados) para o futuro das cidades. Através dos elementos expostos é possível assumir o papel crucial que as cidades têm no desenvolvimento económico sustentável da sociedade, não só por serem os motores da economia e o teto de mais de 50% da população mundial¹³⁴, mas também, por serem a afirmação da identidade do povo que a habita.

Esta identidade é fruto de uma história, de uma cultura, de uma dinâmica e de um conjunto de atividades, princípios e padrões de comportamento pelos quais a cidade é reconhecida (ou quer ser reconhecida). As cidades, que mais arriscam e que mais investem em novos paradigmas, adquirem ferramentas propícias à mudança, ganhando uma noção do seu lugar na implementação de uma sociedade mais sustentável.

Este estudo exploratório debruça-se, maioritariamente, em políticas europeias para o desenvolvimento das cidades, e consequentemente, nas cidades-modelo que as assumem e difundem, partilhando uma visão que preza pela qualidade de vida dos cidadãos, uma vida equitativa, viável e vivível.

Neste capítulo são apresentados dois casos de cidades europeias que se encontram na vanguarda da mudança: Hamburgo e Nantes. Ambas carregam, orgulhosamente, inúmeros rótulos e medalhas que enaltecem os seus espíritos inovadores e crentes num novo amanhã. A cidade de Hamburgo, eleita Capital Verde da Europa em 2011¹³⁵, destacar-se-á num panorama mais verde e vocacionado para políticas mais eficientes e sustentáveis, enquanto, a cidade de Nantes, detentora do

¹³⁴ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt

¹³⁵ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europegreencapital/winning-cities/2011-hamburg/>

mesmo galardão em 2013¹³⁶, representará a vertente criativa de uma cidade, através das suas políticas culturais e do seu planeamento urbano. Todos os dados recolhidos e expostos ao longo deste capítulo foram retirados das fontes devidamente identificadas, e de brochuras e relatórios informativos disponibilizados pelas autarquias das cidades de Hamburgo e Nantes, às quais tivemos acesso através da pesquisa de campo, na qual foi possível visitar os Postos de Turismo e os Departamentos Ambientais.

Bem-vindos a Hamburgo

A Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo é uma cidade-estado¹³⁷ e localiza-se diretamente entre a Europa continental a Sul, a Escandinávia a Norte, o Mar do Norte a Oeste e o Mar Báltico a Leste. Hamburgo, uma das cidades mais verdes da Alemanha, localiza-se no encontro do Rio Elba com os Rios Alster e Bille (SOHSH, 2013).

Podemos considerar Hamburgo como a cidade dos superlativos: a segunda maior cidade da Alemanha¹³⁸, o segundo maior centro industrial do país, o terceiro maior centro mundial da indústria aeronáutica, o maior entroncamento ferroviário do norte da Europa¹³⁹, e, segundo a WealthInsight, um dos maiores índices de multimilionários entre a população alemã¹⁴⁰.

De acordo com a SOHSH, a cidade de Hamburgo é constituída por 2500 pontes¹⁴¹, alberga cerca de 99 consulados¹⁴² e o maior e mais importante porto marítimo da Alemanha, o segundo maior da Europa¹⁴³ e o 14º maior e mais conceituado do

¹³⁶ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/2013-nantes/>

¹³⁷ Disponível em: <http://english.hamburg.de/living-in-hamburg/nofl/1700440/city-and-politics-hamburg-english/>

¹³⁸ Disponível em: <http://english.hamburg.de/living-in-hamburg/nofl/290230/hamburg-information-english/>

¹³⁹ Disponível em: http://upmagazine-tap.com/pt_artigos/10-basicos-de-hamburgo/

¹⁴⁰ Encontram-se, em Hamburgo, cerca de 843 multimilionários, o que faz da cidade, segundo este critério, uma das cidades mais ricas da Europa. Disponível em:

<https://timetricmarketing.wordpress.com/2012/10/01/germanys-rich-top-25-cities-for-german-multi-millionaires/>

¹⁴¹ Hamburgo possui mais pontes do que Veneza (431, disponível em: <http://www.veneziasi.it/en/history-venice-hotel/bridges-history-venice.html>) e Amsterdão (1753, disponível em: <http://amsterdamfaq.com/1/amsterdam>) juntas. Disponível em:

<http://english.hamburg.de/living-in-hamburg/nofl/1700416/hamburg-at-a-glance-english/>

¹⁴² Em relação ao número de consulados Hamburgo só perde para Nova Iorque, com cerca de 114 consulados. Disponível em: <http://www.nyc.gov/html/ia/html/affairs/consular.shtml>

¹⁴³ O maior por to da Europa é o porto de Roterdão, na Holanda. Disponível em: <http://www.smithsonianmag.com/innovation/interactive-50-largest-ports-world-180947915/>

mundo¹⁴⁴. Com uma área de 74,4 km², o Porto de Hamburgo ocupa um décimo da área total da cidade (755,30 km²), e emprega cerca de 150 mil pessoas (SOHSH, 2013). A importância da região portuária é incontestável, e é vista como uma das zonas com maior potencial da cidade, o que se confirma com os avultados investimentos feitos na sua recuperação e reestruturação urbana através da construção de um novo centro urbano, com áreas residenciais, culturais e comerciais, o bairro de “*Hafen-City*”.

Hamburgo, sempre foi uma cidade-modelo, não só pela sua autonomia mantida até hoje¹⁴⁵, como pela sua política de inserção e governação pelas mãos dos seus próprios cidadãos.

Entre outros galardões, a cidade de Hamburgo, foi eleita em 2011 Capital Verde da Europa, através do seu histórico ambiental e das suas preocupações com o futuro sustentável da cidade e da sociedade, demonstrou ser uma cidade ambiciosa e com padrões de visão de futuro, uma cidade própria para viver. Hamburgo sempre foi apreciada pelo seu lado verde, e, atualmente, é considerada como a cidade Alemã com melhor índice de qualidade de vida¹⁴⁶.

A cidade de Hamburgo, devido aos atuais investimentos no seu planeamento urbano e nas suas políticas ambientais, demonstrou ser um excelente modelo prático a apresentar neste estudo exploratório.

Hamburgo

... a arte de renascer verde

Em 2011, como referido anteriormente, a cidade de Hamburgo foi condecorada com o título de “*Capital Verde da Europa*”. Com uma estratégia de planeamento integrado e participativo, e um forte compromisso com a difusão de uma visão sustentável, Hamburgo estabeleceu metas ambiciosas na proteção do ambiente,

¹⁴⁴ O Porto de Hamburgo não se encontra presente no top 10 dos maiores portos marítimos do mundo, que é constituído, maioritariamente, por portos chineses. Disponível em:

<http://www.smithsonianmag.com/innovation/interactive-50-largest-ports-world-180947915/>

¹⁴⁵ A cidade de Hamburgo nunca esteve sobre o domínio de uma monarquia. Disponível em:

<http://english.hamburg.de/living-in-hamburg/nofl/1700440/city-and-politics-hamburg-english/>

¹⁴⁶ De acordo com o estudo da *Institut Economist Intelligence Unit*, do Reino Unido, a pesquisa para o desenvolvimento do Índice de Qualidade de Vida nas Cidades analisou requisitos como infraestrutura, educação, assistência médica e oferta de atividades culturais em 140 metrópoles do mundo, colocando Hamburgo na 14ª posição, Frankfurt e Berlim preenchem a 18ª e a 22ª posições, respetivamente. Disponível em: http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/_pt/DZBrasilia_Artigos/08_2011/310811_hamburgo.html

investindo num programa de proteção climática que visa reduzir as emissões de CO₂ em 40% até 2020 e em 80% até 2050¹⁴⁷.

A cidade tem uma área verde composta por 4700 hectares de floresta há mais de cem anos, e, atualmente, distribuídos pelos 7 distritos, conta com inúmeros parques públicos, dos quais se destacam o Hamburger Stadtpark e o Volkspark Altona.¹⁴⁸

Críticos dizem que Hamburgo ganhou o cobiçado título mais graças às metas ambiciosas do que às práticas atuais¹⁴⁹. Segundo Delia Schindler¹⁵⁰, Hamburgo obteve o título de Capital Verde da Europa com base no ativismo e nos projetos das organizações não-governamentais, e não dos políticos¹⁵¹.

O júri da Comissão Europeia elogiou o amplo comprometimento ambiental em Hamburgo, ficaram impressionados com o envolvimento dos jovens nas metas ambientais da cidade e elogiaram as ativas organizações ambientalistas da cidade portuária, assim como o seu "*entusiasmo*" em cooperar com outras organizações da União Europeia.

A cidade tem alcançado altos padrões ambientais e bons indicadores de mobilidade (aumento da utilização do transporte público e da bicicleta, como meio de transporte principal), uma das lacunas de que sofria a cidade nos últimos anos e na qual tem investido permanentemente tornando-se neste momento uma das mais-valias da cidade. Um exemplo são os 99% de habitantes da cidade que conseguem ter acesso aos transportes coletivos (paragens de autocarro e estações de metro) num raio de 300 metros das suas residências.

Não querendo explorar exaustivamente as ações implementadas e/ou propostas pela cidade de Hamburgo na aquisição do título, enumeram-se apenas alguns exemplos referentes a alguns dos indicadores/critérios do prémio:

¹⁴⁷ Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/2011-hamburg/index.html>

¹⁴⁸ Os parques públicos, as áreas florestais e de lazer ocupam 16,4% do território da cidade, e 8,1% é composto por corpos de água (lagos e canais), que contribuem significativamente para o valor recreativo da cidade. Os declarados parques nacionais ocupam uma área de 64,7 km² (8,6% do território) e adicionalmente encontram-se as reservas naturais com 144,2 km² de área (19,1% do território).

¹⁴⁹ Disponível em: http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/_pr/DZBrasilia_Artigos/08_2012/090812_hamburgo_cidadeverde.html

¹⁵⁰ Porta-voz da organização "*The World Future Council Foundation*", organização sediada na cidade de Hamburgo composta por cidadãos contratados, empresas e associações. Disponível em: http://www.worldfuturecouncil.org/about_us.html

¹⁵¹ Disponível em: http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/_pr/DZBrasilia_Artigos/08_2012/090812_hamburgo_cidadeverde.html

- Alterações Climáticas: Hamburgo tem feito grandes esforços para reduzir as emissões de CO₂ com um regulamento municipal de proteção climática e com programas de adaptação e investigação. O Programa de Proteção Climática, aprovado pelo governo local em 2007, identifica 10 áreas de ação e descreve 450 medidas individuais. O projeto “*Empresas na proteção dos recursos*”, que tem conduzido cerca de mil projetos, tem como objetivo fomentar investimentos voluntários para a melhoria da eficiência energética e do uso dos recursos entre as empresas. Contabiliza-se, anualmente, uma poupança de 134 mil toneladas de emissões de CO₂. O programa *Hamburg ECO-Partership*, uma sociedade entre o governo local e o setor comercial, estimula as empresas a ir além dos requisitos obrigatórios e adotar medidas adicionais de proteção ambiental. Essa associação facilita a troca de informação e a colaboração em rede, oferecendo, também, serviços de consultadoria ambiental gratuitos às empresas locais, apoiando os seus clientes a executar projetos de gestão ambiental e de proteção do clima.
- Áreas verdes urbanas: a chamada Rede Verde de Hamburgo (*Grünes Netz Hamburg*) é uma iniciativa que pretende proporcionar uma série de anéis verdes que se conectam entre si por eixos paisagísticos, desde as zonas periféricas até ao centro. Esta rede ligará todos os parques, reservas, *playgrounds*, *habitats*, jardins comunitários e cemitérios dos sete distritos da cidade, que corresponderam a mais de 40% da área total de Hamburgo. A rede tem como objetivo o aumento do número de espaços verdes, de ciclovias e vias para pedestres, possibilitando uma deslocação segura e saudável por toda a cidade sem a necessidade de automóveis, diminuindo a sua utilização e os riscos de atropelamento. Mas não será apenas um meio de deslocação, pois permitirá também escalar, nadar, praticar desportos aquáticos, aproveitar os restaurantes e fazer picnics, estar num espaço calmo e observar a natureza e a vida animal dentro da cidade. Uma vida urbana moderna: andar, fazer ciclismo, observar a natureza mesmo onde se vive. Por isso, além de contribuir para aumentar a qualidade de vida da população, a rede visa ajudar no combate às alterações climáticas¹⁵² – reduzindo as

¹⁵² Dados do Escritório Climático do Norte da Alemanha do Instituto para Pesquisas Costeiras afirmam que, nos últimos 60 anos, a temperatura média do município aumentou em 1,2°C para uma média de 9°C.

emissões do setor de transporte através dos catalisadores de CO2 naturais – e diminuir o risco de enchentes, que aumentou com a elevação do nível do mar. As mudanças climáticas já estão a provocar soluções futurísticas e em prol da natureza.

- Transportes locais: Hamburgo tem a maior frota do mundo de autocarros movidos a hidrogénio. Além disso, desde 2009, mantém o programa de aluguer de bicicletas, *StadRAD*, com 71 estações distribuídas por toda a cidade, dispondo de um parque para mil bicicletas e contabiliza 53 mil usuários registados no programa, que contam atualmente com cerca de 1800 quilómetros de ciclovias para se deslocarem ou desfrutarem.
- Performance energética: Hamburgo tem quase triplicado o uso de fontes renováveis nos últimos 12 anos. E, atualmente, mais de 300 empresas em Hamburgo dedicam-se ativamente ao uso de energias renováveis (eólica, solar, geotérmica, hidráulica e de biocombustíveis). As energias renováveis representam 17% da produção nacional de energia e em dez anos procura-se alcançar o percentual de, no mínimo, 50%.
- Uso sustentável do solo: o projeto *HafenCity* é um dos maiores projetos de requalificação e desenvolvimento urbano a nível europeu, que irá aumentar a área da cidade em 40%, com 388 hectares de área ex-industrial onde se encontra em vigor a construção de um bairro que possua as condições e qualidades de um centro urbano histórico, composto por 10 novos quarteirões que serão representados por diferentes temáticas.¹⁵³

Através de alguns dos indicadores apresentados, entre outras propostas, por parte da cidade de Hamburgo, demonstra-se claramente a sua preocupação e urgência na adaptação de medidas que pautem por uma sociedade mais sustentável. A cidade impôs metas ambiciosas como reduzir as emissões de CO2 em 40% até 2020 e em 80% até 2050 (o objetivo da União Europeia é de reduzir 20% até 2020), e implantar uma política de planeamento da paisagem da cidade através da ligação entre as áreas verdes e as de lazer, proporcionando um espaço urbano saudável, vivível, equilibrado e acessível (acessos pedonais e de bicicleta, incentivando o desuso dos automóveis).

Nesse mesmo período, o nível do mar em Hamburgo aumentou 20 centímetros, e prevê-se que aumentará outros 30 centímetros até 2100.

¹⁵³ O quarteirão da educação e do conhecimento - Elbtorquartier, o quarteirão do comércio e dos negócios - Strandkai, o quarteirão criativo e cultural - Oberhafen, entre outros que são sempre complementados com zonas de habitação, lazer, e zonas verdes (o parque Lohsepark será a maior zona verde do bairro), são alguns dos quarteirões temáticos presentes em Hafen City.

Hamburgo ... criatividade sem barreiras

Hamburgo é inquestionavelmente uma cidade economicamente e culturalmente ativa, que recentemente assumiu o desafio de se tornar numa Cidade Verde e num modelo de cidade. São vários os fatores que fazem de Hamburgo, uma cidade vanguardista, caracterizada pela sua tolerância à diversidade cultural, pela sua preocupação ambiental, pelo seu desenvolvimento tecnológico em diferentes vertentes do mercado (aeronáutico, comunicação e média, etc) e pela noção de mutação de que a cidade é alvo para que possa acompanhar as necessidades da evolução, sem nunca abdicar da sua identidade.

Hamburgo é uma cidade recheada de cultura, com atrações e entretenimentos muito diversificados, começando pela Galeria Kunsthalle até aos bairros boémios, como o bairro de St. Pauli¹⁵⁴ com os seus clubes noturnos da Reeperbahn, passando e usufruindo da oferta por parte da restauração e da hotelaria¹⁵⁵. A cidade de Hamburgo é constituída por bairros que caracterizam as suas diversas facetas, como a multiculturalidade de Wilhelmsburg, os típicos bares de marinheiros em St. Georg, as ruas geométricas pintadas de cor-de-tijolo de Speicherstadt ou o barroco kitsch do bairro português¹⁵⁶, em Landungsbrücken.

Paralelamente, a cidade portuária é, também, a metrópole das tecnologias de informação e média da Alemanha (setor que registou a maior expansão nos últimos anos): 15 das 20 revistas de maior circulação no país são publicadas em Hamburgo, como é o caso do famoso jornal Die Zeit e das revistas Der Spiegel e Stern; e diariamente a emissora ARD, produz o noticiário televisivo mais importante do país, o "*Tagesschau*".

A infraestrutura cultural da cidade dispõe de 2 teatros estatais, cerca de 35 teatros particulares (mantidos pela iniciativa privada, cujo leque de espetáculos vai desde musicais, comédias até cabaré), 6 auditórios e 60 museus, que mostram, entre outras, importantes coleções internacionais de arte, história e ciência.

¹⁵⁴ O bairro de St. Pauli foi palco do início da carreira internacional dos Beatles nos anos 60, um dos fatores que o tornou internacionalmente reconhecido.

¹⁵⁵ A restauração e a hotelaria empregam 52.940 funcionários, recebem 5,1 milhões de visitantes, e atingiram lucros de 2,1 biliões de euros (SOHSH, 2013).

¹⁵⁶ Hamburgo é das cidades mais "portuguesas" da Alemanha, com quase 8000 imigrantes de origem lusa.

Além da famosa Ópera Estatal de Hamburgo, aguarda-se a conclusão daquela que será uma das obras arquitetônicas mais emblemáticas e cartão-de-visita da cidade de Hamburgo, a Filarmônica do Elba (Elbphilharmonie). Encontra-se na ponta da entrada do porto de Hamburgo, onde estava o chamado Armazém do Imperador, construído em 1875, que era passagem obrigatória de todos os navios que entravam no porto e considerado um dos símbolos da cidade até à sua destruição na Segunda Guerra. Como base do prédio da Filarmônica, o Armazém do Imperador não sofreu grandes modificações externas e será utilizado, principalmente, para estacionamento.

Urbanisticamente, o prédio da Filarmônica funcionará como peça fundamental na renovação da cidade portuária. O custo de construção (mais de 800 milhões de euros) justifica-se pela sua utilização como "*projeto âncora*" da renovação urbana da zona de Hafen City.

Hamburgo é a capital musical da Alemanha. A série de sucesso começou em 1986 com o musical "*Cats*", que foi apresentado durante quase 15 anos. Além de vários musicais em pequenos teatros de Hamburgo. Ao longo do ano, os musicais da cidade atraem mais de 2 milhões de visitantes, condecorando Hamburgo com o terceiro lugar do ranking global das cidades musicais, depois de Nova Iorque e Londres.

Na música moderna, Hamburgo, tornou-se o centro do *hip hop* alemão: grupos como Fettes Brot, Absolute Beginner ou Eins Komma Zwo conquistaram os primeiros lugares nos murais de sucesso da Alemanha. Tokio Hotel e Nena, duas das maiores exportações da indústria fonográfica alemã, residem e trabalham na cidade. O setor de música e entretenimento tem como suporte uma robusta infraestrutura de mais de 100 clubes e 280 editoras musicais, no entanto, em relação a Berlim, muitos artistas deixaram a cidade devido ao aumento do custo de vida (ex: rendas).

A cidade mercantil de Hamburgo sempre foi sinónimo de liberdade e tolerância, além de ser considerada um importante centro cultural e criativo e uma das cidades mais criativas da Alemanha. A classe criativa na cidade é bastante significativa, interativa e interventiva, com tendência a crescer, visto ser cada vez maior o número de criativos que se sentem aliciados pela cidade, e pela sua capacidade de encubar empresas criativas (novos postos de trabalho no sector das indústrias criativas) e criar condições que potenciem a qualidade de vida dos seus cidadãos (habitação, serviços, espaços de lazer, zonas verdes, etc).

Em visita à rota dos graffiti, na parte ocidental da cidade, apercebemo-nos que se antes Sternschanze era um lugar de rendas baixas, procurado e habitado por artistas e

estudantes, que após dinamizarem a zona e a tornarem criativa e atrativa, tornou-se alvo da especulação imobiliária que têm tirado proveito desta valorização da zona por parte das classes criativas para trazer uma nova vaga de cafés e negócios *trendy*¹⁵⁷ à zona.

As rendas dispararam em Sternschanze, tornando cada vez mais difícil encontrar uma casa acessível, e as pessoas que antes habitavam sem problemas nessa zona começam a ter sérias dificuldades.

Foi esta uma das principais motivações dos protestos de 2013 e 2014: o medo que a população local seja empurrada para os subúrbios e que o centro urbano se torne uma quimera apenas possível para alguns. Outro dos motivos que esteve na origem dos tumultos foi a contestação contra o encerramento do centro cultural Rote Flora, que abriga um dos principais núcleos de defesa dos direitos humanos e solidariedade da cidade, devido à implementação do projeto “*Sternschanze 7*”.

Após uma severa oposição às forças policiais por parte dos manifestantes¹⁵⁸, o Rote Flora continua de pé. Em jeito de curiosidade, é interessante demonstrar este espírito, em que no meio das contestações houve lugar para desafiar o humor, quando um polícia confiscou uma piaçaba a um manifestante, alegando o seu potencial perigo, os locais tomaram o objeto como símbolo oficial dos protestos, espalhando-o pelas ruas da cidade.

Além de exibir este sentido de identidade cultural e criativa, expresso por um bairrismo latente, Hamburgo tem frentes muito vincadas, totalmente opostas, que crescem lado a lado e tornam a capital do Norte alemão num núcleo pulsante de culturas antagónicas. Não temos dúvida que o futuro palco da luta pela mudança é nas cidades.

As cidades estão em constante transformação, mas nem sempre as alterações consequentes são bem recebidas pelas autarquias, que as atenuam através do aparelho repressivo. É onde a maior parte do mundo vive. O acolhimento de tantas pessoas e sua segmentação é uma das principais fontes de lucro do sistema financeiro.

¹⁵⁷ Moderno e influenciado por estilos ou ideias que estão na moda. Trendy in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/trendy>

¹⁵⁸ Milhares de pessoas participaram na manifestação, que foi violentamente reprimida pela Polícia. A incapacidade da polícia para controlar o descontentamento social fez com que esta tomasse a decisão de estabelecer um perímetro de segurança chamado “Gefahrenzone” (zona de perigo). A declaração de Zona de Perigo dos bairros de St. Pauli, Altona e Sternschanze concedeu poderes especiais à Polícia, estes podiam parar, revistar, identificar e prender qualquer pessoa sem necessidade de justificação. Uma decisão que escandalizou a sociedade alemã, conseguindo o efeito oposto ao pretendido pela polícia: aumentaram as manifestações e a desobediência civil. O conflito adquiriu uma magnitude tal que conseguiu contagiar outras cidades alemãs, onde se convocaram também manifestações em solidariedade com os ativistas do Rote Flora e os habitantes do “Gefahrengebiet”. Finalmente publicou-se oficialmente o novo planeamento urbanístico que favorece os ativistas e salva o centro social Rote Flora.

St. Pauli em Hamburgo é um desses lugares em transformação. Uma zona portuária, tradicionalmente acolhedora de *outcasts*, refugiados e movimentos alternativos, e que está a ser vítima de uma intensa gentrificação¹⁵⁹.

Bem-vindos a Nantes

A cidade de Nantes está situada na confluência dos rios Loire, Erdre e Sèvre, a 55 km da costa atlântica francesa, e é a sexta maior cidade de França, com uma população urbana de aproximadamente 600 000 habitantes e uma área de 534,9 km².

Nantes, portadora de uma longa tradição portuária, mercantil e industrial, sofreu um choque económico sectorial com o colapso das atividades tradicionais no início dos anos 80, após o encerramento dos estaleiros navais e das indústrias (principalmente no sector alimentar). Neste cenário de recessão e isolamento, a cidade, parecia ter perdido qualquer apelo e capacidade de se desenvolver economicamente.

No entanto, cerca de 20 anos depois, uma aposta visionária na animação cultural e nas indústrias criativas transformou a cidade de Nantes, no que é hoje reconhecido, como a melhor cidade para viver de França¹⁶⁰ e a mais agradável da Europa¹⁶¹.

Este progresso significativo é notável no avanço económico da cidade (1º lugar entre as cidades francesas para a criação e instalação de empresas) e no aumento exponencial dos empregos assalariados (+ 33%, com um crescimento considerável do número de empregados com formação superior). Por mais de 20 anos, o crescimento demográfico foi o dobro da média nacional: + 10% de habitantes ao longo dos 10 últimos anos, constituindo a segunda taxa de crescimento mais rápida entre as grandes cidades francesas e com uma população jovem em que 2/3 dos habitantes têm menos de 40 anos.

E, finalmente, com a sua presença recente em redes europeias e internacionais, e pela nova atratividade do turismo urbano ligado ao turismo costeiro, traz à cidade uma

¹⁵⁹ Processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder económico para outro local e da entrada de residentes com maior poder económico. Disponível em: "gentrificação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/gentrifica%C3%A7%C3%A3o>

¹⁶⁰ No dia 24 de abril de 2008, pelo terceiro ano consecutivo, a revista semanal *Le Point* concedeu a Nantes o título de melhor cidade para viver em França, graças à sua criatividade e à sua qualidade de vida.

¹⁶¹ Em 2004, a revista *Time* apontou Nantes como a cidade mais agradável para viver da Europa.

simbologia mais próxima e ligada à sua costa, através de um novo modo de olhar o estuário e as praias da *Côte d'Amour* (Costa do Amor).

Em 1989, o então recém-eleito, Jean-Marc Ayrault, mostrou aos cidadãos que a confiança e o orgulho em pertencer a um território poderiam ser retomados, pautando a gestão da cidade em dois objetivos:

- transformar a cidade e o seu planeamento por via de uma política de transportes públicos criando uma rede de mobilidade entre os distritos da cidade e o seu centro. Hoje, esta rede contempla também as 25 cidades vizinhas, bem como os arredores, servidos por elétricos, autocarros e linhas de metro, retomando gradualmente o controle dos espaços urbanos e da conexão com a água (rios Erdre e Loire);
- encarar a política cultural como a força motriz do desenvolvimento da cidade, colocando o cidadão no centro dos projetos e diretrizes da política, revitalizando pensamentos e práticas relativos à mediação e às relações entre os artistas e a população.

Hoje em dia, é necessário, prioritariamente, enfatizar a importância da continuidade das estratégias de governação política (Jean-Marc Ayrault foi eleito pela quarta vez, em 2008) e do tempo necessário para que as atitudes evoluam, para uma abordagem gradual e uma compreensão das questões, para um envolvimento da sociedade civil cada vez maior e mais exigente, para a habilidade de unir pessoas em torno de uma causa comum, para unir e dar sentido a propostas e iniciativas que são diferentes e não raro fragmentadas.

Nantes

... um jardim para a criatividade

Recriada por uma forte componente cultural, a cidade à beira do Loire e de Jules Verne, outrora voltada para o comércio ultramarino e a indústria, convida a uma viagem por ruas e recantos, pelo castelo, pelas ilhas do outro lado do rio e pelo estuário que se estende até Saint-Lazaire. Um dos primeiros pontos seguidos pela gestão da cidade foi a determinação política de estimular, apoiar e aumentar a vigência de projetos e iniciativas que permitissem aos habitantes se reconciliar e apropriar da história da sua

cidade e redescobrir os seus espaços, permitindo entender “*a forma de uma cidade*” (GRACQ, 1985).

Em 1992, a exposição “*Les Anneaux de la Mémoire*” (Os Anéis da Memória), organizada por grupos comunitários e cidadãos, com o apoio do Conselho da Cidade, significou que pela primeira vez uma cidade francesa abria as páginas da sua história em relação ao tráfico de escravos, que é tão frequentemente omitido e escondido. Essa exposição foi o ponto de partida para um processo de resgate de memória e progressivamente da história do comércio de escravos africanos e da luta pela abolição da escravatura. Em relação a este tema existe, também, o Memorial da Abolição da Escravatura, com uma área para informações acerca da história da escravidão e suas formas atuais. O projeto é no aterro do rio Loire, produzido pelo artista Krzysztof Wodiczko. Em 2007, essa intenção encontrou expressão concreta na restauração do “*Château des Ducs*” (Castelo dos Duques), a morada atual do Museu de História de Nantes.

Redescobrir a forma sensorial da cidade. Esse foi o objetivo de um dos primeiros eventos culturais, “*Les Allumées*” (Os Iluminados). Durante seis anos, artistas de uma cidade estrangeira foram convidados, anualmente, a tomar Nantes por seis noites e implementar ideias e novas formas artísticas. Os habitantes e visitantes da cidade foram convidados a explorar essas criações em locais inusitados (fábricas abandonadas, apartamentos privados, espaços públicos, jardins, esgotos, etc) e a participar de uma jornada sensorial, de sonhos e imaginação, percorrendo a cidade à noite.

A Viagem a Nantes – ou *Le Voyage à Nantes*¹⁶² – elevou Nantes a uma cidade criativa com uma profunda ligação à arte no espaço público e aos espaços verdes na área urbana¹⁶³ e demarcada pela sua promoção como cidade repleta de eventos culturais, espetáculos e exposições.

É importante que uma cidade “metropolitana” preserve o seu ambiente natural e urbano, priorizando os interesses da população, a sua qualidade de vida e a sua integração no contexto histórico e cultural da cidade. Há vários anos que o desafio da cidade tem sido formar uma área costeira consistente, de Nantes a Saint-Nazaire (uma distância de 60 km), apropriar-se do estuário, do espaço entre as duas cidades e proteger o seu caráter de reserva ambiental preservada. Para isso, é preciso que seus habitantes

¹⁶² Conceito criado, em 2012, pelo diretor artístico francês Jean Blaise.

¹⁶³ O guia *Exploring Nantes European Green Capital*, brochura informativa, adquirível nos postos de turismo de Nantes, sugere um trajeto que se encontra sublinhado a verde no chão ao longo do centro da cidade, uma jornada por entre os “*tesouros urbanos*” da cidade, inclui também sugestões nos arredores.

conheçam o estuário, possam visitá-lo, vê-lo e experienciá-lo, como um lugar essencial para a sua qualidade de vida.

“*Estuaire*” (Estuário), o evento bienal concebido por Jean Blaise, o antigo diretor do “*Lieu Unique*” (Lugar Único), organiza rotas cénicas, sensoriais, ao longo dos 60 km da margem do rio. Os artistas são convidados a lidar com o espaço natural e a criar obras de arte permanentes, espalhadas ao longo de mais de 30 locais disponibilizados nas margens, e nas cidades de Nantes e Saint-Nazaire. Aqui, novamente, o projeto cultural está completamente integrado ao projeto de desenvolvimento da região, do turismo e da atratividade das cidades.

A história/narrativa da cidade também envolve a redescoberta e a revitalização do subterrâneo, temas inconscientes que formam a memória coletiva da cidade.

A abordagem política requer determinação e habilidade para reunir as forças vitais da sociedade civil, apoiar as iniciativas dos seus cidadãos, coletivos e organizações solidárias, confiar em pessoas que escolhem fazer o inusitado. Essa abordagem força-nos a fazer escolhas e a optar pelo risco. Esse conceito de risco combina com o desejo de investir no futuro, na incerteza e no imprevisível, ao confiar nos artistas criativos. Essa coragem política está longe de existir em todos os lugares.

Todos os projetos culturais ou urbanos hoje reconhecidos e considerados amplamente consensuais e positivos para a comunicação da cidade motivaram no seu início debates, incertezas e, não raro, oposições.

Se a política cultural, que absorve 16% do orçamento da cidade, é coerente com as instituições e instalações culturais que se espera que existam na sexta maior área urbana de França (ópera, orquestra, teatros, museus, espaços para a música contemporânea, etc), ela distinguiu-se e destacou-se pelos elementos e pelas escolhas que ajudaram a formar essa identidade de uma cidade dinâmica e criativa, tais como:

- Repensar formas de produzir e difundir os eventos culturais – o festival de música clássica “*La Folle Journée*” (O Dia Louco), que ocorre ao longo de quatro dias, das 10h às 24h, com mais de 230 concertos espalhados em diferentes salas de espetáculo, congregou em 2009 um público de 124.000 pessoas (taxa de audiência de 97%). Ao desenhar o festival desse modo, foi possível envolver agentes económicos (como comerciantes), culturais e sociais, devendo o seu sucesso à habilidade de reunir diferentes pessoas da vida da cidade, para atingir uma ambição compartilhada;

- Integrar projetos culturais no centro dos lugares nos quais as pessoas vivem e vão dinamizando esses espaços públicos – “*Les Belles Chaises*” (As Cadeiras Bonitas), organizado pela Escola Regional de Belas-Artes, incentiva pintores amadores e artistas profissionais a expor as suas obras nos espaços públicos. Durante 15 anos, a “*Compagnie Royal de Luxe*” tem gravado uma história, um sonho, um poema na imaginação coletiva da população da cidade e dos seus visitantes, baseado na vida de um gigante. Os espetáculos reúnem milhares de espectadores e ao longo de vários dias transformam o modo como vemos a cidade: as ruas principais são fechadas, as praças são ocupadas, os edifícios e objetos do dia-a-dia são transformados. É o que ocorre com a remodelação do aterro da “Ilha de Nantes”, onde a criatividade fervilha, cuja conversão em área para caminhadas e atividades de lazer teve início e segue em ritmo acelerado, para abrigar projetos culturais: “*Les Machines de l’île*”¹⁶⁴ e “*Estuaire*”¹⁶⁵;
- Assumir novamente o controlo dos espaços devolutos e áreas industriais pertencentes ao património da cidade, para uso contemporâneo e dinamismo criativo do espaço – Em 31 de dezembro de 1999 foi inaugurado um centro cultural em uma antiga fábrica de biscoitos, o “*Lieu Unique*” (Lugar Único), uma área para residência e invenções criativas, onde o bar, o restaurante, a livraria, o banho turco e a creche são partes integrantes do projeto. O arquiteto Patrick Bouchain trabalhou com a equipe do diretor Jean Blaise para preservar o espírito do lugar e sua poesia, ao mesmo tempo em que oferecia as possibilidades técnicas mais eficazes e espaços para a imaginação e a criatividade dos artistas locais e internacionais convidados. Sendo um

¹⁶⁴ Espetáculo realizado pela companhia de teatro de rua, a Royal de Luxe, de Jean-Luc Courcoult, traduzido num desfile de imponentes criaturas que recriaram o imaginário de Nantes, resultou o projeto artístico *Les machines de l’île*, de Pierre Oréface e François Delarozzière. A interpretação livre assente no cruzamento dos “mundos inventados” de Jules Verne e do universo mecânico de Leonardo Da Vinci com a história da indústria da cidade. Com morada fixa no local dos antigos estaleiros navais de Nantes, a primeira parcela abriu ao público a 1 de julho de 2007, ano da inauguração do Grande Elefante – uma carcaça hidráulica de 45 toneladas e 12 metros de altura. O Carrossel dos Mundos Marinhos é, por sua vez, o segundo capítulo do projeto *Les machines de l’île*. Um gigante de 25 metros de altura e 22 de diâmetro que invoca o mais belo universo marinho saído do imaginário de Jules Verne na célebre obra “*Vinte mil léguas submarinas*”. A Galeria das Máquinas é, por conseguinte, outro dos lugares de destaque da Viagem a Nantes, pois trata-se do “*habitat*” das mais estranhas criaturas mecânicas ou seja, um laboratório onde são testados os bichos mecânicos.

¹⁶⁵ Uma exposição permanente de arte contemporânea que se estende por 120 quilómetros, pelas margens do rio Loire até Saint-Lazaire, na *Île de Nantes*, a qual resulta das três edições da bienal das artes de Nantes. Na composição constam 29 obras de arte in situ criadas por artistas franceses, e do lado de lá da fronteira de França. Objetivo: Representar a ligação da cidade ao rio, à indústria e à natureza.

local cultural para discussões e encontros, ele provocou uma grande mudança nessa região da cidade, estimulando o surgimento de ateliês de artistas e coletivos, ao mesmo tempo em que preservou a população original. Esse bairro, antes negligenciado, voltou a ocupar o coração da cidade. O desafio é manter a diversidade social, a vida local, definir um percentual de residências sociais e manter as áreas privadas sob controle. A “*Nefs Dubigeon*” (Naves Dubigeon) é um local de invenção criativa; é aqui que o elefante mora e onde são expostas as “*Machines de l’Ile*” (Máquinas da Ilha). Esse projeto de esculturas vivas, que se move pelo espaço urbano, tornou-se um símbolo da identidade da cidade;

- Garantir um palco artístico e criativo, reconhecido nacional e internacionalmente – promover projetos internacionais para artistas residentes. Nantes foi a primeira cidade francesa a assinar um acordo de parceria com o Ministério das Relações Exteriores, para apoiar o intercâmbio entre cidades e projetos entre artistas criativos de Nantes em todo o mundo.

Desde 2005 Nantes tem sido o piloto de um grupo de trabalho com as cidades de Aix-la-Chapelle, Utrecht, Eindhoven e Angers, Rennes Métropole e CIDA, uma agência de desenvolvimento das indústrias criativas, em Yorkshire. Hoje, o grupo também abarca as cidades de Stuttgart, Cardiff e Dublin e a Universidade de Birmingham, em torno da ECCE (Economic Clusters of Cultural Enterprises), projeto fundado pela Europa. As trocas de experiências são especialmente interessantes entre essas cidades europeias, quando se trata de promover a criação de pequenas e médias empresas do setor criativo em nossas principais cidades de tamanho médio, estimulando o desenvolvimento, as sinergias e a união entre elas e em nível europeu.

Estes encontros respaldaram a posição da cidade em relação ao eco *design*, à criatividade, aos estilos de vida e à mediação. Eles ajudaram a desenhar um projeto para a “*Ile de Nantes*” (Ilha de Nantes, de 350 hectares), envolvendo planejamento urbano, educação e economia e abrangendo temas como a sociedade do conhecimento e a invenção criativa.

Começamos, assim, na nova Nantes, um aglomerado de edifícios novos que resulta da requalificação do plano urbanístico da Île de Nantes. A primeira peça que pertence ao museu ao ar livre é a “*Péage sauvage*”, que se tornou o ponto de encontro de famílias e amigos no verão. Em direção à foz do Loire, encontramos “*L’Absence*”, uma escultura em tons de azul, que acolhe um café, instalada à porta da Faculdade de

Arquitetura. À semelhança das outras grandes escolas, como a de *design*, de artes plásticas e performativas, a Faculdade de Arquitetura faz parte do Quarteirão da Criação.

Deste quarteirão da *Île de Nantes* fazem ainda parte o Palácio da Justiça, a *La Fabrique*, erguida sobre um *bunker* da II Grande Guerra e onde existem 16 estúdios de gravação para músicos, entre outros espaços destinados a profissionais das artes e rubricados por artistas de rua. Dentro deste Quarteirão da Criação salientamos ainda o *Jardin des Expéditions*, um espaço público repleto de árvores provenientes dos quatro cantos do mundo, inspirado nas viagens feitas no tempo das expedições pelo mundo e instalado no interior de uma antiga fábrica, da qual sobrevive apenas o esqueleto, e o *Hangar à Bananes*, na ponta mais oriental da ilha, um antigo hangar onde eram armazenadas as bananas provenientes das colónias ultramarinas de França de então e onde, hoje, fica a *HAB Galerie*, um espaço ligado às artes.

“*Quem nasce em Nantes gosta de todos*”. Esta frase do escritor Louis Aragon encaixa no sentimento de que “*quando Nantes recebe artistas criativos, tem de ser capazes de integrá-los num processo dinâmico e coletivo, num terreno fértil para iniciativas. É vital que o ator que trabalha com um projeto curto tenha o sentimento de pertencer e compartilhar um território, uma sensibilidade*”, afirma Jean-Louis Bonnin¹⁶⁶.

Nestas circunstâncias, que estão ligadas à evolução do ciclo de vida de uma cidade, podemos observar a tentação de concentrar poder na administração, o risco da prevalência da tecnocracia sobre a política, uma organização hierárquica que deixa pouco espaço para a inteligência coletiva e para a expressão de pontos de vista divergentes e pouco convencionais. O risco da institucionalização e do corporativismo também é palpável.

Hoje, não é suficiente estar em contato, unir e apoiar as novas gerações; também é preciso garantir que os poderes (públicos/privados) sejam transferidos para novos agentes, capazes de desencadear um novo ciclo de desenvolvimento e utopias.

Em qualquer cidade criativa, é essencial ter pessoas que questionam o modo como as coisas normalmente são criadas e compartilhadas, que fazem conexões entre relações, que possibilitam unir desejos e iniciativas e que promovem sinergias entre setores da cidade que normalmente estão separados. A cidade apoia vários desses

¹⁶⁶ Conselheiro Cultural do Maire de Nantes e do Departamento Cultural da Cidade de Nantes.

projetos, que chegam à população e a estimulam a ir a espaços públicos e às ruas, por meio de eventos culturais gratuitos. As ideias propostas têm tanta força e envolvem tantos habitantes, que desenvolvem de fato a utopia de que a cidade é possível.

Nantes

... *le voyage* à linha verde

O aumento do número de zonas verdes, a utilização dos transportes públicos e um plano de ação ambicioso de redução das emissões de CO₂ valeram a Nantes, em França, o título de Capital Verde da Europa 2013, que estava até agora nas mãos da cidade espanhola de Vitoria-Gasteiz. Além de cumprir os doze critérios ambientais examinados, Nantes distingue-se pelas suas políticas públicas inovadoras e participativas.

“Dou os meus parabéns à cidade de Nantes, na hora em que recebe o título de Cidade Verde da Europa 2013, título que encerra uma grande responsabilidade. O prémio reconhece uma atuação ambiental exemplar, incluindo no domínio dos contributos locais para transportes, para zonas urbanas verdes, utilização da terra e consumos de água sustentáveis, e a luta contra as alterações climáticas”, foram as palavras proferidas pelo comissário europeu para o Ambiente, Janez Potočnik, durante a cerimónia de atribuição do título.

Em Nantes, ninguém vive a mais de 300 metros de uma zona verde, há 57 m² de espaço verde por pessoa e 100 000 árvores na cidade, e 15 por cento dos residentes utiliza diariamente os transportes públicos. A cidade conta com um plano de ação climática ambicioso de redução das emissões de CO₂ em 30 % *per capita* até 2020, relativamente a 2003. Além disso, 60 por cento da superfície de Nantes é agrícola ou zona verde. No total, possui quatro zonas Natura 2000¹⁶⁷ e 33 zonas naturais de interesse do ponto de vista da flora, da fauna ou ecológico.

O Projeto Estuário, que deu início em 2007, além de ter convidado dezenas de artistas (38, até 2012) para criarem instalações ao longo dos 60 km que ligam as cidades

¹⁶⁷ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>

de Nantes e Saint-Naz re, no estuário de Loire, tem também como objetivo a revitaliza o e manuten o da biodiversidade e paisagem natural do estuário.

Nantes programou igualmente um extenso calendário de acontecimentos para dar a conhecer as suas experiências e celebrar os feitos da cidade já no próximo ano. O calendário inclui o 5.º Fórum Mundial sobre Direitos Humanos, intitulado “*Desenvolvimento Sustentável/Direitos Humanos: Combate comum?*” (Maio de 2013), a 10.ª Conferência das Cidades Ecológicas (Setembro de 2013) e a 3.ª Reunião mundial das cidades signatárias do Pacto do México no âmbito do movimento Construtores de Cidades Ecológicas. Recorde-se que o prémio “*Capital Verde da Europa*”   atribuído   cidade que se destacar pela forma como integra o respeito do ambiente na vida urbana.

Nantes foi a primeira cidade de França a reintroduzir os elétricos, que substituem autocarros movidos a *diesel*. Até 2015, os administradores querem chegar a 100% do transporte público adaptado para pessoas com deficiência física. Desde 2001, a cidade conseguiu reduzir o uso de automóveis por uma só pessoa, enquanto que a bicicleta, a caminhada e a boleia solidária ganharam espaço entre os meios de desloca o.

A autarquia de Nantes pretende transformar 350 hectares na zona da Ilha de Nantes, hoje considerados fósseis industriais abandonados, num bairro verde para 20 mil habitantes. A ideia   erguer um bairro com diversos usos e classes sociais. Estão previstos espaços culturais, um distrito artístico, áreas para demonstra o de tecnologias verdes inovadoras, novos elétricos e autocarros, novos trilhos de ciclovias, tudo combinado para estimular os moradores não só   intera o com meio e ao convívio, mas   utiliza o de transportes públicos, ao uso da bicicleta e a andar a p . Outra curiosidade será a estratégia para garantir a diversidade cultural: 25% das novas residências ter o preços subsidiados, e outros 25% serão vendidas a preços se não subsidiados, moderados. O restante será vendido pelo preço de mercado. A *Ile de Nantes* também contará com instala oes para compostagem (técnica de transforma o dos resíduos orgânicos em adubo para plantas), um sistema moderno de gestão das águas e uma esta o solar geradora de energia elétrica.

O projeto apresentado   Comissão Europeia tem ainda uma característica pouco comum: a intensa participa o da popula o na elabora o do plano para a cidade. Cada residência recebeu um questionário com perguntas relacionadas com os sonhos, as preocupa oes, as visões e as d vidas dos cidadãos. Um total de 12 mil pessoas deram o seu parecer.

Conclusão

O presente estudo exploratório procurou abordar o futuro das cidades, os seus desafios e responsabilidades na garantia das condições necessárias para que seja possível proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

No entanto, e após a conclusão deste trabalho, conclui-se que o objeto de estudo é demasiado complexo e multidisciplinarmente abrangente para que possa ser limitado aos elementos expostos neste estudo, assumindo que apenas se debateu a “ponta do iceberg”. Porém, assume-se que os objetivos pretendidos foram alcançados, tendo sido demonstrada, claramente, a urgência de um pensamento verde, a consciência difundida globalmente entre os líderes mundiais e as organizações responsáveis pela implementação e promoção de iniciativas que pautam por um desenvolvimento sustentável.

Atribui-se às cidades o protagonismo na mudança do cenário atual, defendendo que através da consecução de rótulos, como o de Cidade Verde e de Cidade Criativa, as cidades se capacitaram de ferramentas que as tornaram mais sustentáveis, mais viáveis e mais equitativas, fortalecendo e preservando, paralelamente, a sua identidade e os seus costumes.

Quanto às intenções iniciais, relativas à pesquisa de campo, e aos casos realmente expostos, podemos assumir que foram “construídos castelos nas nuvens” e que no final as expectativas ficaram muito aquém do que era suporte.

A delonga e falta de prontidão na conclusão dos objetivos pretendidos deve-se, em parte, a uma série de variáveis pessoais que influenciaram diretamente a lista de prioridades, como a abertura do negócio próprio e consequentes projetos, e o início de vida a dois e todas as componentes a ele alicerçadas, desviando a atenção de um dos objetivos já há muito delineado: a conclusão da dissertação.

Considera-se, que antes do início deste estudo, o interesse no tema “Cidades” era grande, neste momento e depois da elucidação em torno do objeto de estudo e do levantamento de dados e de todas as pesquisas adjacentes, o interesse intensificou-se, tornando todo o processo muito gratificante e educativo.

Referências Bibliográficas

- AAKER, D. *Building strong brands*. Free Press. Nova Iorque. 1996
- AAVV. *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg*. Aalborg. I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. 1994
- AAVV. *Compromissos de Aalborg – AALBORG+10 Inspirando o Futuro*. Aalborg. IV Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. 2004.
- ADAMS, W.M. *Green Development - Environment and sustainability in a developing world*, 3rd edition, Routledge, Nova Iorque, 2009
- AGUIAR, J. *Cor e Cidade Histórica – Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto. Ed. FAUP. 2002
- AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, *Covenant of Mayors – Committed to local sustainable energy*, Pacto dos Autarcas, financiado por AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve
- ASHWORTH, GJ. *From History to Heritage – From History to Identity, in Building a new heritage, tourism, culture and identity in the new europe*, Gregory J. Ashworth e P. J. Larkham (coord.), Routledg, London. 1994
- AUGÉ, M. *Le temps en ruines*, Paris, Galilée. 2003
- AUGÉ, M. *Não Lugares*. Lisboa. 90 Graus editora. 2005
- AUGÉ, M. *Para que vivemos?*. Lisboa. 90 Graus editora. 2006
- BECELLI, C. POLIDORO, M. BARROS, M. LOLLO, J.A.. *Reflexões Teórico-Conceituais do Sprawling Urbano: Notas para um Debate, Projetos de Pesquisa “Impactos Ambientais Urbanos em Áreas de Expansão: Desafios ao Planeamento Metropolitano”*. 2009
- BENEVOLO, L. *La Città Nella Storia D’Europa* (versão consultada A Cidade na História da Europa. Lisboa; Editorial Presença, 1995). 1993
- BENEVOLO, L. *La Città e l’Architetto* (versão consultada A Cidade e o Arquitecto. Lisboa; Edições 70, 2006). 1998
- BIANCHINI, F.; GHILARDI, L. *Thinking culturally about place*. Place Branding and Public Diplomacy. Vol. 3. 2007
- BOTELHO, J. R. *As Novas Cidades Inglesas*. Binário. 1959
- BP. *Statistical Review of World Energy*, 63ª edição, Reino Unido, Junho. 2014
- BRAGA, T.. *Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras*. EURE. Santiago. 2006
- BRUNDTLAND, G.H.. *Our common future (“The brundtland report”)*. World Commission on Environment and Development. United Nations. 1987

BURCHELL, R. et al. *Sprawl costs: economics impacts of unchecked development*. Washington, Island Press. 2009

BURSZTYN, M. et al. *Ciência, ética e sustentabilidade*. 2ª ed. Cortez editora; Edições UNESCO Brasil. Brasil. 2001

CAI, L. A. *Cooperative branding for rural destination*. Annals of Tourism Research, Vol. 29, Nº3. 2002

CARTA, M., *Creative City, Dynamics, Innovations, Actions*, LISt, Barcelona. 2007

CHOAY, F. *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris, Editions du Seuil. 1965

CHOAY, F. *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000

CNUAD. *Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento* (versão portuguesa). Lisboa. IPAMB. 1992

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Common Actions for Growth and Employment: The Community Lisbon Programme*. Bruxelas. 20 de julho de 2005

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano*. Bruxelas. 2006

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*, Bruxelas, 15 de maio de 2001

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*. Bruxelas. 11 de fevereiro de 2004

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Projecto de Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Resultados da análise da estratégia comunitária para a redução das emissões de CO2 dos veículos de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros*. Bruxelas. 2007

COMISSÃO EUROPEIA, *Desafios e políticas no domínio da energia, Contribuição da Comissão para o Conselho Europeu* de 22 de maio de 2013

COMISSÃO EUROPEIA, *Desenvolvimento Urbano Sustentável Integrado – Política de Coesão 2014-2020*. Outubro. 2011

COMISSÃO EUROPEIA. *Eficiência na utilização dos recursos: um imperativo comercial*, Abril. 2011

COMISSÃO EUROPEIA. *Será a sua Cidade a Capital Verde da Europa em 2018?*, Serviço de Publicações, 2014

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA MODERNA (CIAM). *Carta de Atenas*. Atenas. 1933

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Estratégia renovada de desenvolvimento sustentável da EU*. Bruxelas. 2006

- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Reapreciação da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) – Nova estratégia*, Bruxelas. 26 de junho de 2006
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (CEU). *A Nova Carta de Atenas 2003: A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI*. 2003
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (CEU). *Carta de Estocolmo, 6 Novembro 2003: A carta de urbanismo europeu*. 2003
- COSTA P. et al., *Modelos de Governança de “Cidades Criativas”*: Uma Abordagem Comparativa - Parte I. OBSCENA Revista de artes performativas, nº. 7, Novembro. 2007
- COUNCIL EUROPEAN ENERGY REGULATORS. *Submission to European Commission on Energy Efficiency Green Paper*. Bruxelas. 2006
- CRUZ, A. PINTO, H.. *A Cidade e o Turismo: O Urbano como Produto Turístico*. X Seminário hispano-luso de Economia Empresarial. Huelva. 2008
- DCMS - United Kingdom’s Department of Culture, Media, and Sport, *A New Cultural Framework*, HMSO, London. 1998
- DCMS - United Kingdom’s Department of Culture, Media, and Sport, *Creative Industries Mapping Document*, HMSO, London. 2001
- DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU). *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos* (Colecção informação, 6). Lisboa. 2002
- DIRECTORATE OF ENVIRONMENT AND LOCAL AUTHORITIES OF COUNCIL OF EUROPE, *The size of municipalities, efficiency and citizen participation*, Strasbourg, Council of Europe. 1998
- DUFFY, H. *Competitive cities: succeeding in the global economy*. Spon. London. 1995
- ECD-GA (European Commission Directorate-General Agriculture), *A competitividade territorial - Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER - Fascículo 1*, “Inovação em Meio Rural” Caderno nº 6, Observatório Europeu LEADER, Dezembro. 1999
- FARRELL G. et al. *A competitividade territorial -Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*. Inovação em Meio Rural Caderno nº 6, fascículo 1 Observatório Europeu LEADER, Dezembro. 1999
- FERNANDES, J.. *Cidades dentro de Cidades – O Projeto Urbano na Revitalização da Cidade Contemporânea*. Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2009
- FERREIRA, F. *Salvador e Austin enquanto cidades criativas: planos estratégicos e os fatores tecnologia, talento e tolerância*. 2007
- FISHMAN, R.. *Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Loyd Wright, and Le Corbusier*. Cambridge: The MIT Press. Cambridge. 1999

- FLORIAN, B. *“The city as a brand: Orchestrating a unique experience”*, in hauben, T., Vermeulen M. and Patteuw, V. (ed), *City Branding: Image Building and Building Images*, NAI Uitgevers, Rotterdam, The Netherlands. 2002
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class*, Washington Monthly, Washington, 2002
- FORTUNA, C. *Culturas Urbanas e Espaços Públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63. Coimbra. 122-148 Outubro de 2002
- FOSTER, J. *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda*. 1997
- FRAGALLE, N.et al. *Da Indústria à Cidade Criativa: O Porto Maravilha, Trabalho apresentado no GT4 – Políticas culturais e economia política da cultura*, IV Encontro Nacional da ULEPICC-Br, 2012
- FREITAS, A. P. *Equipamento Urbano*. In Colóquio de urbanismo, Funchal, Janeiro 1969: palestras e conclusões das mesas redondas. Funchal, Câmara Municipal do Funchal. 1969
- GARCIA C. BERNARDI J., *As Funções Sociais da Cidade*, UniBrasil - Faculdades Integradas do Brasil, Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, Brasil, Vol. 4, 2008
- GARNHAM, N. *From cultural to creative industries: an analysis of the implications of the “creative approach” to arts and media policy making in the United Kingdom*. International journal of cultural policy, 2005
- GARNHAM, N., *A personal intellectual memoir*, Media, Culture & Society, 2005
- GARNIER, Tony, *Une cité Industrielle*, Philippe Sers Editeur, Paris, 1988
- GARZILLO, C. KUHN, S. *The Aalborg Commitments Implementation Guide – A 5-Step Approach*, Frankfurt, ICLEI. 2007
- GIEDION, S. *Espaço, tempo e arquitectura*. São paulo, Martins Fontes. 2004
- GILMORE, F. *A Country – Can it be repositioned? Spain – The success story of country branding*, Journal of Brand Management. Vol. 9: 281-293. 2002
- GOMILA, M., *La Agenda 21 Local en Europa: Un Análisis Comparad*, in Font, Nuria & Joan Subirats (Eds.) *Local Y Sostenible – La Agenda 21 Local en España*, Barcelona, Icaria Editorial, 2000
- GONÇALVES, JM. *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Universidade Lusíada Editora. Lisboa. 2006
- Good City Form (versão consultada A Boa Forma da Cidade. Lisboa; Edições 70, 2007)
- GRACQ, Julien, *La Forme d'une ville*, José Corti, 1985
- GRANT, J. *Planning the good community: new urbanism in theory and practice*. London, Routledge. 2006
- GUERREIRO, MM. *O papel da Cultura na Gestão da Marca das Cidades*, 2008
- HALL, E.T. *The Hidden Dimension* (versão consultada A Dimensão Oculta. Lisboa; Relógio d'Água 1986). 1966

HALL, P. *Good Cities, Better Lives: How Europe Discovered the Lost Art of Urbanism*. London: Routledge. 2013

HALL, P. *Cities in Civilization*. Pantheon. 1998

HANKINSON, G. *Location Branding – a study of the branding practices of 12 English Cities*. Journal of Brand Management. Vol. 9, Nº 2. 2001

HORNSKOV, SB. *On the management of authenticity: Culture in the place branding of Oresund*. Place Branding and Public Diplomacy, Vol. 3, Nº 4. 2007

HOWARD, E.. *Cidades-Jardins de Amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. Introdução: Dácio Araújo Benedito Ottoni. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996

HOWKINS, J. *The Creative Economy – how people make money from ideas*. Londres. Penguin Books. 2002

IBDR - International Bank for Reconstruction and Development, *Desenvolvimento e Redução da Pobreza: Reflexão e Perspetiva Preparado para as Reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional*, Communications Development Incorporated, Washington, D.C., Outubro, 2004

IISD – Internacional Institute for Sustainable Development, *Sustainable Development Timeline*, Manitoba, Canada, 2010

IISD – Internacional Institute for Sustainable Development, *Sustainable Development Timeline*, Manitoba, Canada, 2012

IISD - International Institute for Sustainable Development, *Earth Negotiations Bulletin - A Reporting Service for Environment and Development Negotiations - COP17, Climate Change Policy & Practice supported by the Swiss Agency for Development and Cooperation, Global Program Climate Change*, December, 2011

INTELI, *Creative Clusters and the Creative Place: State of the Art at EU level*, 2009

IPCC – Internacional Panel on Climate Change, *IPCC Report: A changing climate creates pervasive risks but opportunities exist for effective responses*, IPCC press release, March, 2014

IRWIN, E. G., BOCKSTAEL, N.E.. *Managing Urban Sprawl: The Effects of Land Use Externalities*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2002

IWR - German renewable energy institute, *Climate protection just a lot of hot air – Global CO2 emissions at record levels*, Muenster, August 10, 2009

JENSEN, R. *The Dream Economy – how the coming shift from information to imagination will transform your business*. Nova Iorque. McGraw-Hill. 1999

JOACHIMSTHALER, E; AAKER D. *Building brands without mass media*. Harvard Business Review, Jan.-Fev.: 39-50. 1997

- JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Diretiva 2002/91/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao desempenho energético dos edifícios*. Dezembro. 2012
- JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Regulamento (CE) n° 1763/2004 do Conselho*. Outubro. 2004
- KATO, C. A. *Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia*. Dissertação de mestrado. Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.
- KAVARATZIS, M. e ASHWOTH G. *City branding: an effective assertion of identity or a transitory marketing trick?* Economische en Sociale Geografie, Royal Dutch Geographical Society. 2005
- KAVARATZIS, M.; ASHWOTH G. *Partners in coffeeshops, canals and commerce: Marketing the city of Amsterdam*. Cities, Vol. 24. 2007
- KELLER, KL. *Strategic brand management: building, measuring and managing brand equity*. Upper Saddle River, Prentice Hall. New Jersey. 1998
- KRIER, L. *Arquitetura: escolha ou fatalidade*. Lisboa, Estar. 1999
- KILLINGBECK, AJ.; TRUEMAN MM. *Redrawing the perceptual map of a city*. Working paper n° 02/08, Bradford University School of Management , Bradford. 2002
- KOOLHAAS, R.. *Generic City*, The Monacelli Press, Inc. New York, 1995
- KOTLER, P. et al. *Marketing Places Europe*, Pearson Education Ltd., London. 1999
- KOTLER, P. *Where is place branding heading?*, Place Branding, Vol.1, 1, 12-35. 2004
- LAFFERTY, W. *Sustainable Communities in Europe*. Londres, Earthscan Publications. 2001
- LANDRY, C. and HYAMS, J., *The Creative City Index: measuring the pulse of the city*, Comedia, London, 2012
- LANDRY, C. *Lineages of the Creative City*. Stroud. Comedia. 2005
- LANDRY, C. *The art of city making*. Earthscan, London. 2006
- LANDRY, C. *The Creative City: a toolkit for urban innovators*. 2ª Ed. Londres: Earthscan, 2008
- LANDRY, C., *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. Earthscan, London, 2000
- LIMONAD, E. *Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana*. Revista Formação, n°14 volume 1, 2006
- LOURENÇO, A. C. *Olivais e Telheiras: marcos do movimento moderno na expansão planeada de Lisboa*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1998
- MACEDO, A. C. *A carta do novo urbanismo norte-americano*. Revista Integração. 2007
- MARINHO, H. *Cidades criativas, Turismo e Revitalização Urbana*. Economia da Cultura – Ideias e Vivências. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais. 2009

- MARTINE, G.. *O lugar do espaço na equação população/meio ambiente*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo. 2007
- MATEUS, A. et al. *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*. Lisboa. Augusto Mateus & Associados - Ministério da Cultura. 2010
- MERLIN, P. *Les villes nouvelles: urbanisme régional et aménagement*. Paris, Presses Universitaires de France. 1969
- MERLIN, P. *Les villes nouvelles françaises*. Paris, La Documentation Française. 1976
- MORGAN, N. e PRITCHARD, A. *Contextualizing destination branding*” in Morgan, N., A. Pritchard e R. Pride (Eds.), *Destination Branding: creating the Unique Destination Proposition*, Butterworth-Heinemann, Oxford: 10-41. 2002
- MORRIS, D. E. *It's a sprawl world after all: the human cost of unplanned growth – and visions of a better future*. Canadá. New Society Publishers. 2005
- NÉVOA, P.. *Equipamentos colectivos e (re)estruturação do espaço urbano: aplicação a três bairros de Lisboa*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 2012
- NORBERG-SCHULZ, C. - *Luogo e identità em Centro Storico, Restauro o Progetto, La Casa Usher*, Fondazione Michelucci, Florença. 1987
- NORBERG-SCHULZ, C. *Genius loci: paesaggio, ambiente, architettura*. Electa. 1979
- OECD AND CHINA DEVELOPMENT RESEARCH FOUNDATION. *China in the 2010s Rebalancing Growth and Strengthening Social Safety Nets*. Beijing. 2010
- OJIMA, R. *Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planeamento regional e ambiental*. GEOgraphia, Vol. 10, No 19. Rio de Janeiro: UFF. 2008
- OLIVEIRA FILHO, E. *Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas*. Salvador, Ver.Teor.Pol,soc. 2004
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS *Human Development Report*. United Nations Development Programme (UNDP). Oxford University Press. New York.1990
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, UNCTAD. *Creative Economy Report 2008 – Creative Economy: A Feasible Development Option*. United Nations. Genebra. 2008
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, UNCTAD. *Creative Economy Report 2010 – Creative Economy: A Feasible Development Option*. United Nations. Genebra. 2010
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2010*, versão portuguesa coordenada pelo IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Agosto 2010
- PARLAMENTO EUROPEU. *Ganhar a batalha contra as alterações climáticas globais*. Bruxelas. 2005
- PATTON, M. *Qualitative evaluation and research methods*. Beverly Hills, Sage. 1990

- PAULA, T. *O ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, SciELO Brasil. 2008
- PAWLOWSKI, C. K., *Tony Garnier: pionnier de l'urbanisme du XXème siècle*. Lyon, Les Créations du Pélican. 1993
- PEIXOTO, P. *O Património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*, Oficina do Centro de Estudos Sociais, nº 154. Faculdade de Economia, Coimbra. 2000
- PEVSNER, N. *Pioneiros do Desenho Moderno*. São Paulo, Martins Fontes. 2002
- PLACE BRANDING. *Literature Review Place Branding: Overview of an emerging literature*. Place Branding, Vol.1. 2004
- POLIDORO, M.. *Sprawling Urbano em Londrina: Desafio ao Planejamento Urbano*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010
- PORTAS, N. *A cidade como arquitectura*. Livros Horizonte. Lisboa. 2007
- PORTAS, N. DOMINGUES, A. CABRAK, J.. *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2003
- PORTER, ME. *The Competitive Advantage of Nations*. Free Press. New York. 1990
- PORTO EDITORA. *Dicionário de Língua Portuguesa*. 2011
- PORTO, H., *La Cultura en las Ciudades. Un Quehacer Cívico-Social*, Editorial Graó, Barcelona. 2006
- REINCHARDT C. e COOK T. *Evaluation Research Society*. Sage Publications. 1979
- REIS, AC. *Cidades Criativas – Buriando um conceito em formação*. Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte. São Paulo: v.4, n.1. Abril. 2011
- REIS, AC. *Cidades Criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.
- REIS, AC; KAGEYAMA, P. *Cidades Criativas – Perspectivas*. 2ª ed. IV Encontro. Nacional da Ulepicc-Brasil – Rio de Janeiro. 2012
- REIS, A. *Introduction. Creative City Perspectives*. São Paulo: Garimpo Soluções & Creative Cities Productions. 2009
- REIS, A. *Cidades Criativas, Turismo Cultural e Regeneração Urbana*. Economia da Cultura - Ideias e Vivências. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais. 2009
- RELPH, E. *The modern urban landscape*, Croom Helm, London, 1987
- Revista 'Binário nº63', Agosto, 1958
- RIBEIRO, António Pinto - *Abrigos: condições das cidades e energia da cultura*, Lisboa, Cotovia, 2004
- RIBEIRO, António Pinto – *Abrigos: condições das cidades e energia da cultura*, Lisboa, Cotovia, 2004
- RIBEIRO, AP, *Abrigos: condições das cidades e energia da cultura*, Lisboa, Cotovia, 2004
- ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001

- SÁ, T. *Cidade Contemporânea e os não- lugares*, Faculdade de Arquitetura da UTL. Lisboa. 2012
- SANTOS, J. *As Cidades Criativas como modelo dinamizador do destino turístico*. Instituto Politécnico de Tomar. Tomar. 2012
- SATTERHWAITE, D.. *Climate Change and Urbanization: Effects and Implications for Urban Governance*. UNDESA. New York. 2008
- SCHMIDT, L., NAVE, J. & GUERRA, J. *Local Agenda 21 and Citizenship: The Portuguese Case within European Context*, 11^a Annual International Sustainable Development Research Conference, Helsínquia, June. 2004
- SECCHI, B. *Prima lezione di urbanística*. Editori Laterza. Roma. 2004
- SELADA, C. e CUNHA, I. *Criatividade em Áreas de Baixa Densidade: O Caso da vila de Óbidos*. INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação. 2010
- SERDOURA, F. SILVA, F.. *Espaço Público. Lugar de Vida Urbana*, Engenharia Civil. 2006
- SHAW, R. *As Cidades Novas da Grã-Bretanha*. In Colóquio sobre urbanismo: 8-21 de Março de 1961. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. 1961
- SILVA, M. *O espaço público na relação com equipamentos culturais*. Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2012
- SOARES, I., *Programa Energia Inteligente Europa (Participação Nacional)*, Direcção Geral de Energia e Geologia, Porto, Fevereiro, 2014
- SOHSH - Statistical Office for Hamburg and Schleswig-Holstein, *Facts and Figures*, Hamburgo, Janeiro, 2013
- SOUTHEY, S. *Accelerating Sustainability: from agenda to action*. Local Environment, 2001
- STEINBECK, J.. *A Pérola*. 1947. Livros do Brasil. Lisboa. 2011
- TÁVORA, F. *Da organização do espaço*. Faup Publicações. Porto. 1999
- TEIXEIRA, J. ALMEIDA, L. SIMÕES, R.. *Lisboa: uma cidade criativa?* Trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado Gestão do Território da Faculdade Ciências Sociais e Humanas. 2008
- TAVEIRA, T. *Discurso da cidade*. Lisboa. 1973
- TOMINAGA, L., SANTORO, J., AMARAL, R., *Desastres Naturais: conhecer para prevenir*, Instituto Geológico, São Paulo. 2009
- UNCTAD, *Creative Economy Report 2010*, 2010
- UNCTAD, UNDP, *Creative Economy Report 2010 - Creative Economy: A Feasible Development Option*, Dezembro, 2010
- UNDP - United Nations Development Programme, *Human Development Report 1990*, Oxford University Press, New York, 1990

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, Paris, France, 2009

UNITED NATIONS, *Fatos sobre Oceanos*, Rio de Janeiro, 2012

VALENTE PEREIRA, L. *Os equipamentos colectivos e a transformação urbano-rural*. Lisboa, M.H.O.P.T, LNEC. 1983

YEOMAN, I. et al. *Capturing the essence of a brand from its history: the case of Scottish tourism marketing*. Brand Management, Vol. 13, Nº 2: 134-147. 2005

ZOZZOLI, J. C. J.. *Marca e comunicação ambiental*. Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal/RN, 2008

Fontes computadorizadas

www.bp.com	www.pnas.org	www.oecd.org
www.fundacionbariloche.org	http://ec.europa.eu	http://eur-lex.europa.eu
www.iisd.ca	www.worldsummit2002.org	www.un.org
www.ipcc.ch	www.wmo.ch	http://addict.pt/cluster/
www.iso.org	www.unfpa.org	http://www.apambiente.pt
www.iucn.org	www.unep.org	http://wm2006.deutschland.de
www.iwrpressdienst.de	http://unfccc.int	http://en.nantes-tourisme.com
http://www.bbc.co.uk	http://science.nasa.gov	http://www.hamburg-travel.com
http://creativeclusters.com/	http://www.cidadessustentaveis.org.br	http://www.hafencity.com
http://www.citylab.com	http://www.eea.europa.eu	http://www.sustainablecities.eu
http://www.rio20.gov.br	http://www.pactodeautarcas.eu	http://www.conexaocultural.org
http://www.levoyageanantes.fr	http://www.iledenantes.com/en	http://www.lielieuunique.com
http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-	http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-	

cities-network/	milenio-actualidade	
	http://www.goethe.de	http://www.publico.pt/
http://www.dn.pt	http://www.dw.com	http://www.germany.travel
http://pt.euronews.com	http://transicoesurbanas.stress.fm	http://www.estuaire.info/en/
http://marcosmucheroni.pro.br/blog/?p=10328#.VYoatflViko	http://postdigital.es	http://www.cfr.org
http://geografia.paginas.sapo.pt/Rede_Urbana/conceitos.htm#Centrourbano	http://greensavers.sapo.pt	http://www.brasil.diplo.de
http://br.rendezvousenfrance.com	http://fugas.publico.pt/	http://diariodigital.sapo.pt
http://www.alemanhaporquenaocom	http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com	http://upmagazine-tap.com

Apêndices

Apêndice 1

Apresentação *Green Element Project*



APRESENTAÇÃO DO PROJECTO



A BEHUMAN ASSOCIATION INTERESSOU-SE DESDE CEDO NO DESENVOLVIMENTO DA INICIATIVA "PRÉMIO CAPITAL VERDE DA EUROPA" REALIZADA PELA COMISSÃO EUROPEIA.

O GREENELEMENT PROJECT NASCEU PARA ACOMPANHAR ESTA INICIATIVA, DESENVOLVENDO EM PARCERIA COM AS AUTARQUIAS EUROPEIAS SOLUÇÕES VERDES PARA AMENIZAR AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS NOS GRANDES CENTROS URBANOS, DEVIDO AO EXPONENCIAL CRESCIMENTO DOS SEUS RESIDENTES.

NESTE CONTEXTO, CONSIDEROU-SE PERTINENTE A INTERVENÇÃO EM PARCERIA COM AS AUTARQUIAS EUROPEIAS INTERCEDENDO PELOS SEUS CIDADÃOS, CRIANDO E RECRIANDO BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS COM O INTUITO DE ACRESCENTAR VALOR, NÃO SÓ ÀS CIDADES, MAS PRINCIPALMENTE ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS CIDADÃOS.



APRESENTAÇÃO DO PRÉMIO



AS ÁREAS URBANAS ESTÃO NA ORIGEM DE MUITOS DOS DESSAFIOS AMBIENTAIS ATUAIS, O QUE NÃO SURPREENDE, JÁ QUE TRÊS EM CADA QUATRO EUROPEUS VIVEM EM VILAS E CIDADES.

OS GOVERNOS E AS AUTORIDADES LOCAIS PODEM CONTRIBUIR COM O EMPENHO E A INOVAÇÃO NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAR E RESOLVER MUITOS DESSES PROBLEMAS.

EM 2008, A COMISSÃO EUROPEIA DÁ INÍCIO À INICIATIVA PRÉMIO CAPITAL VERDE DA EUROPA:

- PLATAFORMA PARA A PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS, IDEIAS E ATIVIDADES ENTRE CIDADES;
- INCENTIVA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL PARA ASSEGURAR QUE OS CIDADÃOS DE HOJE E DE AMANHÃ POSSAM DESFRUTAR DE UMA BOA QUALIDADE DE VIDA E DE UM AMBIENTE SAUDÁVEL;



APRESENTAÇÃO DO PRÉMIO



O OBJETIVO DA INICIATIVA É RECONHECER OS ESFORÇOS LOCAIS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE, A ECONOMIA E A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES.

OS INDICADORES PRÉ-ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO EUROPEIA AOS QUAIS AS CIDADES CANDIDATAS TÊM DE CORRESPONDER ESTÃO DIVIDIDOS EM 12 ÁREAS DE AÇÃO CHAVE:

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS; MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO;	QUALIDADE DO AMBIENTE ACÚSTICO; PRODUÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS;
TRANSPORTES LOCAIS;	GESTÃO DA ÁGUA;
ZONAS VERDES URBANAS, INTEGRADAS NO ORDENAMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO;	TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS;
NATUREZA E BIODIVERSIDADE;	INOVAÇÃO ECOLÓGICA E EMPREGO SUSTENTÁVEL;
QUALIDADE DO AR AMBIENTE;	DESEMPENHO ENERGÉTICO; GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.



COMO IRÁ FUNCIONAR

1ª FASE: O QUE ANDA A SER FEITO EM PORTUGAL?

LEVANTAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS EM PORTUGAL E SEUS IMPACTOS;
PESQUISA DE CAMPO ÀS CIDADES PORTUGUESAS QUE PREENCHAM O MAIOR NÚMERO DE INDICADORES NECESSÁRIO À CANDIDATURA AO PRÉMIO (3 MESES DE VIAGEM);
PESQUISA DE CAMPO A ALGUNS MODELOS DE ALDEIAS ECOLÓGICAS E COMUNIDADES EXISTENTES EM PORTUGAL;
DIVULGAÇÃO DO PROJETO À ESCALA NACIONAL;



**PORTUGAL
ROAD
TRIP**

SERÁ REALIZADA UMA VIAGEM POR PORTUGAL DURANTE CERCA DE 3 MESES, ONDE SERÃO PERCORRIDOS CERCA DE 3000KM, COM O INTUITO DE DIVULGAR O PROJETO GREEN ELEMENT PROJECT E DAR INÍCIO À RECOLHA DE DADOS A NÍVEL NACIONAL.

A DEFINIÇÃO DO TRAJETO FOI BASEADA NUM DOS CRITÉRIOS OBRIGATORIOS À CANDIDATURA AO PRÉMIO (+ DE 100000 HABITANTES) ALÉM DA SELEÇÃO DE INÚMERAS ECO-ALDEIAS E COMUNIDADES ESPALHADAS POR PORTUGAL ÀS QUAIS É PERTINENTE A VISITA.

green PROJECT
POWERED BY BEHUMAN ASSOCIATION

**COMO
IRÁ
FUNCIONAR**

2ª FASE: QUAIS SÃO AS CAPITALS VERDES?

LEVANTAMENTO DOS INDICADORES AOS QUAIS AS ATUAIS CAPITALS VERDES CORRESPONDERAM;
QUAIS OS MÉTODOS DE IMPLEMENTAÇÃO QUE SEGUIRAM;
COMO INCLUÍRAM OS SEUS CIDADÃOS NESTE CENÁRIO DE MUDANÇA;
AVALIAR AS MEDIDAS APLICADAS E O SEU HISTÓRICO ANTES E DEPOIS DA ELEIÇÃO;

green PROJECT
POWERED BY BEHUMAN ASSOCIATION

COMO IRÁ FUNCIONAR

3º FASE: O QUE ANDA A SER FEITO NA EUROPA?

EXPANDIR A ÁREA DE PESQUISA ÀS CIDADES QUE JÁ EFETUARAM FORMALMENTE A SUA CANDIDATURA E ATÉ AQUELAS VISTAS COMO POTENCIAIS CANDIDATAS DEVIDO AO SEU HISTORIAL COMPROVADO NA CONSECUÇÃO DE ELEVADOS PADRÕES AMBIENTAIS

DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE ALDEIAS ECOLÓGICAS E COMUNIDADES, QUE ESPALHADAS PELA EUROPA GANHAM A CADA DIA MAIS ADEPTOS DEVIDO À SUA AUTOSSUFICIÊNCIA E SUA POLÍTICA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS.

A FASE 2 E 3 ESTÃO INSERIDAS NO MESMO TRAJETO AO LONGO DA EUROPA (4 MESES DE VIAGEM).



ORÇAMENTO DO PROJECTO

Preparativos			
Aquisição/Transformação autocaravana	painéis solares/fotovoltaicos...		8000
Gráfica "Criação Livre"	forrar autocaravana a vinil postais/t-shirts/camisolas		2000
Total			10000
Portugal Road Trip			3 meses: Fev/Mar/Abril (89 dias)
Alimentação	20€ dia/pessoa (4 pessoas)		7120
Combustível	Biodiesel (1,31€/litr) / 3000km		303
Total			7513
European Road Trip			4 meses (Maio/Junho/Julho/Agosto 2014)
Alimentação	20€ dia/pessoa (4 pessoas)		9600
Combustível	Biodiesel (1,31€/litr) / 25000km		3275
Total			12875
Custos gerais do Projecto			
Honorários			
Responsável/Investigador	800€ pessoa/ 12 meses		9600
Equipa de Filmagem			
2 técnicos de edição/captação de vídeo	600€ pessoa/ 2 meses		8400
1 técnico de som	600€/ 2 meses		4200
Ajudas de custo			1500
Total			23700
Total custos implementados (2014): 27660			
Orçamento GreenElement Project			56792,4
Data Inicio			Início de Janeiro de 2014
Data fim			Fim de Dezembro de 2014





OBJECTIVOS
TEÓRICO – PRÁTICOS
CURTO E LONGO PRAZO

LEVANTAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS EM PORTUGAL E SEUS IMPACTOS;
LEVANTAMENTO DOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA COMISSÃO EUROPEIA PARA A CANDIDATURA E ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO CAPITAL VERDE DA EUROPA;

CONTACTO COM AS COMUNIDADES (ENTREVISTAS ABERTAS) E COM AS ENTIDADES OFICIAIS INSERIDAS NO CONTEXTO DA INICIATIVA;

REDAÇÃO DA DISSERTAÇÃO "CAPITAIS VERDES", NO ÂMBITO DO Mestrado de Gestão de Indústrias Criativas da Escola da Artes da Universidade Católica do Porto;

DESENVOLVIMENTO DE WEB-EPISÓDIOS AO LONGO DAS ROAD TRIPS E DE UM DOCUMENTÁRIO FINAL ABORDANDO A INICIATIVA PRÉMIO CAPITAL VERDE DA EUROPA;

PARCERIA COM UMA AUTARQUIA PORTUGUESA NO DESENVOLVIMENTO E FORMALIZAÇÃO DA SUA CANDIDATURA AO PRÉMIO;

Apêndice 2

Acordo de Estágio na Câmara Municipal da Maia

ACORDO DE ESTÁGIO SUPLEMENTAR AO CURRÍCULO

Entre,

Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, através da Escola das Artes, abaixo designada por EA, com domicílio na R. Diogo de Botelho, 1327 4169-005 Porto, contribuinte 501082522, representada neste ato pela Professora Doutora Cristina Sá, Coordenadora do Mestrado em Gestão das Indústrias Criativas.

e

Câmara Municipal da Maia, com domicílio em Praça Doutor José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia, representada neste ato por Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda, Vereadora dos Recursos Humanos, abaixo designada por Entidade,

e

Ricardo Couto Moreno Sampaio Cardoso, com BI 13451069, abaixo designado como Estagiário

É celebrado, de mútuo acordo, o presente Acordo de Estágio, nos termos que se seguem:

I

Objetivo

O presente Acordo tem por objetivo permitir ao Estagiário o contacto direto com o mundo organizacional relacionado com a sua formação, podendo vir a ser considerado para efeitos de Suplemento ao Diploma no fim da sua formação. Não pode ser considerado, pelas suas características, como um estágio profissional.

II

Duração e local do estágio

O estágio terá a duração de 20 semanas e 210 horas, a ter início em 24 de abril de 2014 e término em 4 de setembro de 2014, decorrendo nas instalações da Entidade.

III

Plano de estágio

O estágio decorrerá de acordo com um plano de estágio previamente definido, que fará parte integrante deste acordo.

IV

Obrigações da Escola/Faculdade

1. Informar o Estagiário e a Entidade sobre as condições de realização do estágio.
2. Comunicar à Entidade a verificação de qualquer circunstância que justifique a conclusão do estágio antes do seu termo.

V

Obrigações da Entidade

1. Orientar e proporcionar as condições necessárias à realização do estágio.
2. Informar a EA e Estudantes e Empregabilidade de problemas surgidos no decorrer deste.
3. Fazer avaliação qualitativa do estágio, segundo grelha específica e própria da EA, no prazo estipulado pela mesma.

VI

Obrigações do Estagiário

1. Respeitar as regras inerentes de funcionamento, higiene e segurança, em vigor na Entidade.
2. Empregar o seu melhor esforço e dedicação na realização das tarefas de estágio que lhe forem atribuídas, comparecendo na Entidade com a frequência que lhe for solicitada.
3. Guardar sigilo profissional, durante e após a conclusão do estágio, relativamente a todos os trabalhos e tarefas de estágio efetuadas, bem como a qualquer outra informação de que tenha conhecimento ou acesso em virtude da sua permanência na Entidade, não podendo revelar ou utilizar para si ou para outra pessoa, singular ou coletiva, quaisquer dados ou informações relativas a negócios, produtos, projetos, clientes, estratégias e procedimentos.
4. O estagiário, durante a sua permanência na entidade, permanece a todos os títulos com o seu estatuto de estudante. Continua dependente do regime interno da Instituição, nomeadamente no que se refere à assiduidade às aulas (caso o estágio se sobreponha às mesmas).

VII

Bolsa de Estágio e Seguro

1. O estágio não é obrigatoriamente remunerado, nem constitui qualquer encargo direto para a Entidade.
2. O estagiário estará coberto pelo seguro escolar, desde que se mantenha como estudante.

VIII

Comunicações

Qualquer comunicação entre as partes será feita para os seguintes endereços:

Escola das Artes:

Departamento: Estudantes e Empregabilidade

Morada: R. Diogo de Botelho, 1327 4169-005 Porto

Telefone: 226 196 226

Email: ee.emplo@porto.ucp.pt

Câmara Municipal da Maia:

Departamento: Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana

Responsável de Estágio: Dr.^a Susana Pinho

Morada: Praça Doutor José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia

Telefone: 229408600 (Ext. 8181)

Email: susana.pinho@cm-maia.pt

IX

Relações entre as partes

O presente Acordo não gera nem titula relações de trabalho subordinado entre a Entidade e o Estagiário, nem sequer expectativas de eventual contratação futura do mesmo pela Entidade.

Porto, __ de __ de ____

Pela **ESCOLA/FACULDADE**

Pela **ENTIDADE**

O ESTAGIÁRIO

Avaliação do Estágio na Câmara Municipal da Maia

Escola das Artes - Universidade Católica Portuguesa

Estágio Curricular Suplementar

Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a)

Instituição:	Câmara Municipal da Maia		
Orientador do Estágio:	Susana Garnel de Pinho	e-mail:	susana.pinho@cm-maia.p
Função:	Técnica Superior do Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	T:	229408630
Nome da(o) Estagiária(o):	Ricardo Couto Moreno Sampaio Cardoso	T:	
Nº de Aluna(o):			

1. Avalie o(a) Estagiário(a) relativamente aos seguintes aspectos. Indique com um x a resposta mais adequada.

	Muito Desfavorável	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
1.1. Assiduidade e pontualidade	X				
1.2. Interesse demonstrado nas actividades propostas					X
1.3. Postura profissional					X
1.4. Responsabilidade					X
1.5. Gestão de tempo/tarefa	X				
1.6. Autonomia e Rigor					X
1.7. Qualidade de trabalho					X
1.8. Capacidade de resolução de problemas					X
1.9. Pensamento Crítico					X
1.10. Integridade e Ética					X
1.11. Comunicação clara e concisa					X
1.12. Utilização eficaz de tecnologias de informação					X
1.13. Gestão assertiva de relações interpessoais					X
1.14. Capacidade de adaptação ao contexto e respeito pelas suas regras					X

2. Apreciação Global do Estagiário

Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
			X

2.1. Se respondeu "Insuficiente" ou "Suficiente" na Apreciação Global, pedimos-lhe que faça um comentário que possa favorecer o desenvolvimento do(a) estagiário(a):

2.2. Se respondeu "Bom" ou "Muito Bom", por favor faça uma apreciação qualitativa do(a) estagiário(a):

O Ricardo Moreno, no âmbito do desempenho da sua atividade de Estágio Curricular, demonstrou um amplo leque de competências, evidenciando uma larga capacidade de entendimento e síntese da informação fornecida pela instituição de acolhimento, bem como do desenvolvimento das ações previstas de uma forma criativa, comunicando as suas ideias com clareza e lidando bem com as suas responsabilidades.

O estagiário destacou-se assim pela sua competência, honestidade, simpatia, idoneidade e capacidade de produzir trabalho de alta qualidade, no contexto de avaliação da competência da instituição de acolhimento.

3. Estaria disponível para receber e acompanhar novos(as) estagiários(as)?

Sim

Não

Assinatura: Suzane Getnel de Pinho

Data: 23/10/2014

Apêndice 3

Questionário Hamburgo - *European Green Capital Award*



1. Identity

Age _____ Gender Male Female Hamburg citizen Yes No

Profession _____

2. Hamburg

Would you consider Hamburg a green city? Yes No

Why?

Would you agree that a green city has a greater tendency to be a creative city? Yes No

Why?

3. Green Capital

Have you ever heard about the European Green Capital Award? Yes No

Did you know that Hamburg won the European Green Capital Award in 2011? Yes No

How did you learn about the award?

Do you think the award had an impact in your daily life? Yes No

If yes, in what way?

Monography in European Green Capitals

by Ricardo Moreno